

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

A UNIDADE FAMILIAR E AS NOVAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS À
AGRICULTURA: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da
Serra Geral

Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda

Porto Alegre

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

A UNIDADE FAMILIAR E AS NOVAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS À
AGRICULTURA: o caso dos agricultores de ecológicos do Território da Encosta
da Serra Geral

Tatiana Ferreira Nobre de Lacerda
Professor Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo
Moruzzi Marques
Professor Co-orientador: Prof. Dr. Sérgio
Schneider

*Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Rural da
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre
Desenvolvimento Rural*

Série PGDR - Dissertação nº 58

Porto Alegre
2005

Dedico esta dissertação à minha mãe; por ter sido sempre minha grande amiga.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento de tentar nomear as pessoas e instituições que de maneiras variadas contribuíram no processo de aprendizagem, nesta etapa da vida, que esteve prioritariamente voltado ao mestrado e que está agora parcialmente materializado nesta dissertação.

Inicialmente cabe agradecer ao meu companheiro, Fernando do Carmo Bragança aquele que com toda a certeza esteve junto nos momentos de dúvidas, angústias e aprendizagem presente em cada linha desta dissertação.

Ao meu orientador pelo convívio, pela troca de conhecimentos e, principalmente, pela amizade, que foram fundamentais para a realização das reflexões presentes neste trabalho de pesquisa.

Ao meu co-orientador pelas sugestões finais.

Aos agricultores e às famílias rurais, por terem me recebido em suas casas, por terem compartilhado suas vidas e experiências, afinal por terem enriquecido minha vida e possibilitado as análises aqui apresentadas.

Ao professor Dr. Wilson Schmidt pela disponibilidade do material e pelas orientações.

À Agreco e a Acolhida da Colônia pela atenção dedicada.

À todos os meus colegas da turma 2003 de Mestrado do PGDR, pela amizade em todos os momentos e pelo convívio nas aulas, no cafezinho dos intervalos e, é claro, nos barzinhos da Lima e Silva.

Àqueles que se tornaram meus melhores amigos e que assim continuaram sendo: Ale, Má, Gis, Vini.

Aos professores e funcionários do PGDR pelo ensino, conhecimento e atendimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudo sem a qual não teria sido possível a realização deste trabalho, cabendo ressaltar a importância do incentivo à pesquisa e à pós-graduação na construção da educação e da liberdade das pessoas e do país.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 - CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES: REFLEXÕES E DEFINIÇÕES TEÓRICAS	15
1.1 - RELAÇÕES FAMILIARES CAMPONESAS E AGRICULTURA FAMILIAR	16
a) Os estudos e características da organização social e produtiva camponesa.....	16
b) Organização social e produtiva dos agricultores familiares.....	20
1.2 OS NOVOS TEMAS DE PESQUISA E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	26
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DA REGIÃO DO TERRITÓRIO DA ENCOSTA DA SERRA GERAL	34
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
a) A área física da região	35
b) Caracterização da Evolução dos Sistemas Agrários do Território da Encosta da Serra Geral ou da região de Sta Rosa de Lima - Sc	38
2.2 ALGUMAS CONCLUSÕES DOS CAPÍTULOS 1 E 2	49
CAPÍTULO 3 - OS DIFERENTES DESENVOLVIMENTOS E A CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS ESTRATÉGIAS (MACRO) SOCIAIS	53
3.1 O DESENVOLVIMENTO ENQUANTO MODERNIZAÇÃO.....	54
3.2 A PERDA DA HEGEMONIA DO MODELO DE MODERNIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS ENTENDIMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO	59
a)O processo de crise.....	59
b) Os novos adjetivos para“desenvolvimento”	63
3.3 AS NOVAS ESTRATÉGIAS SOCIAIS: O DEBATE DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E DA DIVERSIFICAÇÃO DOS MODOS DE VIDA.....	70
a)A multifuncionalidade da agricultura.....	70
b)Diversificação das estratégias de modos de vida	74
3.4 AGRICULTURA FAMILIAR E NOVOS DESENVOLVIMENTOS NO BRASIL: O CONTEXTO DO PRONAF.....	76
CAPÍTULO 4 - O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO E AS ESTRATÉGIAS CONSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO DA ENCOSTA DA SERRA GERAL	79
4.1O ESPAÇO E A HISTÓRIA DA AGRECO	81

4.2 ESTRATÉGIAS LOCAIS OU TERRITORIAIS.....	89
4.3 ALGUMAS CONCLUSÕES DO CAPÍTULO 3 E 4.....	95
CAPÍTULO 5 - AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO ELABORADAS PELAS UNIDADES FAMILIARES	99
5.1 UNIDADE DOMÉSTICA FAMILIAR.....	100
5.2 AS OCUPAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS	104
5.3 AS FONTES DE RENDA E A REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	112
CONCLUSÃO	122
BIBLIOGRAFIA	127
APÊNDICE I	132
APÊNDICE II.....	149
ANEXO I.....	151

Lista de tabelas

Tabela 2.1 - Distribuição Populacional do <i>Território</i> entre Urbana e Rural.....	36
Tabela 2.2 -Evolução do Processo de Distribuição Populacional de Santa Rosa de Lima/SC.....	36
Tabela 2.3 - Estrutura Fundiária no município de Santa Rosa de Lima (1970-1995).....	38
Tabela 2.4 - Evolução do Processo de Mecanização de Santa Rosa de Lima – SC.....	42
Tabela 2.5 - Evolução da renda em R\$ dos produtores de fumo no período 1994/98(Br)..	44
Tabela 2.6 - Sistema de cultivo dos agricultores Agreco.....	45
Tabela 2.7 - Insumos e técnicas dos agricultores Agreco por frequência de uso.....	46
Tabela 5.1 - Distribuição por Faixas de Idade dos Agricultores Entrevistados.....	100
Tabela 5.2 -Distribuição em Faixas de Idade dos Agricultores Entrevistados que Pertencem a Agreco.....	101
Tabela 5.3 - Distribuição por idade, posição na família e sexo.....	102
Tabela 5.4 - Condição Legal da Terra.....	103
Tabela 5.5 - Proximidade dos Filhos.....	104
Tabela 5.6 - Perspectiva em Relação aos Filhos.....	105
Tabela 5.7 - Ocupação principal e secundária dos membros das famílias.....	107
Tabela 5.8 - Ocupação principal dos membros das famílias, segundo o sexo.....	108
Tabela 5.9 - Distribuição da ocupação principal por membro da família.....	109
Tabela 5.10 - Distribuição da ocupação secundária por membro da família.....	110
Tabela 5.11 - Principal Fonte de Renda.....	112
Tabela 5.12 - Uso e fonte de Crédito.....	113
Tabela 5.13 - Remuneração da ocupação principal pelo parentesco dos agricultores Agreco.....	118
Tabela 5.14 – Remuneração da ocupação secundária pelo parentesco dos agricultores Agreco.....	119
Tabela 5.15 - Portifólio das atividades familiares.....	120

Resumo

Título: A unidade familiar e as novas funções atribuídas a agricultura familiar: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral

Essa dissertação busca analisar as estratégias de reprodução social de agricultores familiares vinculados a projetos de desenvolvimento rural amparados pelos recentes discursos sociais, ambientais e políticos. Assim, busca-se compreender em que sentido os novos discursos e expectativas sobre o rural e sobre o agricultor têm possibilitado às unidades a elaboração de ocupações e fontes de renda, que garantam sua reprodução enquanto agricultores familiares. Neste sentido, duas idéias aparecem como chave neste trabalho. De um lado, destaca-se a criação de novos espaços rurais, caracterizado pela diversificação de atividades e pela intensificação de relações entre diferentes atores calcadas, sobretudo, na questão ambiental expressa na busca de alimentos “saudáveis” e na valorização da paisagem e do modo de vida rural. De outro lado, considera-se a elaboração de estratégias pelos agricultores familiares, no sentido de garantirem a reprodução da unidade e do patrimônio familiar, articulando as diferentes oportunidades que emergem destas novas configurações.

Palavras Chaves: agricultura familiar, estratégias de reprodução, desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, multifuncionalidade da agricultura, diversificação de atividades.

Abstract

Title: The household and the new functions given to family agriculture: The case of ecological farmers of the “Território da Encosta da Serra Geral”).

This dissertation searches to analyse strategies of social reproduction of family agriculturists linked to rural development projects supported by recent social, political and environmental speeches. Therefore, there is a search to understand in what sense the new speeches and expectations about the rural and the farmer have made possible to the unites the elaboration of settlements and incomes that certify its reproduction while family farming.

On this sense, two ideas come up as a key on this paper. On none side outstands the creation of new rural areas, characterized by the diversity of activities and by the intensification of relation among different actors based, mainly, on the environmental issue stated on the search of healthy food and on the valorization of the landscape and the way of rural life. On the other hand, to believe the elaboration of strategies to be by the farmer) families, on the meaning of guaranteeing the reproduction of the household and the family patrimony, articulating the different opportunities that emerge from these new configurations.

Keywords: family farming, reproduction strategy, territorial development, sustainable development, agriculture multifunctionality, activity diversification.

Introdução

Este estudo resulta de um processo de reflexão iniciado no final do curso de graduação e no período em que trabalhei em alguns assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Inicialmente, a relevância deste período para a construção desta dissertação se associa à minha aproximação com as famílias rurais, com seus modos de vidas e produção, além do espaço e da paisagem rural. Contudo, as questões levantadas neste trabalho foram elaboradas num segundo momento, durante meu trabalho de conclusão de curso realizado junto com o professor Doutor Fernando Lourenço¹. Com efeito, a noção de que o espaço rural estava tendo outras finalidades que não as exclusivamente agrícolas era observado nitidamente no campo de pesquisa escolhido para a realização deste trabalho, o bairro de Carlos Gomes no município de Campinas². A falta de concordância entre a “idéia” de rural e a realidade observada se fazia permanentemente presente nas minhas discussões e constatações junto ao meu então orientador. E neste sentido, o entendimento de uma diversificada ruralidade se tornou imperativo. O espaço rural tomava outras feições ao mesmo tempo em que as famílias rurais exerciam atividades não exclusivamente agrícolas: as relações entre o rural e o urbano se ampliavam. De certa forma, tornava-se claro que a realidade rural não coincidia com a realidade agrícola, se é que um dia essa coincidência existiu plenamente. Ademais, estabeleciam-se novas perspectivas sobre estes espaços, visando uma maior dinamização social e, principalmente, econômica. Diferentes discursos recaíam sobre a realidade local, ora por ser uma área de preservação ambiental, ora por ser uma área de “vocação agrícola”, ora por possuir uma cultura específica que deveria ser mantida. A nova administração municipal³ – preocupada com a manutenção das áreas rurais, o inchamento das periferias e a criação de organizações que representassem os interesses locais frente ao poder público (em torno da implantação do

¹ Fernando Lourenço é professor da Universidade de Campinas (Unicamp), do instituto de Ciências Sociais.

² No caso em particular, o bairro estudado pertence ao Município de Campinas e por estar muito próximo a cidade as propriedades estão sendo vendidas e transformadas em casas para o fim de semana, ou para a realização de festas. As famílias que continuam morando na localidade, na sua maioria, trabalham na cidade, em empregos *refúgios* (de acordo com Graziano), ou em serviços públicos. Poucos permanecem vinculados a agricultura ou a atividade agrícola, quando muito mantêm uma roça para a sustentação da família.

³ O estudo foi realizado no ano de 2000, ano em que inicia a administração petista encabeçada pelo prefeito recém-eleito Toninho. Esta administração criou um núcleo de desenvolvimento rural, que na época era administrada por Sonia Moraes.

Orçamento Participativo) – reforçava uma renovação do discurso. No estudo busquei analisar o processo de construção destes diferentes discursos, que em sua grande maioria vinham de fora para dentro, ou seja, eram enunciados pelos sujeitos da administração e pelos denominados novos rurais.

O fato é que estão sendo atribuídas outras *funções* para os espaços rurais e para a agricultura: da concepção de um desenvolvimento produtivista, calculado para o curto prazo e de forma estritamente econômico, partia-se para a noção de um desenvolvimento sustentável, concebido para o longo prazo e numa perspectiva territorial respondendo aos âmbitos social, econômico e ambiental. Esta noção de desenvolvimento estava assentada sobre uma nova categoria social, que até então havia sido relegada pelo Estado, pelas políticas públicas e pelo imaginário rural da sociedade como um todo. Tratava-se de uma agricultura praticada e mantida pela unidade familiar.

Existem outros fatores relevantes que justificam e embasam as mudanças no espaço rural e o entendimento desta nova categoria social como agente do desenvolvimento, como veremos ao longo deste trabalho. Em termos preliminares, podemos mencionar entre outros a questão ambiental, a qualidade alimentar, a precariedade da vida nas áreas urbanas e rurais, o avanço nos meios de comunicação e transporte, a mudança substancial no processo de acumulação e consumo, as transformações nas relações de trabalho e mercado e a construção da importância da participação dos agentes na elaboração de política e projetos.

No contexto atual, a categoria da agricultura familiar é considerada como uma forma social de trabalho e de produção, que contém o âmbito da agricultura (como atividade de produção de bens agrícolas visando o mercado) e o âmbito da família (entendido como um grupo social, ligado por relações de parentesco e pela tradição). De outra forma, a agricultura familiar é caracterizada por ter sua reprodução social dependente do mercado, apresentando, contudo, especificidades em relação a outras unidades produtivas, no que se refere tanto à existência de uma racionalidade familiar e uma certa campesinidade na tomada de decisões, como quanto à natureza da força de trabalho.

Desta maneira, a agricultura familiar não deve ser entendida nem simplesmente por seu comportamento econômico e, nem tampouco, somente por sua organização familiar. As condutas e estratégias construídas por essas unidades são entendidas a partir da maneira como constroem

socialmente o território⁴ em que estão inseridas, nos sentidos: cultural, econômico, político e ambientalmente. Por isso a importância de se entender as redes inicialmente construídas no território, para onde convergem diferentes interesses do grupo familiar, das unidades produtivas e da sociedade como um todo. Partindo principalmente do leque de interações compartilhadas por estas unidades com o mercado consumidor, instituições políticas, sociais e ambientais (ONG's, associações, técnicos), políticas e órgãos públicos.

A questão central sobre a qual este trabalho se debruça consiste em entender como as famílias agricultoras têm elaborado sua reprodução, no âmbito econômico-produtivo (ocupações e rendas da unidade produtiva) e social (estratégias das unidades domésticas) a partir das transformações sobre as novas perspectivas sobre o rural e sobre a agricultura. A análise sobre as estratégias de reprodução das famílias rurais se inscreve no quadro das indagações e do debate sobre a sobrevivência das explorações familiares diante o modo de produção capitalista e sobretudo, as recentes transformações do mercado de trabalho no meio rural marcado pelo crescimento das atividades não agrícolas.

Ponto de observação desta pesquisa, a família rural permite examinar o processo mais amplo de transformação da sociedade e da agricultura. Parte-se do pressuposto de que a família rural constitui uma unidade social que se reproduz em regime de economia familiar, onde os membros compartilham um mesmo espaço, a propriedade de um pedaço de terra e mantêm vínculos de parentesco ou consangüinidade (Maluf, 2003). Trata-se do entendimento de ser uma unidade doméstica e de produção, que tem por objetivo a reprodução (social e econômica) do grupo a partir da elaboração de estratégias individuais e coletivas.

O conceito de estratégia utilizado na questão central do estudo é importante por permitir a construção de um elo de ligação entre as famílias rurais e a sociedade (e o território), colocando em evidência as noções de escolha, interação, possibilidades, suscitando ainda, (segundo Crow apud Schneider:2003) uma discussão sobre o tipo de ação, racional ou não racional empreendidas por aqueles que colocam em prática tais estratégias. Neste sentido entendemos que as estratégias são elaboradas e colocadas em prática pelas decisões dos atores em função da disposição do ambiente externo, não podendo ser consideradas causais nem teleológica, simplesmente. As estratégias refletem as escolhas/decisões dos indivíduos em relação às famílias, e da família em relação aos indivíduos, ou da sociedade sobre as famílias, e das famílias sobre a sociedade.

⁴ A noção de território é utilizada aqui com o entendimento dado por Abramovay de que o território é composto não somente por uma base física mas também por uma trama de relações construída ao longo da história, das configurações políticas e identidades.

Enfim, “(...) a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro versus macro” (Schneider, 2003: 108).

O presente trabalho é um estudo de caso sobre algumas famílias localizadas em diferentes municípios próximos à Encosta da Serra Geral no interior do Estado de Santa Catarina, orientado pelo professor doutor Paulo Moruzzi Marques⁵. A escolha do lugar embora resulte de diferentes considerações, teve como elemento fundamental, o fato das famílias estudadas participarem de um projeto de desenvolvimento rural que busca contemplar as noções de um desenvolvimento territorial, através da construção de políticas e projetos comuns entre as localidades, fundados, sobretudo, na diversificação das atividades, na produção agrícola orgânica e na valorização da cultura local e tradicional. Sendo, pois uma experiência representativa de um projeto de desenvolvimento que envolve, de maneira geral, as novas expectativas e representações que recaem sobre a família e o espaço rural.

A investigação está centrada em entender as estratégias de reprodução elaboradas pelas famílias a partir deste contexto territorial permeado por novos projetos de desenvolvimento, com implicações na elaboração de parcerias e intensificação ou dinamização das interações econômicas, produtivas e sociais. Objetivo geral consiste em compreender a organização produtiva e familiar das estratégias de reprodução social elaboradas pelas famílias rurais, entendendo: 1. as práticas familiares e ocupacionais construídas pela unidade doméstica a partir do processo de interação entre a família e o *território*; 2. a repercussão da dinamização local na reprodução social da unidade doméstica e produtiva das famílias. Nosso objetivo específico consiste em entender de que forma as estratégias reprodutivas voltadas à prestação de serviços no agroturismo ou a inserção na cooperativa ecológica tem possibilitado o reforço da reprodução da unidade familiar enquanto unidade doméstica e produtiva.

Partimos do pressuposto de que, numa situação em que a reprodução social das famílias esteja relacionada a novos projetos de desenvolvimento (territorial, sustentável, multifuncional, entre outros) as unidades elaboram estratégias de reprodução que não questionam a relação existente entre propriedade, trabalho e gestão familiar. Assim, temos como hipótese, a idéia central de que a partir da dinamização local, provocada pelas novas funções atribuídas, e sobretudo pelas novas representações sobre o espaço e às famílias rurais, as unidades familiares elaboram estratégias de reprodução que procuram não colocar em causa nem a lógica familiar

⁵ O professor Paulo Moruzzi Marques é professor convidado do Curso de Pós de Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

nem os vínculos com a agricultura. De forma mais específica: a dinâmica local, ou a existência de condições favoráveis no território às novas funções atribuídas à agricultura possibilitam que as unidades familiares recorram às estratégias de reprodução que não colocam em causa a condição de agricultores.

Os *novos projetos de desenvolvimento rural* se referem as recentes transformações da agricultura familiar em objeto “privilegiado” das políticas públicas, passando a ser (a unidade produtiva familiar) considerada agente de um específico modelo de desenvolvimento rural relacionado a novos valores sócio- políticos e ambientais. Conseqüentemente têm recaído sobre o espaço e famílias rurais novas perspectivas, em relação, a capacidade de: diversificar e manter fontes de renda e ocupações; respeitar o meio ambiente e a biodiversidade; favorecer a construção de um desenvolvimento participativo e democrático que preserve das tradições culturais. Neste sentido torna-se fundamental a compreensão dos modos como essas unidades familiares de produção têm se mantido e se reproduzido e, é essa a maior contribuição deste trabalho. Pois, trata-se de repensar as possibilidades de reprodução das famílias rurais, tornando-se conveniente reler e analisar, neste contexto, tanto as estratégias construídas pelas políticas públicas, como as elaboradas pelas famílias rurais.

Para o desenvolvimento do trabalho, optamos por fazer um estudo de caso no território anteriormente citado. O principal instrumento de pesquisa de campo empregado foi um questionário único aplicado aos responsáveis pelas famílias selecionadas. Este questionário foi elaborado pelo grupo de estudo coordenado pelo professor Renato Maluf da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e aplicado na região em estudo por um grupo coordenado pelo professor Wilson Schmidt da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o ano de 2001. O questionário foi originalmente utilizado nas pesquisas realizadas no âmbito do projeto *Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*, apoiado pelo CNPq. Este projeto leva em consideração três níveis de análise: às famílias rurais, ao território e à sociedade. Elaborado para responder principalmente aos objetivos do primeiro nível de análise, o questionário em exame tem o foco nas famílias rurais, os outros dois âmbitos sendo tratados em etapas posteriores da pesquisa. Nesta primeira etapa o questionário considerou quatro dimensões principais das famílias rurais, a saber: a) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; b) características técnico- produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; c) questões

de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais; d) relações com o território e com a natureza.

Para a definição da amostra, partiu-se de uma lista, gerada pela Agreco, dos 70 agricultores que estavam efetivamente comercializando produtos orgânicos via Associação. Assim, optou-se por trabalhar com o tamanho mínimo de amostra, de 20 entrevistados. A escolha destes se deu pela preferência às famílias mais “distantes” da Agreco, tanto fisicamente da sua sede, quanto da participação nas suas esferas de decisão.

Ainda com muitas possibilidades de exploração, as informações e dados obtidos graças à aplicação deste questionário foram considerados pertinentes para os objetivos do presente trabalho. Além do mais, o professor e orientador Paulo Moruzzi Marques conhecia com profundidade o questionário por ter sido um dos responsáveis pelos ajustes nele efetuados com vistas à sua aplicação no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Oportuno mencionar que a equipe gaúcha faz parte do grupo nacional de pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura, anteriormente citado.

De fato, algumas precauções e cuidados foram necessários para as análises dos dados obtidos neste questionário, principalmente no que se refere à diferença temporal entre as épocas de aplicação do questionário, de realização da nossa pesquisa de campo e de análise dos dados. Neste intervalo, ocorreram algumas modificações significativas que, na medida do possível, foram sendo consideradas para os devidos ajustes:

- Na localidade a aplicação do questionário abrangeu um universo de 20 famílias. Deste total, dez não pertencem mais a Agreco (nove por opção estratégica e uma pelo falecimento do responsável e pelas dificuldades advindas para a continuação das atividades por parte dos herdeiros). Assim, a análise dos dados foi dividida em 2 níveis: o primeiro referente às onze famílias que ainda integram a Agreco; o segundo abrangendo todo o universo das famílias consideradas pela pesquisa. Neste caso, a análise se refere, sobretudo, à caracterização da região ou do território. Apesar da diminuição da amostragem houve também, neste intervalo de tempo, a diminuição dos agricultores que comercializam via Associação. Atualmente, a Agreco conta com 48 famílias comercializando e, desta forma, a amostra chega a considerar 26% das famílias, sendo portanto representativa.

- O transcurso de tempo implicou mudanças no que se refere, principalmente, à produção principal e às ocupações. Estas informações foram retificadas por uma nova pesquisa junto às 11 famílias pertencente a Agreco, assim como foram investigados outros pontos considerados relevantes para a análise. A mudança mais significativa ocorreu nas famílias que tinham como carro chefe à produção de hortaliças, abandonada pela maioria dos agricultores em razão das dificuldades encontradas no transporte e na conservação e qualidade do produto⁶. Essas dificuldades resultaram na saída de muitas famílias da Associação e no endividamento de muitas destas, pois não reembolsam o financiamento contraído para a instalação das agroindústrias, que estão sem operar. Contudo, as famílias que continuam na Associação inovaram em relação ao seu produto principal, sendo variadas as escolhas: conservas, abatedouro, cana, merenda escolar. Outra mudança significativa se refere à implantação da certificação dos produtos orgânicos pela Ecocert, o que gera mudanças principalmente no comportamento do agricultor diante do produto final (que passa a ser motivo de orgulho para a família) e, do processo de produção. O processo de certificação, segundo o coordenador da Agreco Adilson Maia Lunardi, gerou a diminuição do número de famílias que comercializavam matérias primas para a associação (de 70 para 48 famílias).
- Neste meio tempo, a Agreco estabeleceu novos canais de comercialização, assinou novos convênios que podem significar uma ampliação das potenciais ocupações dos agricultores. É o caso do convênio para a produção de peixes orgânicos (ver Box II). Entretanto, este projeto ainda está em fase de implantação não tendo ocasionado nenhuma mudança significativa nas unidades de produção e familiar.
- Outra mudança que ocorreu neste período mas que não afeta o universo de discussão restrito aos dados dos questionários, embora afete as conclusões, é a alteração das famílias que fazem parte do projeto de agroturismo proposto pela Acolhida da Colônia. Isto porque esta alteração não ocorreu em nenhuma das 11 famílias selecionadas pelo questionário e que ainda pertencem a Agreco. Ou de outra forma, nenhuma das famílias que compõem o universo Pertence a Agreco optou neste período de tempo pela inclusão do agroturismo como outra fonte de renda, e a família que já estava inserida continua atuando regularmente.

⁶ Para a análise desta mudança no produto principal ver Cabral (2004) e Muller (2001).

Além dos dados retirados do questionário, foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente à realidade da região e do estado, sobretudo dissertações e teses elaboradas sobre o território estudado. Num terceiro momento, foram realizadas “visitas” de campo, que podem ser divididas em 3 períodos (cada um com a duração de aproximadamente uma semana): o primeiro, em março de 2004, teve como objetivo um reconhecimento da localidade, com o qual as primeiras impressões foram registradas, particularmente em função dos primeiros contatos com as famílias e com a Agreco; o segundo, em setembro de 2004, visou obter dados sobre a produção e a organização familiar junto às 11 famílias de agricultores selecionadas, como anteriormente explicado; e o terceiro, em janeiro de 2005, consistiu na realização de uma pesquisa de campo acompanhando o processo de produção junto a 3 famílias. Esta pesquisa permitiu a obtenção dos dados apresentados no apêndice. Convém mencionar que, entre esses três períodos, foram realizadas outras visitas a campo, de maneira informal, para o acompanhamento de cursos de capacitação e para a convivência e aproximação junto às famílias da localidade. Vale ressaltar que os municípios de Sta Rosa de Lima e de Anitápolis estão integrados ao projeto local de agroturismo, oferecendo uma infraestrutura voltada à hospedagem nos estabelecimentos familiares.

O presente texto está dividido em 5 capítulos. O primeiro capítulo consiste na apresentação da discussão teórica e conceitual sobre o tema e sobre nossa principal categoria de análise: a agricultura familiar. O segundo capítulo apresenta a constituição da agricultura familiar do território da Encosta da Serra Geral, sobretudo da região de Santa Rosa de Lima, a partir da reconstituição sistêmica feita com o instrumental da evolução e diferenciação dos sistemas agrários, cuja fundamentação se encontra na obra de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2001). Através desta metodologia, buscamos ressaltar a confluência entre o contexto macro do país e, as realidades e políticas locais no processo de construção dos sistemas produtivos locais, desenvolvidos pelas famílias e grupos domésticos. O terceiro e quarto capítulos a partir de um enfoque territorial, no sentido de considerar os fluxos econômicos e sociais e, as interações entre os espaços (relativizando a importância dos limites geográficos), apresentam as estratégias objetivas sobre as quais interpretamos as escolhas e opções estratégicas familiares. Neste sentido, o terceiro capítulo corresponde ao primeiro nível, ou ao nível macro da realidade social, onde o conceito de estratégia é considerado para descrever as ações e perspectivas do Estado e da

sociedade como um todo. Assim neste capítulo se apresenta os vetores de conformação da nova ruralidade a partir da apresentação dos entendimentos teóricos e conceituais acerca da noção de desenvolvimento (sobretudo, desenvolvimento rural). De nossa ótica a difusão e a incorporação de elementos singulares das novas perspectivas de desenvolvimento forjam e são forjados pelas estratégias elaboradas pelas famílias rurais e pelos agricultores, a fim de assegurar a reprodução econômica e social do grupo. Numa segunda parte deste capítulo, discute-se o reflexo destas novas estratégias de desenvolvimento na realidade brasileira, tomando-se em conta a elaboração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O quarto capítulo, através da exploração de dados secundários e de observações em campo, apresenta a reconstrução, do que seria o segundo nível de análise, e que entendemos ser as estratégias de interações locais, construídas pelas ações dos grupos, pelas formas de organização coletiva das famílias e as opções políticas e comerciais. Enfim, redesenha-se o campo local de disputa sobre o qual incidem as estratégias do plano macro e a partir do qual as famílias colocam em prática as estratégias de reprodução, que são apresentadas e examinadas no quinto capítulo. Neste sentido, o quinto capítulo apresenta o terceiro nível de análise e objetivo deste trabalho, onde procuramos reconstruir as estratégias elaboradas pelas unidades familiares. Para isto, utilizamos os dados obtidos nos questionários e nas observações de campo, que estão organizados em três partes, a estrutura familiar, a estrutura das atividades e alocações do trabalho e a estrutura dos recursos e fontes de renda.

O trabalho ainda traz dois apêndices. O primeiro onde buscamos apresentar as estratégias de reprodução social de três unidades familiares, através da utilização de uma linguagem fotográfica, no intuito de aproximar o leitor do território analisado. As famílias foram selecionadas aleatoriamente com a única condição de que as unidades de produção estivessem funcionando. O que acarretou a exclusão das unidades familiares vinculadas a produção agrícola destinada às agroindústrias de conserva, ou que atendem a demanda de merenda escolar, que no período da realização do campo, se encontravam paradas devido ao período de não safra e as férias escolares, respectivamente. O segundo se refere a apresentação dos dados referentes às linhas de crédito e os beneficiados do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar, no sentido de complementar o terceiro capítulo.

Capítulo 1 - Camponeses e Agricultores familiares: reflexões e definições teóricas

A ruralidade como uma problemática social e tema de pesquisa surgem com a reestruturação do capitalismo contemporâneo e das transformações no âmbito econômico, sócio-cultural e ambiental. De fato, o rural aparece como um problema de pesquisa particularizado a partir da sociologia rural norte americana nas décadas de 20 e 30, sob um viés urbano-industrial. Nestes estudos, o rural é analisado e entendido pela caracterização de uma sociedade e economia camponesa construída a partir das diferenças e atrasos em relação à organização de produção industrial e o modo de vida cultural urbano. De modo geral, as análises previam um intenso processo de urbanização das áreas rurais com a conseqüente desagregação das especificidades do modo de vida e relacionamentos camponeses.

Entretanto, as mudanças na realidade desafiam os pressupostos de pesquisadores das diferentes disciplinas (economia e ciências sociais) e das análises referentes ao rural e, neste processo, os conceitos são retomados e revigorados sofrendo re-significações de acordo com as transformações dos objetos científicos. Especificamente no espaço rural, novas dinâmicas têm atribuído significantes transformações tanto na realidade quanto nas análises feitas, suscitando dúvidas quanto as previsões consideradas até então eminentes. Hoje, observa-se uma revalorização das especificidades rurais espaciais e culturais, admitindo-se a permanência de características sociais e econômicas próprias, provocando a contestação da ideologia urbana industrial dos estudos e análises realizadas até então. Surge assim um novo viés analítico que busca entender as relações e as especificidades num contexto territorial, seja urbano, rural ou a junção de ambos.

Tendo em vista estas transformações analíticas e empíricas, nesta primeira parte buscamos apresentar reflexões e transformações acerca da categoria social da agricultura camponesa e dos agricultores familiares, buscando demonstrar a diferença na constituição de ambas as categorias e os interesses envolvidos. Desta forma, procuramos definir o objeto de estudo do presente trabalho, qual seja, as unidades familiares de produção presentes na região de Santa Rosa de Lima (ou no território das Encostas da Serra Geral), sua constituição e a caracterização das estratégias de reprodução por elas elaboradas.

1.1 - Relações familiares camponesas e agricultura familiar

a) Os estudos e características da organização social e produtiva camponesa

As primeiras pesquisas rurais norte americanas das décadas de 20 e 30, adotaram a perspectiva da dicotomia comunidade-sociedade. Nestes primeiros estudos, o rural é entendido como uma realidade de características específicas e isoladas que se contrapõem a realidade urbana. Os estudos propostos por este enfoque buscam ressaltar e determinar evidências que distinguíssem a realidade rural e urbana (não se voltando a identificar as potenciais relações que ocorreriam entre as mesmas), além de fundar interpretações da realidade em que o rural é entendido através de suas diferenças em relação ao urbano, sendo por isso adjetivado como tradicional, atrasado, conservador, etc.

A partir da década de 30, os estudos se fundam numa perspectiva de continuum entre o rural e o urbano. Nestes, a polarização antagônica é substituída por um gradiente de variações que vão de uma situação típica a outra. A diferença entre os dois tipos é evidenciada por dados empíricos, como as diferenças ocupacionais, sistemas de integração e mobilidade social, homogeneidade da população, entre outros. Para esta leitura empírica da realidade, a intensificação das trocas entre os pólos opostos (a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais) evidencia a redução das diferenças e o conseqüente processo de urbanização do campo pela absorção das técnicas e hábitos de origem urbana.

No Brasil, os estudos de Candido (1964) sobre os caipiras paulistas, seguindo estes modelos de análises, demonstram, entre outras coisas, que os bairros rurais se organizam em torno da parcialidade e da existência de uma evolução histórica abrangendo as sociedades primitivas, rústicas e urbanas. O autor busca compreender as transformações sofridas pelos caipiras diante da intensificação das trocas e contato com as cidades, o caipira tradicional paulista aparece como portador de uma cultura rústica e de uma economia semifechada marcada pela precariedade⁷. O bairro aparece como a unidade de sociabilidade caipira, com a realização de

⁷ Como bem coloca Wanderley (1999) o autor Antonio Candido entende haver uma escala de valores que mede a natureza camponesa de um grupo social de agricultores. No caso dos caipiras paulistas, os elementos definidores dos camponeses tradicionais encontram-se em níveis *mínimos vitais e sociais* (as famílias enfrentam sérias dificuldades na implantação de um sistema produtivo diversificado, como a policultura-pecuária; e se reproduzem através da mobilidade espacial, da prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pela posse precária da terra).

atividades religiosas e da prática de mutirões. A cultura caipira é apresentada, pelo autor, como um todo equilibrado ameaçado pelo desenvolvimento (no sentido de evolução) da sociedade urbana.

A cultura do caipira, assim como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionadas (Candido, 1964:15)

A análise antropológica feita por Redfield (1965) na década de 60 propõe a idéia de continuum folk/urbano, evidenciando que a sociedade camponesa diferentemente das sociedades primitivas mantêm trocas com a sociedade envolvente, para a elaboração das estratégias de reprodução social e biológica. Os estudos de Mendras observam a existência de uma sociedade de interconhecimento, no sentido horizontal, entre os agricultores e, no sentido vertical, entre os membros da comunidade.

A relação entre as comunidades camponesas e a sociedade envolvente é traduzida pela noção da consolidação de uma *sociedade parcial com uma cultura parcial*. Parcialidade no sentido da capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas elaboradas através da tradição e sob a influência da sociedade envolvente.

Abramovay (1992) ressalta que a parcialidade se refere também à estruturação dada na relação dos camponeses com o mercado, na especificidade dos vínculos econômicos da agricultura camponesa com o mercado na venda de mercadorias. E neste sentido, o autor apresenta a noção dada por Frank Ellis de que o campesinato se defini pela *integração parcial aos mercados* e o *caráter incompleto destes mercados*. Para este autor, a parcialidade se refere ao fato de que parte da subsistência (das famílias) vem da autoprodução e de que existe uma certa flexibilidade nas relações mercantis, na qual o camponês pode (freqüentemente) se retirar sem comprometer sua reprodução social.

“Camponeses são unidades domésticas (peasants are farm household) com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição” (Ellis, apud Abramovay, 1992).

A *integração parcial ao mercado* se refere à flexibilização entre consumo e venda, ou seja o camponês atua segundo uma estratégia na qual o grau de integração ao mercado não é dado

anteriormente. E *mercados incompletos* se referem à existência da influência individual de agentes econômicos na formação dos preços e na existência de determinações extra-econômicas no uso dos recursos naturais.

Afrânio Garcia (1989) também afirma a especificidade da relação dos camponeses com o mercado e a sociedade envolvente, observa em seus estudos, no sul do Brasil, que a reprodução dos camponeses é garantida pela articulação e complementação entre a atividade mercantil e a de subsistência efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família e da prática do princípio da *alternatividade*. Neste sentido, determinados produtos (como a mandioca) possuem a marca da alternatividade entre serem consumidos diretamente (atendendo as necessidades domésticas de alimentação) e serem vendidos, para que a renda seja revertida na compra de produtos de consumo domésticos obtidos externamente.

Wanderley (1999) corrobora com esta análise ao em atribuir importância a capacidade de articulação dos camponeses. Defende que diante a precariedade e a instabilidade estrutural do rural brasileiro a integração ao mercado e a garantia de consumo constituem o patrimônio sócio-cultural deste campesinato. Assim, estes procuram em suas estratégias econômicas obter atividades estáveis e rentáveis, articulando a busca pelo acesso a atividades mercantil ou de um produto comercializável que seja o carro chefe do sistema produtivo adotado, com a produção destinada ao consumo, que constitui a face oculta da economia e da sociedade colonial. Enfim, tendo por base estes estudos e análises podemos afirmar que a especificidade da economia camponesa não está na base técnica do processo produtivo, mas na maneira como o camponês socializa o produto do seu trabalho. A particularidade da sociedade camponesa está na importância atribuída à racionalidade familiar na elaboração das estratégias de reprodução e nas opções tomadas frente às oportunidades. E ainda as especificidades são afirmadas em relações familiares que são construídas pela oposição (muitas vezes complementar) entre os sexos e pela hierarquia dos grupos de idade. A cultura camponesa é analisada tendo como referencial do processo simbólico as relações de parentesco⁸. Os valores familiares para os camponeses aparecem como responsáveis pela definição das identidades sociais dentro do espaço doméstico e entre os membros dos diferentes grupos, sendo principalmente determinantes na organização do trabalho.

⁸ A respeito ver Woortmann, K. 1988

Para Tepicht, o trabalho camponês aparece organizado em função de “*forças produtivas não transferíveis*” (ou marginais), entendida na capacidade de envolver na atividade produtivas, o trabalho de pessoas ligadas entre si pelo parentesco em razão da mesma comunidade doméstica de interesses. O autor destaca a função do tempo de não trabalho, isto é, o tempo em que o desenvolvimento da produção segue seu curso natural e biológico prescindindo do trabalho humano; possibilitando que as famílias rurais redirecionem o trabalho de alguns membros das unidades com atividades agrícolas, não agrícolas, dentro ou fora da propriedade sem comprometer a produção e possibilitando a manutenção do patrimônio. Assim, o autor afirma a especificidade do trabalho familiar camponês no processo de negociação no mercado e na lógica organizacional do processo produtivo e obtenção de renda (Tepicht 1973 apud Wanderley, 1999)

Também é na centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho (capacidade de auto-exploração) e, também, como definidora das necessidades de consumo, que decorre a importância da evolução de sua composição, o que Chayanov (1974) denominou de *diferenciação demográfica* (variação entre consumidores e produtores, ao longo do ciclo geracional). A economia camponesa, para este autor, busca a satisfação das necessidades familiares de consumo e a constituição de uma situação de equilíbrio entre a produção, o trabalho empregado e a reprodução da unidade de produção e doméstica.

As relações no interior da família camponesa, como ressalta Wanderley (1996), citando os estudos realizados por Lamarche, ao contrário do que possa parecer num primeiro momento, não se voltam exclusivamente para a produção de subsistência. A família define estratégias que visam assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes, o que distingue a agricultura camponesa de uma agricultura de subsistência, nestes termos:

“conforme os objetivos a que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme também os contextos socioeconômicos locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”(Wanderley:1996)

A constituição e reprodução do patrimônio familiar adquirem grande importância, delimitando a maneira como as unidades familiares e as comunidades se estruturaram (*uma força estruturadora*) tanto no âmbito material como simbólico, e por isso, se expressa na propriedade

da terra e no arcabouço de tradições e costumes (Carneiro,1998). Neste sentido, a especificidade da agricultura camponesa está na relação que mantém com a família, traduzida na reprodução do patrimônio familiar, na relação que mantém com o trabalho, sob a predominância da articulação da mão de obra dos membros familiares, e na relação que mantém com a comunidade, no sentido da parcialidade. Ou seja, “(..) a família camponesa serve de matriz para as relações sociais em diferentes esferas da sociedade: na casa, no trabalho e na aldeia” (Carneiro, 1998)

b) Organização social e produtiva dos agricultores familiares

Nesta parte, retomamos estudos sobre como a forma familiar de produção e de vida se relaciona com o capitalismo ou, com outras palavras, a integração da dita sociedade tradicional (supostamente conservadora) com o modo de produção e vida capitalista (supostamente moderna).

Apesar de se atrelar ao desenvolvimento capitalista no campo o fim do modo de produção familiar e do modo de vida camponês, a forma familiar de produção na agricultura tem, de uma maneira geral, assumido feições muito particulares, evidenciadas, sobretudo, nas estruturas de produção dos países desenvolvidos. Em alguns casos, essa forma social acaba sucumbindo e sendo absorvidas pelo próprio capitalismo, mas em outras a agricultura familiar desenvolve relações estáveis e duradouras. A sua transformação vai depender da relação construída com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica capitalista nos espaços e contextos históricos específicos. Embora a forma familiar seja afetada e de certo modo condicionada pelo mercado e, pela dinâmica capitalista de produção, tem revelado capacidade de se adaptar e estabelecer estratégias garantindo sua reprodução social. A propósito, as análises recentes evidenciam que a reprodução do modo de produção familiar depende do contínuo rearranjo das estruturas internas e externas das unidades familiares. A pluriatividade e a diversificação das atividades econômicas dos indivíduos e das famílias que vivem no campo são estratégias evidenciadas pelos estudos recentes.

No Brasil, permanecem muitas divergências entre os estudiosos em relação ao uso da noção de agricultura familiar, apesar desta noção se referir aos mesmos grupos sociais que estudos econômicos e sociais analisam desde os anos 50. De modo geral, indaga-se em que medida tais noções vêm em substituição aos conceitos e idéias presentes nas análises referentes

ao campesinato e a pequena produção. Sobre os quais, podemos citar os estudos de Oliveira (1988) e Graziano da Silva (1978) Tavares dos Santos (1978), Heredia (1979), Garcia Junior (1983) e Wanderley (1985).

“(...) os camponeses analisados por Garcia Jr e Heredia são descritos por sua relativa autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo que se articula com o sistema econômico dominante.(...) o trabalho de Tavares além de demonstrar os mecanismo internos de gestão e funcionamento da economia camponesa, mostrou como esta se subordina ao capital. Partilhando a idéia de que a relação dos pequenos produtores com o capital ocorria de forma subordinada, surgiram também outros trabalhos de referencia obrigatória, como o de Wanderley... (Schneider, 2003:34).

Os estudos de Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1999) foram responsáveis por revelarem para o Brasil que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada em diversos países desenvolvidos onde predomina uma estrutura agrária baseada no trabalho familiar. Entretanto, a incorporação da expressão agricultura familiar ganha projeção no Brasil no final dos anos 80 e início dos 90, e se deu pelo resultado dos embates sociais, especialmente no movimento sindical (CUT e CONTAG) sobre o papel dos pequenos produtores rurais além dos trabalhos acadêmicos, acima citados. Os movimento sociais e sindicais possibilitaram a formação (e em certa medida o reconhecimento) de uma nova categoria política, reconhecida nos agricultores familiares e, legitimada pelo Estado através da criação do Pronaf em 1996, ao qual faremos referência no próximo capítulo.

No Brasil muitos autores e estudos têm insistido no uso do termo camponês visando ressaltar a centralidade das decisões no núcleo familiar e não no mercado, afirmando uma racionalidade não exclusivamente econômica para estas unidades ao mesmo tempo domésticas e produtivas. Apresentam, por isso, uma certa resistência ao uso do conceito de agricultura familiar, apesar de suas análises destacarem a dinâmica das estratégias elaboradas por essas unidades familiares de produção diante a estruturação do modo de produção e interesses capitalistas. De qualquer modo, estes estudos constataam a existência do uso da mão de obra familiar na estrutura de produção dos camponeses brasileiros no sentido de aumentar a possibilidade da ampliação do número de homens e da capacidade produtiva no processo de produção, ao mesmo tempo em que admitem a confluência de outras formas de trabalho dentro das unidades familiares.

O campesinato brasileiro em razão do contexto em que se reproduz apresenta uma longa tradição de trabalho para terceiros ou do uso de trabalhadores alugados nos estabelecimentos familiares. Wanderley (1999) demonstra que esta estratégia sempre esteve presente nas formas de reprodução dos camponeses brasileiros, pelo fato de existir uma grande oferta de empregos sazonais vindas das grandes propriedades, citando o exemplo dos *corumbas* nas usinas de Pernambuco. Ademais, a precariedade e a instabilidade estrutural fazem com que o trabalho externo se torne uma necessidade para a reprodução da família e do estabelecimento familiar, ponto de vista afirmado também por José Vicente Tavares:

“a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado é fonte de uma renda monetária que suplementa o rendimento obtido com a venda da uva(...) Somente são limitadas pelo ciclo de existência da família que em algumas épocas os libera e noutras os impede de desempenhar alguma atividade acessória. Assim, se explica porque aceitam a perspectiva de serem jornaleiros, isto é, trabalhadores diaristas ou trabalhadores por tarefa (empreita), enquanto negam a sorte de serem peon, ou seja, trabalhadores permanentes. (Tavares apud Wanderley, 1999:50).

Por outro lado, o uso do emprego do trabalhador externo se inscreve na própria lógica interna da reprodução familiar através de mecanismos tradicionais e do envolvimento de pessoas da comunidade camponesa. Para Afrânio (1989), a utilização de trabalho de terceiros decorre de uma necessidade de “diminuir a auto-exploração da força de trabalho do grupo doméstico(...) a substituição de trabalhadores domésticos pelos alugados não é algo que é feito de uma vez para sempre. Há uma avaliação constante e renovada a cada ciclo agrícola, entre utilizar a força de trabalho doméstica na agricultura, ou poupá-la destas tarefas utilizando alugados”. O autor ressalta o fato da produção mercantil poder não se assimilar a produção capitalista, assim como a existência de trabalhadores pagos em dinheiro não caracterizar necessariamente um processo de trabalho assalariado.

No entanto apesar destes estudos evidenciarem a diversidade de estratégias de reprodução construídas pelas famílias rurais e, assim, atribuírem aos camponeses um dinamismo não se referindo a eles de modo conservador e arcaico, como na maioria das vezes o conceito é empregado, a noção de agricultura familiar – enquanto categoria de análise dos processos de modernização – somente foi evidenciada pelos estudos, como é o caso da pesquisa internacional coordenada por Lamarche, o estudo realizado pela Fao/Incra e, pelos estudos de Abramovay, citados anteriormente.

Para o grupo de Hugues Lamarche (1998), as análises realizadas procuram determinar o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento das unidades. Para isto, fazem uso de um enfoque tipológico com a construção de modelos de análises a fim de interpretar a agricultura familiar. Neste, a agricultura familiar moderna (modelo da organização das unidades familiares) decorre das transformações históricas por que passaram as formas camponesas. A relação entre agricultura familiar e camponesa se revela no entendimento de que a primeira corresponde a uma categoria genérica da qual a agricultura camponesa é um tipo, entre outros. Assim, o conceito agricultura familiar funda-se na existência de uma estrutura produtiva que associa *família- produção- trabalho* e revela a possibilidade de diferentes combinações entre propriedade e trabalho, resultando numa diversidade de formas sociais (entre elas a camponesa) que variam no tempo e no espaço.

Para Moruzzi (2000), os autores concebem nesta pesquisa de comparação internacional uma tipologia que permite identificar formas de organização das unidades de produção, variando conforme o grau de relação com o mercado. Nesta escala, dois modelos situados em suas extremidades foram caracterizados: o original e o ideal. O primeiro corresponde aos traços clássicos do camponês, notadamente sua relativa autarquia, assentada no trabalho familiar em torno do qual a relação entre as necessidades de consumo e a organização produtiva é muito forte. No pólo oposto se situa o modelo ideal, caracterizado por uma total integração à economia de mercado. Entre os dois pólos, existem infinitas possibilidades, sendo recorrente nas explorações de caráter familiar à lógica de orientar as ações visando a reprodução social dos membros do grupo doméstico. O chamado agricultor familiar moderno não surge absolutamente em função de uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, portando uma tradição camponesa que permite sua adaptação às novas exigências e conformações da sociedade. Conseqüentemente, torna-se possível compreender a diversidade de tipos de agricultores familiares e a coexistência de diferentes unidades de produção familiares. Pela pesquisa a diversidade parece resultar em grande medida pela situação de *bloqueio* e de *ruptura* pelas quais as famílias são submetidas. A primeira explica porque algumas unidades obtém sucesso em suas trajetórias e projetos conseguindo se aproximar do tipo ideal enquanto outras não. E a segunda faz referência ao modelo dominante preconizado pela sociedade, podendo viabilizar ou não as estratégias construídas pelos agricultores. Podemos considerar que a pesquisa salienta a diversidade para justificar a presença e resistência da agricultura familiar. As análises feitas pela equipe de

pesquisa em diferentes países e no Brasil em diferentes regiões, identificaram dois mecanismos determinantes no funcionamento destas unidades: as lógicas familiares, considerando as dimensões internas apreendidas pelo tipo de relação dos agricultores com a terra, com o trabalho e a reprodução da propriedade e a lógica da relação entre as unidades com a sociedade global, considerando os graus e níveis de dependência tecnológica, financeira, ou de mercado, o que implica na capacidade de adaptação das propriedades diante das escolhas definidoras do desenvolvimento.

“A ruptura, por tantos tentada, entre um campesinato visto como atrasado e uma agricultura familiar de quem se cortam as raízes camponesas poderia ser assim superada pela percepção dos elementos de continuidade, observados na capacidade de adaptação e de resposta dos agricultores às demandas da sociedade moderna”(Wanderley,2003:14).

Neste sentido, o trabalho agrícola ou não, externo à propriedade, ou a contratação de trabalhadores dentro da unidade produtiva são entendidos como uma forma de adaptação dos agricultores diante da sociedade envolvente, ou seja trata-se de uma estratégia familiar de reprodução que garante a manutenção da propriedade, seu desenvolvimento ou sua modernização, dependendo do caso em questão.

Na década de 90, as pesquisas realizadas em conjunto pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Fao) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mencionadas anteriormente, reforçaram a evidência da noção de agricultura familiar, ao estabelecerem as diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável. Este estudo operacionalizou o entendimento da separação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em dois modelos, entendidos pela forma de trabalho empregado: o patronal e o familiar. Esta tipologia constituiu-se em suporte fundamental para as políticas públicas de apoio direto aos agricultores familiares, que será detalhado no próximo capítulo.

O estudo realizado por Abramovay (1992) foi definitivo para a caracterização da agricultura familiar, demonstrando que a dicotomia entre campesinato e agricultura familiar decorre de imposições teóricas dos paradigmas adotados e não do ambiente empírico. O autor propõe, então, por fim a falaciosa dicotomia em torno do caráter moderno/tradicional ou capitalista/camponês, nos trabalhos focados na forma familiar de produção.

Nos estudos deste autor, os agricultores modernos são reconhecidos e identificados pela noção de agricultura familiar, que é entendida como uma nova categoria social marcada pela

ruptura total com o passado e definida, sobretudo, pelos interesses e iniciativas do Estado. Neste sentido, novas abordagens e análises surgem centradas em discutir e situar a atuação do Estado moderno enquanto vetor de conformação estrutural e designador de papéis e atribuições. O mundo rural vai perdendo os contornos de sociedade parcial/cultura parcial marcado pela personalização de vínculos sociais, se integrando plenamente a sociedade nacional e aos mercados. A agricultura se torna uma profissão e deixa, aos poucos, de ser considerada como um específico modo de vida, tanto no âmbito acadêmico quanto político.

Neste sentido, Abramovay (1992) caracteriza o agricultor familiar moderno por sua inserção em uma sociedade na qual predominam relações capitalistas de produção e troca e pela capacidade de incorporar os avanços técnicos e de responder às políticas governamentais. A persistência e a afirmação da agricultura familiar, sobretudo nos países desenvolvidos, são atribuídas a opção do Estado por uma forma social que apresente as melhores condições de cumprir uma função estrutural importante no modelo fordista, barateando o custo de reprodução social da força de trabalho. Para Schneider (2003) essa perspectiva de análise, centrada na funcionalidade da produção familiar ao capitalismo, reduz a explicação, no sentido de não reconhecer qualquer elemento endógeno como variável na compreensão da reprodução da agricultura familiar, como por exemplo, o papel da família ou do parentesco (Schneider, 2003).

"(...) uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às perguntas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa" (Abramovay, 1992:35).

O processo de elaboração do modelo do agricultor profissional é ressaltado sobremaneira pelos estudos rurais europeus, principalmente os franceses, que buscam ressaltar a importância da atuação do Estado e da estrutura sindical⁹. No processo de elaboração das leis de orientação agrícola, desenhou-se os contornos do estabelecimento agrícola desejado ou seja aquele que foi privilegiado pelas políticas públicas e beneficiado pelas subvenções e pelo apoio técnico e econômico.

“o modelo do bom agricultor dos anos 60 e 80 do século passado é representado por um casal de agricultores (ou um responsável com um ajudante da família) dotado de um razoável nível de formação, instalado num estabelecimento de tamanho suficiente

⁹ Ver mais a respeito Moruzzi, e Bleil., 2000.

para, em princípio, obter uma renda comparável àquela de um cidadão médio. Por exemplo: o caso daquele agricultor que produz leite num estabelecimento especializado e intensivo, com estabulação livre e sala de ordenha tipo espinha de peixe e que está inscrito no controle leiteiro (a partir do qual os agricultores são acompanhados em termos de gestão) e pertence a um Grupo de Desenvolvimento Agrícola (GDA) e pode assumir ainda a forma de um GAEC (Grupamento Agrícola de Exploração Comum), modalidade criada por uma lei de agosto de 1962, que exprimia a vontade de um movimento de agricultura de grupo que preconizava a reunião de unidades familiares com a finalidade de permitir uma repartição de tarefas entre os associados, inclusive especialização por atividade” (Remy, 2004: 4)

Essa caracterização do agricultor familiar profissional alijou, por muito tempo, outros modelos profissionais das políticas de apoio à agricultura, pois muitas estratégias de reprodução elaboradas pelas famílias rurais não assistidas foram ignoradas e consideradas um arcaísmo e um socorro do qual faziam uso em situação de extrema necessidade, como é o caso do exercício de diferentes atividades pelos membros.

1.2 Os novos temas de pesquisa e as transformações recentes da agricultura familiar

Num curto espaço de tempo tanto o plano político como acadêmico, as considerações e valorações acerca do exercício de outras ocupações e atividades pelo agricultor ou da chamada agricultura a tempo parcial modificaram-se radicalmente. Na esfera política, partindo de uma visão do fenômeno como um obstáculo à modernização ou um resquício do processo de evolução das estruturas agrárias, evoluiu-se para uma situação na qual a diversidade de ocupações e atividades é considerada como passível de promover tanto o fortalecimento do tecido produtivo local, quanto o equilíbrio territorial e social e, também, a preservação ambiental. No plano acadêmico, antes considerado um fenômeno sem importância que expressava a transitoriedade para uma agricultura moderna, tal fenômeno atualmente é alçado como fundamental para se entender a flexibilidade de uma agricultura familiar que resiste a contextos desfavoráveis e adversos.

As modificações a respeito no plano político serão apresentadas detalhadamente no próximo capítulo, aqui nos deteremos no plano acadêmico. Para isso, apresentamos um quadro

elaborado por Anjos (2003) no intuito de delinear diferentes etapas que o entendimento de agricultura teve ao longo dos anos, o que, em certa medida, retoma o que foi anteriormente discutido e introduz o próximo capítulo, no qual serão apresentadas a *Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários* do empírico do estudo. De maneira breve, podemos afirmar que o camponês tradicionalmente se ocupou de múltiplas atividades. A partir do processo de modernização da agricultura, as transformações apontam para uma crescente especialização e para o surgimento do agricultor profissional. Atualmente se reivindica, em razão de uma considerável evolução do referencial em torno da concepção de políticas públicas (agrárias, ambientais e territoriais), o retorno ao caráter diversificado do agricultor e do espaço rural.

Vista no início deste capítulo, a primeira etapa desta evolução, cujas principais formulações teóricas fundamentam-se numa abordagem antropológica, diz respeito ao que se denomina agricultura tradicional, tendo como ator os camponeses. No âmbito dos processos produtivos, observa-se uma autonomia dos produtores, baseada no conhecimento autóctone, na policultura, diversidade genética, rotação de culturas e na integração da produção animal-vegetal. O processo extensivo de produção assegura a absorção da força de trabalho familiar e favorece a convergência das dimensões: unidade de produção, unidade de consumo e a unidade de residência. Assim, no interior das explorações que conservam traços fundamentais do modelo camponês, desenvolve-se um amplo leque de atividades produtivas, incluindo o trabalho na terra, o comércio, o artesanato, a fabricação e manutenção dos instrumentos de trabalho. Os espaços rurais abrigam em seu interior um baixo nível de diferenciação social e de divisão social do trabalho.

A segunda etapa é caracterizada por uma agricultura modernizada, determinada por um crescente processo de especialização e que tem como protagonista a figura do agricultor (enquanto profissional). Esse é entendido como uma nova categoria social¹⁰, cujos traços essenciais e a lógica de atuação contrastam radicalmente com o campesinato. Sua vocação implica a adoção de uma racionalidade empresarial voltada à especialização produtiva e à exclusão do exercício de atividades alheias à produção agrícola *strictu sensu*. Neste sentido, a aparição do agricultor profissional se assenta na decomposição do campesinato tradicional e na perda da diversidade do espaço rural que se torna um espaço exclusivo da atividade agrária.

¹⁰ “...o status de “profissional” comumente está associado à aquisição de uma competência específica e não à transmissão de um patrimônio” (Remy, 2004)

Neste contexto, o exercício de outras atividades é interpretado como manifestação do processo de transição e ajuste entre a agricultura tradicional e a moderna, expresso sobretudo na noção de uma *agricultura em tempo parcial* assentada na figura do camponês-trabalhador (colono-operário).

A terceira etapa se assenta na noção determinantemente geográfica de um novo espaço rural delineado sobretudo na figura do agricultor familiar (ou, *camponês moderno*, Carneiro 2001:12). Aqui, retoma-se noções do campesinato (principalmente a centralidade na família), integrado-o ao mercado e à sociedade capitalista envolvente, só que como ator social responsável pela elaboração de estratégias de reprodução. Neste sentido, o entendimento agora emprestado as explorações *pluriativas* permite analisar o dinamismo da exploração familiar e as distintas iniciativas e atividades complementares no cotidiano dos grupos domésticos, deixando de constituir um fenômeno de transição, para se caracterizar como estratégia de reprodução.

Feito esse panorama, pode-se aqui inicialmente destacar a diferenciação existente entre o conceito de agricultura em tempo parcial do conceito de pluriatividade. Anjos (2001) considera que, no âmbito acadêmico, o termo pluriatividade somente ganha importância a partir da segunda metade dos anos 80. Até então, as alusões ao fenômeno eram expressas por agricultura em tempo parcial (*part time farming*) em que o foco de análise recai sobre a industrialização e os processos de urbanização sofridos pelas áreas rurais. O trabalho em tempo parcial é aqui considerado como um fenômeno de transição, uma estratégia de sobrevivência utilizadas por famílias com explorações pouco modernizadas e condenadas a definitiva desaparecimento (tal como havia sido previsto por autores clássicos como Kautsky). O uso do termo “pluriatividade” reflete as alterações na perspectiva dos debates sobre o desenvolvimento agrário e o papel da agricultura familiar. A evolução recente destes debates pode ser expressa, sobretudo, na passagem do paradigma da modernização produtivista ao recentemente denominado paradigma da multifuncionalidade, no qual se introduzem novos critérios para valorar os espaços rurais e redefinir a função da agricultura.

Nos estudos referentes a pluriatividade realizados por Schneider (2003), a principal diferença entre as noções é afirmada pelo fato do primeiro termo referir-se à parte do tempo de trabalho empregado na propriedade pelo indivíduo ou pela família, ao passo que a noção de

pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família¹¹.

No Brasil o estudo realizado por Seyferth (1974) é a primeira referência acerca da dupla inserção do campesinato nos termos tratado pela literatura internacional. Este estudo coloca em evidência as particularidades do colono-operário do Vale do Itajaí Mirim, inserido no processo de industrialização têxtil regional ocorrido no Estado de Santa Catarina. A autora conclui ser a agricultura em tempo parcial uma *forma de transição* dos agricultores, embora demonstre a importância deste tipo de estratégia para a reprodução social das famílias envolvidas.

Recentemente, novos estudos foram realizados em outras localidades da região sul do país, no Vale dos Rios Caí e Taquari no Estado do Rio Grande do Sul (Schneider, 1995) e no litoral norte do Estado de Santa Catarina (Anjos, 1995). Em ambos, a figura do colono-operário vincula-se à existência e consolidação de um dinâmico mercado de trabalho industrial e de uma infra-estrutura particular que absorve a mão de obra rural, permitindo sua permanência nas regiões de origem e favorecendo o processo de descentralização industrial.

Entretanto, ao contrário da análise feita por Seyferth (1974), os estudos citados não entendem ser a “pluriatividade” uma estratégia transitória de reprodução da agricultura familiar, não se tratando de um fenômeno conjuntural, mas o resultado do processo de transformação da agricultura, do mercado de trabalho, das novas dinâmicas econômicas e da reestruturação do modo de produção capitalista. Neste sentido, centram sua atenção no propósito de mostrar que a inserção dos agricultores (colonos-operários) no mercado de trabalho industrial se justifica na busca pela reafirmação e reprodução da condição camponesa.

¹¹ Existe, de fato, um longo debate histórico acerca desses termos. Na ótima revisão empreendida por Fuller (1984), podemos acompanhar as diferentes conotações e conceituações que a expressão "agricultura de tempo parcial" (*part-time farming*, termo cunhado por Rozman em 1930) foi adquirindo desde os anos 30 até meados dos anos 80, em função da importância econômica e política atribuída ao fenômeno nos diferentes países da América, Europa e Japão. Em outro trabalho (Fuller, 1990) pode-se acompanhar a passagem do termo "agricultura de tempo parcial" para "empregos múltiplos" (*multiple job-holding*, termo usado inicialmente por Fuguitt nos anos 50-60) e, finalmente, para "pluriatividade" (*pluriactivity*, expressão típica do fim dos anos 80 na Europa, no contexto das reformas da PAC). Na visão de Fuller há uma evolução que vai do conceito de agricultura de tempo parcial para empregos múltiplos (MJH) e, finalmente, para pluriatividade, no sentido de ampliar o peso dado às atividades e condições externas à agricultura, bem como às relações que se estabelecem entre as unidades produtivas e os contextos regionais, especialmente os mercados de trabalho. É no bojo dessas discussões que há uma "redescoberta", segundo Fuller, do desenvolvimento local e das comunidades.

Para Schneider a pluriatividade é um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Assim, apesar de ser decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho, ela é uma prática que depende das decisões dos membros e das famílias (Schneider, 2003:91).

Para Anjos a pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviço a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (Anjos, 2003:90).

Em 1997, um grupo de pesquisadores¹² de diferentes estados do Brasil, coordenado por Graziano da Silva, busca caracterizar e analisar o que consideram a face do *novo rural brasileiro*. Para estes, o aparecimento de novas atividades introduzem um conjunto de novas funções no espaço rural (ligadas principalmente às ocupações não agrícolas da população), que desta forma deixaria de estar associada apenas à produção agrícola e pecuária. Neste *novo rural* está inserida a família pluriativa, em que os membros deixam de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores que combinam formas diversas de ocupação em diferentes ramos de atividades, agrícolas e não-agrícolas. E esta nova inserção do agricultor se dá pelo fato de que as atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais e por não gerarem renda suficiente para todas as pessoas ocupadas em tempo integral.

Posteriormente, pode-se destacar que, numa dimensão sociológica da pluriatividade, os estudos indicam que a modernização da agricultura e da sociedade gera rupturas nas unidades familiares de produção, sobretudo nos princípios que fundam a unidade família-lavoura (Carneiro, 1998). Assim, em decorrência das imposições de novas condições de reprodução social (ampliação das relações assalariadas, mecanização acentuada e declínio da atividade agrícola), cuja efetivação torna-se cada vez mais um grande desafio para o grupo doméstico, a

¹² O chamado Projeto Rurbano é coordenado pelo professor Graziano da Silva e no qual participam diversos pesquisadores e instituições acadêmicas, buscam analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas mediante o exame de dados demográficos. Para maiores informações - www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano

família tem liberado seus membros das tarefas produtivas domésticas, para trabalhos rurais ou urbanos, dentro ou fora da propriedade

Em razão de todas essas transformações, estudos recentes começam a questionar a validade do entendimento clássico de família agrícola (baseado no modelo: uma propriedade, uma família, uma atividade). Recaindo, sobretudo, no fato, evidenciado por Schneider (2003) citando Lacombe, das unidades familiares de produção abrigarem diversos tipos de ocupações e atividades entre os membros. E neste sentido, as atividades passam a ser consideradas um atributo individual e a propriedade um local de moradia, como afirmado por Barthez, citado por Schneider, 2003.

A pluriatividade estaria alterando o conteúdo da unidade familiar, pois passa de uma situação na qual a propriedade era, ao mesmo tempo, lugar de residência e de produção para outra na qual ela é somente o local de moradia, uma vez que o trabalho e a produção dissociam-se geograficamente”(Barthez apud Schneider: 2003;101).

Por outro lado, apesar dos autores reconhecerem o aumento da autonomia das estratégias individuais e a conseqüente reestruturação do espaço rural, salientam que estas podem permanecer condicionadas e mediadas pela estratégia familiar na distribuição dos recursos. A família, em muitos casos, continua definindo a divisão social e sexual do trabalho e, assim, legitimando e dando continuidade às relações internas de hierarquia e poder.

Para estas análises, a especificidade da agricultura familiar continua residindo na estruturação da família, que responde pela organização técnica da produção, pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino dado aos seus resultados. Entretanto, a família deve ser entendida como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas, sendo percebida como uma estrutura flexível, passível de incorporar novos valores e construir novas percepções e práticas (Carneiro; 1998) .

“É importante lembrar que a noção de família também inclui um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensão”(Carneiro, 2000: 155).

Para este entendimento, a unidade familiar tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais, dialogando permanentemente com a tradição seja para rejeitá-la ou revalorizá-la. Novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados na construção de estratégias reprodutivas.

Segundo Carneiro (1998), identificar a capacidade de articulação do caráter familiar da agricultura familiar moderna é fundamental para a real compreensão das transformações no campo brasileiro. Isto por permitir compreender que o aumento das atividades não agrícolas, a individualização da força de trabalho e as novas atribuições do rural ocorrem ao mesmo tempo em que as famílias criam novas estratégias, visando conjugar os projetos individuais aos esforços coletivos de manutenção do patrimônio familiar. Com isso, a autora refuta as previsões de decomposição das relações familiares de produção pela inexorável individualização da força de trabalho nas sociedades capitalistas modernas em virtude, sobretudo, da persistência de algum nível de participação familiar na tomada de decisões. Salaria, neste sentido, a importância do contexto na compreensão do que vem a ser a pluriatividade, uma vez que este termo termina por homogeneizar fenômenos sociais distintos, com significados que variam segundo a dinâmica de reprodução das pequenas unidades produtivas. Ou, de outro modo, trata-se de uma questão metodológica mais geral, que impõe saber até que ponto o estabelecimento familiar agrícola é um mero agrupamento de estratégias individuais ou desenvolve seus próprios objetivos coletivos (Kageyama, 1998).

Concluindo, podemos dizer que o estudo da pluriatividade pode ser feito em diversos níveis analíticos e isto não se define abstratamente nem *a priori*, mas está relacionado com o fato de que esse fenômeno, mesmo pensado como mera noção descritiva empírica, tem significados distintos conforme o nível (ou estágio) de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto. No nível micro, a unidade pode ser a *família* – seja no sentido estritamente demográfico do termo, ou enquanto unidade familiar de produção – porque a decisão de um de seus membros de combinar atividades externas (não-agrícolas) com a atividade agrícola implica na realocação dos recursos produtivos de toda a família. O cálculo do balanço entre tempos de trabalho e rendas pertence ao âmbito familiar. Mas essa unidade também pode ser o *indivíduo*, se a família passou a ser o agregado de qualificações e estratégias profissionais de seus membros, com a atividade agrícola já restrita a um papel secundário. Entretanto, a "segunda atividade" não se exerce em abstrato ou descolada do resto da economia, e sim num *mercado de trabalho*, e este constitui um outro nível analítico. Kageyama (1998), estima que este novo nível analítico não é propriamente macro, mas talvez "*mesoeconômico*", uma vez que a manutenção do vínculo com a propriedade rural (inclusive como moradia) implica atividades em mercados de trabalho locais não muito distantes. Essas atividades podem estar localizadas indiferentemente nas áreas ditas rurais

(serviços ligados ao turismo rural, por exemplo) ou em áreas urbanas próximas (indústrias, comércio, serviços de todo tipo). O que importa é a existência de mercados de trabalho com necessidades que possam ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, o que por sua vez não depende da delimitação urbano-rural e, sim, de características econômicas, sociais e culturais das *economias locais*, um nível analítico relativamente novo.

Com isso evidencia-se que as análises das estratégias elaboradas pelas famílias de agricultores devem considerar o meio ao qual estão inseridas. Concordando com as noções de estratégias de reprodução apresentadas por Schneider (2003) e por Frank Ellis (1998). Respectivamente, no sentido de que as estratégias são o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos com as famílias e, de ambos com o ambiente social. E no sentido, de que as estratégias resultam das diferentes combinações entre os capitais (social, humano, financeiro) realizadas pelas unidades familiares a partir do contexto e das relações local.

De maneira mais ampla, podemos considerar que a reestruturação do trabalho e conseqüentemente do espaço rural tem provocado alterações dos enfoques e dos conceitos utilizados nas análises e estudos. Nos últimos anos, os autores brasileiros passaram a utilizar novas terminologias, noções e conceitos para se referir ao rural como tema de investigação analítica. O que tornou difícil precisar até que ponto os pressupostos utilizados estão reapropriando concepções analíticas utilizadas no passado, ou se estão construindo novas concepções. Contudo ao proporem novas definições conceituais e operacionais para o rural, os autores os fazem sob um quadro de mudanças e dinâmicas, que será apresentado com maior detalhamento do terceiro capítulo, podendo ser assim resumido: 1) o processo de globalização econômica e a redefinição do modo de produção e mercado; o avanço da tecnologia principalmente as de comunicação e a redefinição das fronteiras entre global/ local, urbano/ rural; 2) O processo de redefinição do mercado de trabalho, com uma maior flexibilização das relações, redefinição da dicotomia rural x urbano ou agrícola x não agrícola; 3) A emergência da legitimação da problemática ambiental como forma de relacionar o rural e o urbano.

Capítulo 2 - Evolução dos Sistemas Agrários da região do território da Encosta da Serra Geral

Neste capítulo, apresentamos um estudo das transformações ocorridas ao longo do anos no território da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina, considerando seus aspectos históricos, físicos, econômicos, sociais e ambientais. Através da elaboração no âmbito analítico da Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários, procuramos interpretar a conformação dos atuais sistemas produtivos, a fim de desenharmos as bases sobre as quais são elaboradas as estratégias de reprodução dos agricultores nos dias atuais. Os sistemas produtivos e as estratégias elaboradas hoje resultam dos sistemas e estratégias reprodutivas elaboradas e transformadas ao longo da história, ainda que se assentam também da conformação macro-estrutural e dos sentidos e representações dadas pela sociedade.

Neste sentido, Mazoyer e Roudart (2001) sugerem que o conceito de sistemas agrário deve ser empregado para caracterizar e avaliar as transformações que afetam, no longo prazo, o conjunto ou um conjunto dominante de estabelecimentos agrícolas de uma região ou país e, também compreender as condições e conseqüências econômicas, e culturais implicadas em suas evoluções e diferenciações. Para estes autores Sistema Agrário *“é um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado as condições bioclimáticas de um espaço definido e respondendo as condições e necessidades sociais de um certo momento”* (Mazoyer- 1987 apud Fao Incra1999).

A fim de recortar o ambiente e definir os limites da realidade a ser estudada, optamos pela região compreendida pelo território da Encosta da Serra Geral. A escolha se relaciona ao fato de abranger agricultores e unidades produtivas familiares envolvidas no projeto de desenvolvimento sustentável e na agricultura orgânica promovido pela Associação Agreco. A noção de território se refere, sobretudo, ao nome utilizado por esses projetos e pela identidade que as associações buscam construir entre as famílias e os agricultores. Para o resgate histórico da evolução e diferenciação dos sistemas agrários da região, foi utilizado dado secundário como livros e dissertações. No que se refere a caracterização da área de estudo foram utilizados alguns critérios definidos por Mazoyer e Roudart (2001), como as variáveis Meio cultivado, Instrumento de produção, Modo de artificialização do meio, Divisão social do trabalho, Relação de força e de

propriedade, Conjunto de idéias e instituições, Excedente agrícola e relação de troca, Fontes de renda, Mudanças significativas ocorridas no período, Situação determinante da ruptura.

2.1 Caracterização da área de estudo

Apresentamos informações sobre a área, dados históricos, dados da situação atual e da evolução dos indicadores socioeconômicos e dos sistemas agrários de uma região composta por pequenos municípios localizados na Encosta da Serra Geral, na região próxima a Florianópolis, em Santa Catarina. O município de Santa Rosa de Lima foi considerado em momentos específicos como representativo das características socioeconômicas, políticas e ambientais deste território, o que nos levou a considera-lo como uma referência neste estudo

A construção deste território se associa a um projeto de desenvolvimento local¹³ e sustentável coordenado principalmente pela Associação Agreco (Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral). A construção deste território se deu pela implementação de um projeto de desenvolvimento que busca estabelecer parcerias e construir estratégias socioeconômicas alternativas às famílias rurais.

A definição da área de estudo se deu inicialmente pelo intuito de entender as estratégias de reprodução elaboradas pelos atores sociais a partir da implantação deste projeto de desenvolvimento. Contudo, ao entender a evolução e diferenciação dos sistemas produtivos da região nos deparamos com atores sociais que não fazem parte deste processo constituindo outros sistemas produtivos. E ainda percebemos que atores sociais implementam diferentes sistemas produtivos, havendo portanto, uma diferenciação nítida e excludente entre eles, no sentido de se completarem e se oporem continuamente na conformação de um novo sistema agrário.

a) A área física da região

O Município de Santa Rosa de Lima possui uma área de 154 Km, está localizado na mesorregião sul do Estado de Santa Catarina. Distante cerca de 120 Km de Florianópolis, situado geograficamente junto às encostas da Serra Geral e Vale do Rio braço do norte, integrando juntamente com outros 16 municípios, a microrregião de Tubarão. O município está delimitado ao norte por Anitápolis, ao sul por Rio Fortuna, a leste por São Francisco e São Martinho e a

¹³ O desenvolvimento local entendido como um processo de criação, de valorização, e de retenção das riquezas de um território, controlados progressivamente pelo conjunto dos habitantes(Inde,1994 apud Schmidt2003).

oeste por Rio Fortuna e Urubici. Todos esses fazem parte do que chamamos de território da Encosta da Serra Geral.

Os municípios apresentam, de modo geral, uma baixa densidade demográfica, enquanto o Estado (SC) apresenta uma densidade de 51 hab/Km, Sta Rosa está numa proporção de 10,24Km². Os dados, segundo o IBGE¹⁴, demonstram que mais de 73% da população está domiciliada em zona rural. Ocorrendo um decréscimo da população rural em torno de 0,62% ao ano. Assim, os municípios são eminentemente rurais, com exceção de Gravatal, que por ficar mais próxima de tubarão conta com uma maior circulação de pessoas em função de uma hotelaria baseada nas águas termais (ver tabela1).

Tabela 2.1
Distribuição Populacional do Território da Encosta da Serra Geral entre Urbano e Rural

Municípios	Pessoas Residentes	Urbano	Rural
Anitápolis	3230	1116	2114
Armazém	6873	3520	3353
Grão Pará	5814	2676	3140
Gravatal	9911	3865	6046
Rio Fortuna	4316	1213	3103
São Martinho	2386	888	2386
Santa Rosa de Lima	2007	423	1584
Total	35425	13699	21726

Fonte: Icepa-SC, 2000 apud Schmidt 2003

Desde os anos 70 não houve alterações significantes em relação à população total do município de Sta Rosa de Lima. Embora chame a atenção o fato de que, neste mesmo período houve um deslocamento crescente da zona rural para a urbana do município. No início dos anos 90 este movimento foi se acentuando, e atualmente o município apresenta 79,07 % de sua pop residindo no campo, permanecendo ainda assim predominantemente rural (tabela2. 2).

Tabela 2.2
Evolução do Processo de Distribuição Populacional de Santa Rosa de Lima – SC

Ano População	1970		1980		1991		1996	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Urbana	45	2,54	121	7,08	332	17,51	392	20,93
Rural	1.728	97,46	1.587	92,92	1.564	82,49	1.481	79,07
Total	1.773	100	1.708	100	1.896	100	1.873	100

Fonte: IBGE, 1970 e 1991/ Anuário estatístico de Santa Catarina – 1995 apud Muller (2001)

O clima regional é definido como mesotérmico úmido, sem estação seca no decorrer do ano, com verões quentes e temperaturas médias anuais entre 14 e 20 graus Celsius. A região,

¹⁴ IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística

pertencente à bacia Rio Braço do Norte que tem como principais afluentes o Rio do Meio, dos Bugres, Santo Antonio e dos Índios, é reconhecida como um corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Schmidt, 2003).

Originalmente, a vegetação era composta por florestas Umbrófilas Densas (Mata Atlântica) e Mistas (predomínio das araucárias). Mas atualmente como consequência do desmatamento, prevalecem vegetações secundárias, principalmente nas áreas anteriormente destinadas ao cultivo agrícola ou ao reflorestamento de eucalipto e pinus. Remanescentes das florestas originárias estão localizados junto à Serra geral, em locais de difícil acesso. Mais recentemente, o meio ambiente vem sendo comprometido também pela inadequação das políticas de saneamento básico, do desenvolvimento da suinocultura e do uso de pesticidas químicos na atividade agrícola. A adoção de práticas inadequadas de uso e conservação do solo tem provocado processos erosivos e, conseqüentemente, o assoreamento de rios e riachos (Schmidt, 2003).

Do ponto de vista geológico, destacam-se formações rochosas compostas por granitóides, associados à presença de água mineral (termal ou não) e a diversos minerais (alcário, caulim, quartzo). Os solos mais comuns na região são os Argissolos Vermelhos-Amarelos e os Cambissolos. O primeiro se caracteriza por serem solos ácidos, por ocorrerem em relevo ondulado e por serem de fácil erodibilidade, apresentando pouca ou nenhuma condição de mecanização. São utilizados principalmente para pastagem natural e para culturas de subsistência. O segundo, são solos de baixa profundidade, com relevo que varia do suave ondulado até montanhoso, com ou sem pedras na superfície. São utilizados para o cultivo de arroz, feijão, milho, batatinha, fumo, soja e para pastagens e reflorestamentos.

Quanto à evolução da estrutura fundiária, mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários da região possuem menos de cinquenta hectares, ocupando 45% da área total. 88% dos responsáveis são proprietários (Ibge,1995/1996 apud Schmidt, 2003). No município de Santa Rosa, cresceu o número de pequenas propriedades enquanto diminuiu o número de grandes propriedades entre os censos agropecuários de 1970 e 1995. Neste último, dos 303 estabelecimentos agrícolas do município, 210 unidades têm até 50 hectares, representando 69,31%, e 94 unidades têm até 20 hectares representando 31,02% (Tabela 2.3).

Tabela 2.3

Estrutura Fundiária no município de Santa Rosa de Lima (1970-1995)

Grupos de Área (há)	1970		1985		1995			
	N	Área	N	Área	N	%	Área	%
Até 10	23	119	40	189	43	14,19	199	1,59
10 a menos de 20	19	262	26	372	51	16,83	738	5,88
20 a menos de 50	107	3.612	78	2.606	116	38,29	3.758	29,96
50 a menos 100	98	6.690	82	5.451	74	24,42	5.098	40,65
100 a menos 200	21	2.871	22	2.702	16	5,28	2.081	16,59
200 a menos de 500	3	844	5	1.387	3	0,99	668	5,33
500 o mais	-	-	1	1.050	-	-	-	-
Total	271	14.398	254	13.757	303	100	12.542	100

Fonte: IBGE, 1970 e 1991/ Anuário estatístico de Santa Catarina – 1995 apud Muller (2001)

Economicamente, o município depende da agricultura e pecuária. Segundo os dados do Censo Agropecuário 95-96), a atividade agrícola predominante é a lavoura temporária, com destaque para o fumo de estufa, seguido pela cana de açúcar, cereais - arroz e milho - batata inglesa e outros produtos de subsistência. Vale destacar a importância da produção de hortaliças ecológicas, presente em cinquenta e sete propriedades, substituindo em grande medida o cultivo do fumo.

A região é caracterizada pelo isolamento relativo, uma vez que está fora de qualquer eixo viário importante. Por isso, apresenta precárias estradas que interligam os municípios e uma estrutura deficiente de comunicação, como a telefonia.

b) Caracterização da Evolução dos Sistemas Agrários do Território da Encosta da Serra Geral ou da região de Sta Rosa de Lima - Sc

Sistema Indígena (...- 1800)

No passado da região estudada, os índios Xokleng viviam às margens do rio e nas áreas de várzeas. Utilizavam instrumentos de pedra polida e cerâmica. Cultivavam mandioca, milho, algodão, frutas, tabaco e grãos. Com queimadas periódicas da floresta, faziam roças através da coivara e da rotação de terras, abandonadas após a colheita. Tinham uma agricultura e uma vida social comunitária na forma de tribo. Não havia a propriedade da terra ou dos meios de produção, as atividades eram organizadas principalmente a partir da divisão sexual do trabalho e visando a subsistência da tribo. A crise do sistema de produção indígena se deu sobretudo pela ocupação

extensiva da terra cultivada pelos colonizadores inseridos numa política de colonização financiada e estimulada pelo Estado. No período de colonização os índios tiveram uma significativa redução no número da população.

O sistema Agrário Colonial (1800 – 1950)

A política de colonização do Estado de Santa Catarina teve início em meados do século XVII com a criação de 3 núcleos: Nossa Sra do Rio São Francisco (1658), Desterro (1662) e Santo Antonio dos Anjos da Laguna (1682). Em 1828 visando garantir vias de penetração e comunicação entre o planalto e o litoral, ligando Lages a Florianópolis, foi criada a primeira colônia européia, de origem alemã, no estado, em São Pedro de Alcântara. Os imigrantes encontraram bastantes dificuldades devido à densa floresta e ao relevo acidentado e montanhoso. Os colonos foram gradativamente se deslocando em direção ao atual Vale do Rio do Braço Norte e do Rio Capivari em busca de terras menos montanhosas, mais favoráveis ao cultivo. Assim, a partir de 1895, surgiram outras colônias como Braço do Norte, Rio Fortuna, e Santa Rosa de Lima.

O processo de colonização de Santa Rosa foi iniciado em 1905, com a chegada dos colonos alemães na localidade. Em 1920, intensificam-se os fluxos migratórios de italianos e açorianos que se deve ao incentivo dado por políticas públicas de colonização. Ao contrário de outras colônias da região, os imigrantes de Santa Rosa de Lima não contaram com nenhum apoio estatal, dando-se por iniciativa dos próprios agricultores (Schmidt, 2000).¹⁵

O isolamento geográfico da região dificultou o estabelecimento de uma rede de comercialização e acesso aos centros consumidores, devido à presença de uma densa floresta e a ausência do auxílio estatal. A ocupação das terras pelos agricultores estabeleceu uma relação de confronto com os índios Xokleng, que já habitavam a região e que constituíram o primeiro sistema agrário da região. Destes, foram incorporadas algumas técnicas agrícolas, como a coivara e a rotação de terras, adotadas pelas famílias visando suas subsistências. O suíno da raça Macau era o elemento principal da dinâmica econômica e organizativa dos sistemas de produção dos primeiros colonos (Schmidt, 2003).

¹⁵ Em geral o governo financiava lotes coloniais às famílias imigrantes (a ocupação obedecia a formação de picadas abertas no meio da mata pelos administradores), além de uma possível ajuda de custos para os primeiros meses.

As regiões de várzeas eram destinadas à construção das casas, ao pomar, à horta e à criação de animais, as demais áreas de propriedade, situadas nas encostas, sendo destinadas às lavouras.

Os instrumentos de produção utilizados neste período são na sua maioria rústicos, como facões e foices, machados e serrotes. As práticas culturais eram feitas manualmente, tendo a enxada como principal instrumento. A aração da terra, com auxílio de bois, desenvolveu-se somente anos depois. O cavalo ou o carro de boi eram os meios de deslocamento utilizados para o trajeto da propriedade até a praça. Para o transporte das mercadorias, eram utilizados os burros, com cestos de cipó ou taquara, pois eram os únicos animais que passavam pelas “picadas” que conduziam até Laguna, principal ponto de comércio.

O modo de artificialização do meio era ordenado principalmente pelo sistema de criação do porco Macau voltado à comercialização na forma de carne, mas principalmente na forma de banha, além da venda eventual de outros produtos como manteiga, nata, ovos, feijão e, eventualmente, madeira.

O sistema de criação do porco Macau, segundo Muller (2001), pode ser dividido em 3 etapas: 1) período em que os filhotes permanecem com a mãe no chiqueiro, até o momento do desmame; 2) período em que a criação é conduzida ao pasto onde permanecem soltos, recebendo milho como alimento complementar; 3) momento da engorda, os porcos são conduzidos aos chiqueiros onde permanecem até o abate, tendo como alimentação básica a “lavagem”, uma espécie de cozido com batata doce, mandioca, milho e abóbora. Havia ainda a policultura associada à criação de pequenos animais, através da coivara ou rotação de terras. A atividade inicial consistia na derrubada da floresta. Após a secagem do material vegetal restante, este era queimado. As toras mais grossas eram utilizadas na construção de casas e benfeitorias, enquanto as menores eram utilizadas como lenha. Depois do período de cultivo, se procedia a rotação de terras, deixando a área em pousio, para criar novamente capoeira. O tempo de pousio era variável conforme o tamanho da propriedade, seu relevo e a necessidade de seu uso. No primeiro ano de roçado, após a queimada, era plantado o milho, podendo estar associado à abóbora, e, no segundo ano, cultivavam-se a mandioca e a batata doce, utilizada para a engorda dos animais. Além destes, eram cultivados de maneira secundária o arroz, o feijão e a batata inglesa. Existia um pequeno comércio de excedentes onde o agricultor obtinha outros gêneros alimentícios e

utilitários que não eram produzidos na propriedade como sal, roupas, querosene e alguns instrumentos.

As mudanças significativas ocorridas neste período se associam à ampliação das picadas, que permitiu o trânsito de carros de bois, e, uma década depois, ao alargamento da estrada que liga Santa Rosa a Anitápolis para a passagem de automóveis e carros. Aos poucos, foram surgindo descascadores de arroz, ferrarias, engenhos de açúcar, produção de fubá e farinha de mandioca em engenhos movidos por rodas d'água. Nos anos 40, foi aberto um abatedouro em Rio Fortuna, intensificando o comércio de porcos vivos, que será, posteriormente, ampliado pela construção da estrada ligando Tubarão a Florianópolis.

A partir dos anos 60, este modo de vida e de produção entra em crise, juntamente com diminuição do mercado e dos preços do porco, da banha (em razão da entrada no mercado do óleo vegetal) e da manteiga (substituída pela margarina). Convém observar também a diminuição do tamanho das propriedades que passaram a ser redivididas para constituir novos núcleos familiares. Fatores esses que ocasionaram a intensificação da migração rural-urbana em direção ao alto do vale do Itajaí e ao oeste do estado. A crise gera a necessidade da busca de outras estratégias de reprodução e fontes de renda, que associada às políticas públicas de apoio à modernização da agricultura provoca uma situação de ruptura no sistema de produção e conduz à integração das famílias às agroindústrias fumageiras.

Sistema de mercado integrado ao complexo agroindustrial (1960- 1996)

A integração a cadeia agroindustrial do fumo permitiu a otimização do uso das áreas planas, com o cultivo do milho nas encostas do morro. Este período se caracteriza pela introdução de estufas para o cultivo do fumo, assim como o uso de pacotes tecnológicos (sementes selecionadas, fertilizantes e agrotóxicos). O processo de costura manual dos “sacos” utilizados no processo de secagem do fumo foi posteriormente substituído pelo uso das tecedeiras. Os agricultores ainda realizavam a operação de capação, visando evitar que o fumo emitisse botões que prejudicariam o tamanho e o peso das folhas. Inicialmente feito manualmente demandado certa mão de obra durante todo o ciclo produtivo. Posteriormente, foi introduzido o uso de um agrotóxico anti-brotante. E ainda utilizavam equipamentos agrícolas, arados, adubação química, e

tobata (Tabela 2.4). O uso da tração animal permaneceu, por se adaptar melhor às restrições econômicas e ecológicas presentes nas unidades familiares da região (Muller, 2001).

Tabela 2.4
Evolução do Processo de Mecanização de Santa Rosa de Lima – SC

Ano	Total	Microtratores (tobata)- até 20cv	Tratores - potencia média de 20 a 50 cv	Tratores - potencia média e alta + de 50 cv	Número total de propriedades	% propriedades com tratores de potencia média a média/alta
1970	2	-	1	1	271	0,7
1975	4	2	1	1	249	0,8
1980	14	4	1	9	205	4,9
1985	43	26	4	11	254	6,0
1995/96	60	30	4	26	303	9,0

(Fonte: fundação ibge – censo agropecuário de Sc – 1970,1975, 1980, 1985 e 1995/1996), Muller

A integração agroindustrial do fumo, implantada em Santa Rosa no início da década de 60, ocorreu em função da instalação da empresa Souza e Cruz. O fumo de estufa foi introduzido na forma de *pacote* – a empresa fornece sementes, adubo químico e agrotóxico, incluindo a assistência técnica através dos instrutores. O agricultor recebe da empresa um crédito que deve ser utilizado para a construção das estufas e de todos os insumos necessários no ciclo produtivo; o pagamento da dívida contraída é feito anualmente, no momento da entrega do produto. O prazo para a devolução total do crédito podia ser parcelado em até 5 anos.

A inserção das famílias na produção de fumo se associa a aspectos econômicos, como uma renda fixa e garantida, a assistência técnica e existência de crédito agrícola e de investimentos voltados a essa produção, proveniente do governo federal e repassados pelas fumageiras. Como forma indireta de complementação importantes de renda para o consumo direto da família estão a produção de carne, banha, manteiga e farinha de milho.

Embora inicialmente a modernização e a utilização de pacotes tecnológicos estivessem restritas ao cultivo do fumo, posteriormente seu uso foi estendido a outras culturas, como a introdução do milho híbrido (estimulada e incentivada pela ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina).

Estas inovações deram origem ao processo de sucessão fumo-milho híbrido possibilitado pelo plantio tardio deste milho, que é plantado na mesma verga do fumo para o reaproveitamento do adubo. Poderia vir a constituir um outro sistema produtivo embora permaneça vinculado ao sistema do fumo. Essa associação intensifica o uso de herbicidas entre os produtores vinculados

às fumageiras. A produção de milho está voltada à alimentação dos animais, se associando à atividade leiteira da propriedade.

A força de trabalho utilizada neste período ainda é predominantemente familiar, só que agora com a eventual contratação de assalariados (trabalhador temporário ou diarista) nos períodos de maior carência de mão de obra. Também convém mencionar a realização de “troca de serviço” entre as famílias, visando suprir a falta de mão de obra e de capital para o pagamento de assalariados.

O fumo é vendido para as empresas fumageiras (financiadoras) e o valor pago depende da verificação da qualidade do produto, que é classificado em a, b,c e d. Surge também a figura do feirante, graças a certas melhorias das estradas, principalmente das vias secundárias de acesso às comunidades, o que amplia os canais de comercialização. Os feirantes são comerciantes que percorrem as propriedades rurais para a compra da produção dos agricultores para serem revendidas em feiras populares nos centros próximos. Além disto, efetuam a venda de produtos aos agricultores, como insumos e gêneros alimentícios. Vale ressaltar que, em ambas as atividades, o feirante tem a prerrogativa de estabelecer o preço de compra e venda dos produtos.

Como principais mudanças do período, podemos citar: a formação de instituições representativas, como o sindicato; mudanças nas unidades produtivas fomentadas principalmente pela assistência técnica; redução da auto-suficiência das propriedades levando a uma maior dependência econômica e tecnológica; a perda de conhecimentos, da lógica de decisão e gestão e de práticas tradicionais e culturais; a mercantilização da produção; introdução de uma infraestrutura semelhante à urbana e o aumento da auto-exploração familiar principalmente nos períodos de colheita, onde é exigida uma grande quantidade de mão de obra. Embora todas essas transformações, permanecem o uso de alguns instrumentos rústicos de trabalho, a produção diversificada (venda ou subsistência), a presença da figura política/econômica do intermediário e a prática da troca de serviços entre vizinhos. E surgem as primeiras preocupações ambientais.

No início da década de 90, há uma queda nos preços do fumo e uma elevação dos custos de produção, ocasionando a queda da renda dos agricultores (Tabela 2.5). A contratação de trabalhadores assalariados tornou-se mais difícil e a troca de serviço entre os vizinhos deixou de funcionar em função da diminuição das famílias, seja pelo ciclo geracional, seja pela migração para centros próximos a procura de emprego ou estudo. O aumento conseqüente da auto-exploração familiar deixa de ser uma alternativa “compensatória”, principalmente quando

considerado o aumento dos problemas de saúde trazidos pelo trabalho exaustivo¹⁶ e pelo uso intenso de agrotóxicos. A esta conjuntura se acrescenta a instabilidade econômica do mercado fumageiro, restrições do crédito agrícola, perda de garantia por parte do governo federal de destinação de recursos financeiros para a construção de estufas e de agroindústrias de pequeno porte. Estas precariedades e dificuldades determinam a situação de crise do sistema de produção caracterizado pela predominância ao cultivo do fumo. E assim, o fumo vai aos poucos deixando de ser a única alternativa de renda para os agricultores da região.

Tabela 2.5
Evolução da renda em R\$ dos produtores de fumo no período 1994/98 (Brasil)

Safra	Renda bruta/ha	Custo de produção/há	Lucro/há
1993/94	2.801,40	2.185,18	616,22
1994/95	3.207,40	2.789,18	418,22
1995/96	4.060,00	3.758,00	302,00
1996/97	4.060,00	3.601,48	458,52
1997/98	4.060,00	3.674,12	385,17

Fonte: Deser (1999) apud Muller (2001)

Em meados da década de 80, a atividade de produção de carvão vegetal é intensificada na região, devido, em parte, a uma conjuntura de crise, mas também pela instalação da empresa carvoeira *Cecrisa*. Além de explorar diretamente as áreas vegetadas, esta última passou a atuar também como intermediária na comercialização do carvão, adquirindo-o dos agricultores. No entanto, a atividade carvoeira tem diminuído gradativamente em decorrência da saída da empresa, a fiscalização ambiental, como também pelo processo de conscientização dos agricultores. Apesar deste recuo, a atividade continua sendo praticada por alguns agricultores que se encontram em situações econômicas precárias, residindo em comunidades distantes da sede do município e apresentando maiores dificuldades de acesso à infraestrutura básica como estradas, meios de transporte, comércio, serviços públicos de saúde, educação, informações, assistência técnica, crédito, etc (Muller, 2001:117).

Sistema Agrário Atual (1996 - ...)

O Sistema Agrário atual é composto por quatro sistemas produtivos: o agroecológico ou orgânico, o leiteiro, o reflorestamento e o fumo. Tal composição indica a consolidação de uma

¹⁶ A produção do fumo demanda muita mão de obra durante todo o seu ciclo por ser composto de diversas etapas, mas há uma forte concentração de trabalho na etapa de colheita e secagem.

diversificação de sistemas produtivos e a consolidação de diferentes interesses e funções para a ocupação do solo e para a agricultura, retomada no capítulo 4.

O primeiro sistema produtivo está organizado em torno da Agreco, a associação de agricultores voltados a produção orgânica e a transformação em pequenas agroindústrias familiares. É sobre este sistema produtivo que se debruça os objetivos deste trabalho, isto é, buscamos entender a organização familiar e produtiva de algumas unidades que pertencem à associação de agricultores, orientada para um desenvolvimento territorial e sustentável e que, por isso, encoraja a prática do sistema produtivo orgânico.

No que concerne ao manejo produtivo praticado pelos agricultores filiados à Agreco, tem-se um quadro bastante diversificado, ilustrado por Cabral (2005) pela concepção de uma escala, onde:

- a) Num extremo, estariam os produtores de leite que ainda continuam utilizando uréia na produção de milho destinado à alimentação das vacas e por isso, se aproximariam de uma forma de agricultura com baixo uso de insumos externos.
- b) Numa posição intermediária, encontramos a maioria dos produtores cujo manejo está baseado principalmente na eliminação do uso de agroquímicos e no emprego de adubação orgânica e que se aproxima do que se apregoa a agricultura orgânica e ecológica.
- c) Noutro extremo, estariam alguns produtores que inspirados nas abordagens da agroecologia e da permacultura, vêm construindo agroecossistemas que, além do emprego de técnicas ecológicas elementares, procuram integrar as diferentes atividades e planejar a propriedade como um todo.

De outra forma, podemos pela tabela 2.6 perceber a porcentagem de adoção dos Sistemas de Cultivos implementados pelos agricultores pertencentes a Agreco.

Tabela 2.6

Sistema de cultivo dos agricultores que pertencem a Associação Agreco				
Tipos	Adota		Não adota	
	número	%	número	%
Cultivo Convencional	7	63,4%	4	36,6%
Cultivo Direto	11	100%	0	-
Cultivo Orgânico	11	100%	0	-

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

A opção pela produção orgânica é efetuada a partir da construção da Associação Agreco (cuja trajetória e estrutura serão vistos na seqüência do trabalho) em 1996, da garantia de mercado (vinda de uma rede de supermercado) e do uso menos intensivo da mão de obra familiar¹⁷. Algumas famílias passam a estarem inseridas a um sistema produtivo, que integra técnicas “tradicionais”, no sentido de serem conhecimentos familiares, um patrimônio sócio-cultural (Lamarche, 1993), com o uso de alguns equipamentos agrícolas, visando um manejo ecológico e uma gestão integrada sustentável da propriedade. A substituição de adubo químico e de uréia é a maior dificuldade encontrada pelos agricultores, sendo que a aquisição externa traz uma maior dependência e onera os custos de produção. Posteriormente, vem a questão em torno do herbicida dessecante (*round up*, utilizado na eliminação de inços) e do retorno (ou da continuação para alguns) do uso da enxada e da tração animal na realização da tarefa. E, por último, o desafio do controle de pragas e doenças sem o uso de agrotóxico. Os insumos e as técnicas utilizadas pelos agricultores vinculados à Agreco podem ser percebidos pela tabela 2.7 seguinte.

Tabela 2.7

Insumos e técnicas dos agricultores Agreco por freqüência de uso							
Tipos	Freqüente		Pouco freqüente		Não Utiliza		Total de famílias
	número	%	número	%	número	%	
Utilização da adubos químicos	–	–	2	18,18%	9	81,81%	11
Utilização de adubo Verde	4	36,36%	5	45,45%	2	18,18%	11
Utilização Agrotóxico	–	–			11	100%	11
Utilização de composto orgânico	1	8,86%	4	36,36%	6	54,54%	11
Utilização de esterco	8	72,72%	3	27,27%		–	11
Utilização de irrigação	2	18,18%	3	27,27%	6	54,54%	11
Utilização descanso do solo-pousio	3	27,27%	2	18,18%	6	54,54%	11
Utilização de queimada	–	–	4	36,36%	7	63,63%	11
Utilização rotação de cultura	7	63,63%	3	27,27%	1	9,09%	11

¹⁷ Segundo Muller, a quantidade de mão de obra empregada na produção orgânica pouco se difere da necessária para a produção do fumo, embora a maioria dos depoimentos recolhidos em sua pesquisa indique o contrário. A diferença está em que o tempo e o trabalho necessário na produção orgânica é mais bem distribuído no decorrer do ano agrícola, o que torna o trabalho passível de ser executado por menos pessoas, deixando a sensação de “ser mais leve” (Muller; 132: 2001).

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Posteriormente, a produção orgânica se vincula a uma rede de pequenas agroindústrias familiares (Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede), responsáveis pela agregação de valor aos produtos *in natura*. Os principais produtos beneficiados e comercializados são: a cana de açúcar, na forma de açúcar mascavo e melado; o mel; a cebola, beterraba, pepino, vagem, couve flor, entre outros, na forma de conserva; o leite, na forma de queijo; e as hortaliças orgânicas embaladas a vácuo.

A introdução da produção orgânica gerou modificações na organização do sistema produtivo destas unidades, seja na escala de produção, ou nas etapas do processo, como o uso de estufas, o processamento e industrialização. Ademais, algumas famílias passaram a diversificar a renda com atividades voltadas ao agroturismo através da associação Acolhida da Colônia. Portanto, podemos afirmar que os agricultores e unidades produtivas envolvidas neste sistema de produção têm como fontes de renda e atividades, além da produção orgânica, o beneficiamento em agroindústrias de pequeno porte e o agroturismo.

Os produtos orgânicos beneficiados ou não atendem à demanda de um *mercado de clientela* constituído por consumidores de classe média dos centros urbanos, além da parceria com o governo estadual com vistas a fornecer merenda de algumas escolas da região. Por outro lado, o agroturismo atrai diferentes pessoas, desde aquelas interessadas em conhecer a experiência da produção orgânica de alimentos até aquelas que buscam descanso “junto à vida rural” distante do dia a dia das cidades.

Os agricultores e unidades produtivas vinculadas ao projeto de desenvolvimento sustentável fazem uso de enxada, tração animal e manual; uso de esterco, capina com enxada, cultivador tracionado pelo boi; plantio com matraca ou manual. Eles ainda têm um sistema produtivo caracterizado pela substituição parcial do adubo químico e da uréia pela adubação orgânica e por um uso não muito freqüente da adubação verde e do plantio direto.

A produção e as agroindústrias são, em sua maioria, financiadas por programas específicos do Pronaf e, portanto, incentivadas pelo governo federal, além da própria Associação da qual fazem parte.

As mudanças significativas estão na criação da figura do supermercadista como intermediário entre produtor-consumidor. O trabalho associativo, tanto na produção quanto no beneficiamento dos produtos, permite agregar mais valor e atribuir maior importância à qualidade

e à melhoria visual do produto. Os produtos são garantidos junto a Ecocert, através da certificação em grupo.

Segundo Schmidt (2005), o recenseamento da agricultura orgânica que o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina publicou em dezembro de 2002 (ICEPA, 2002), apontou 94 *propriedades orgânicas* nos sete municípios que compõe a região em estudo. Se para a maioria deles, como no caso brasileiro ou catarinense, estas unidades representam muito pouco¹⁸, para o município pólo do processo esses números tomam uma outra dimensão. Santa Rosa de Lima aparece com 61 *propriedades orgânicas*. Se considerarmos que o total de estabelecimentos agropecuários no município é de 303, chegamos ao expressivos percentual de 20%, ou 1 unidade orgânica para cada 5. O que corresponde aproximadamente 50 vezes os índices nacional e catarinense. Em termos absolutos, ele é também o município que tem o maior número de *propriedades orgânicas* em Santa Catarina. Mais do que isso, sozinho o município entra com 9% do número total de unidades de produção orgânica existente nos 97 municípios em que se identificou pelo menos uma delas.

O Sistema Produtivo leiteiro pode ser dividido em dois: a produção orgânica e a produção convencional. Ambos estão pautados na venda do produto in natura e do produto processado na forma de queijo. Entretanto, diferem quanto ao modo de produção. O primeiro, usa adubação orgânica e se baseia do sistema de pasto rotativo. Geralmente, está associado a alguma agroindústria pertencente à rede Agreco, atingido o mercado específico de orgânicos. Seus agricultores são assistidos pelos técnicos da Associação, assim como usufruem de toda a infra estrutura existente. Por outro lado, o segundo atinge a demanda do mercado tradicional de laticínios da região ou fornece os produtos a atravessadores que os revende em feiras. Este grupo conta com a assistência dada pelos técnicos da Epagri e da prefeitura, através de cursos técnicos e melhoramento genético dos animais (Muller, 2001).

Este sistema provoca uma alteração na dinâmica interna das famílias, sobretudo em razão da renda que passa a ser mensal e do uso menos intensivo da mão de obra familiar. Ademais, gera

¹⁸ Apesar da inexistência de dados consolidados, os números melhor aceitos são os de que há, neste momento, em torno de 20.000 *produtores individuais* orgânicos (em 12.800 projetos certificados). Considerando-se os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o total de estabelecimentos agropecuários – que podem ser associado *grosso modo* ao número de unidades produtivas – é de 4.859.865, temos 0,4% das unidades produtivas orgânicas ou 1 para cada 243. Para Santa Catarina, identificou-se 706 *propriedades orgânicas*, num total de 203.347 estabelecimentos agropecuários, o que equivale a 0,35, ou 1 orgânico para cada 288. Para Anitápolis: (13/621) 2% ou 1 unidade produtiva orgânica para cada 48; Armazém (1/670); Gravatal (5/835) 0,6% ou 1 para 167; Grão Pará (5/841) 0,6% ou 1 para cada 168; Rio Fortuna (9/697) 1,3% ou 1 para cada 77 (Schmidt, 2005).

modificações na paisagem local, com o crescimento da derrubada de matas e a substituição por pastos.

O terceiro sistema produtivo da região é o de reflorestamento de pinus e/ou eucalipto, destinado à venda na forma de lenha, com as toras sendo retiradas no período de 8 a 10 anos. A madeira pode ser também destinada à construção civil, neste caso, sendo vendidas para as madeireiras no período de 15 a 20 anos. Apesar de mal visto por grande parte da população local que reproduz o discurso ambientalista quanto à importância da preservação das matas nativas e nascentes de água da região, este sistema está presente junto às famílias mais abastadas e, aos poucos, domina a paisagem local, fazendo surgir sobretudo, a figura política e os interesses dos madeireiros (Schmidt, 2004).

Por último, temos o sistema de produção do fumo que segue a cartilha do pacote tecnológico detalhado anteriormente quando do sistema colonial de mercado integrado ao complexo agroindustrial.

2.2 Algumas Conclusões dos capítulos 1 e 2

O território estudado apesar de apresentar uma relativa homogeneidade ecológica, se difere e se especifica pela história e pelas diferenças sociais e econômicas dos municípios. Inicialmente vale a pena saber que os modelos agrícolas ou as transições por que passou o significado de agricultura, resultaram no processo de seleção de agricultores, produtos e regiões. Neste sentido, as características dos sistemas agrários são amplamente dadas no âmbito político-institucional, mas são operacionalizadas nas localidades através de redes e, terminam por configurar as estratégias elaboradas pelos indivíduos ou famílias. E todo esse processo reflete a escolha de determinados projetos e estabelecimentos em detrimentos de outros. Daí, no primeiro momento ter-se o interesse público pela colonização e ocupação das terras, no segundo o interesse em integrar o pequeno agricultor familiar a cadeia agroindustrial e, no terceiro momento, o interesse na consolidação de um agricultor familiar que saiba produzir e viver de forma saudável e de bem com a natureza. À família rural cabe se articular no intuito de viabilizar sua reprodução social e econômica, podendo se inserir ou não nos projetos locais, mas sabendo que a pouca disponibilidade de capital para amortizar possíveis perdas ou frustrações em relação aos investimentos pode prejudicar a sobrevivência e a reprodução social e patrimonial da família e, no limite, levar a expropriação da condição de agricultores.

Enfim, a caracterização da Evolução e Diferenciação do Sistema Agrário em etapas ou período de transições permite observarmos que existem diferentes estratégias territoriais dependentes do Estado, da localidade e das famílias. Reafirmando a noção de que a organização e gestão dos sistemas produtivos dos agricultores familiares se definem pela interferência direta do ambiente político-institucional e econômico ligado ao setor agrícola (como políticas de crédito, incentivos por produtos ou modos de produção, modelo de desenvolvimento rural adotado, etc), as especificidades da dinâmica sócio-política e econômica local (arena local na qual estão inseridos os atores sociais do desenvolvimento) e, principalmente o funcionamento interno das unidades familiares de produção, que presidem a lógica e a tomada de decisão dos agricultores.

As interferências na consolidação e construção dos sistemas produtivos não conduzem às transformações em uma única direção, resultando na conformação de combinações de diversificados sistemas de produção : tradicionais (via tradição e reprodução do patrimônio familiar), convencionais (via revolução verde) e orgânico (via uso adubos orgânicos e equilíbrio natural do meio). A constituição de um novo sistema agrário não exclui totalmente o anterior, essa caracterização apenas busca demonstrar que os padrões e os entendimentos se transformam ao longo do tempo, ainda que não possamos atribuir o caráter evolutivo, no sentido usual de progresso, avanço.

Resumidamente, retomando o quadro das diferentes etapas dos entendimentos sobre a agricultura e o agricultor composto por Anjos, apresentado no capítulo anterior, podemos compreender que até o período pós-colonização, a agricultura estava articulada ao saber e a organização e gestão do sistema produtivo e da propriedade tradicional da unidade familiar. Neste período, podemos encontrar indicadores no modo de vida e trabalho que se aproximam dos indicados e tratados na primeira etapa da transição. O denominado aqui de Sistema Colonial de mercado integrado ao complexo agroindustrial (1960- 1996) é o que mais se aproxima do segundo período, com uma lógica de ocupação da propriedade e organização da produção e da família articulado ao modo de gestão prescrito pelas empresas fumageiras, ainda que não possamos identifica-los com a figura do agricultor profissional, construído principalmente pelas políticas públicas e pela realidade européia. De qualquer maneira, é o sistema de produção que traz uma maior incidência dos chamados “*inputs*” de origem industrial (Anjos, 2003).

A terceira etapa ou período de transição é vivido pelos agricultores vinculados direta ou indiretamente a Agreco e ao processo de desenvolvimento territorial, no sentido de não se voltar

exclusivamente ao produto mas de articular as unidades e a localidade como um todo. Neste a agricultura se vincula a noção de sustentabilidade e diversificação de produção e atividades. O conhecimento, quanto ao modo de produção e à organização tradicional do agricultor, é retomado e valorizado ainda que articulado aos conhecimentos científicos e a avanços tecnológicos específicos.

Podemos entender que a integração agroindustrial do fumo, neste sentido, não se tratou, de uma mera opção por uma alternativa econômica, mas um meio de melhorar as condições de vida, proporcionando maior conforto aos filhos, ou uma das únicas possibilidades de se manter na condição de agricultor em função da crise da agricultura tradicional e a necessidade de se inserir na sociedade envolvente. Retoma-se a idéia de uma incorporação parcial ao pacote tecnológico da cultura do fumo em seus sistemas de produção que representou (a ainda representa) para muitas famílias a segurança de mercado, a captação de incentivos financeiros através do benefício de créditos subsidiados e a ocupação da mão de obra familiar.

No mesmo sentido, a passagem para a produção ecológica está atrelada a um quadro de crise, só que agora configurado em torno da integração agroindustrial do fumo. A diminuição dos ganhos, o discurso ambientalista aliado ao trabalho desgastante e aos problemas de saúde decorrentes do uso intensivo do agrotóxico foram elementos chaves para a busca de alternativas. A construção de um canal de comercialização para produtos orgânicos e a organização dos agricultores em torno da Agreco, fizeram instaurar um novo sistema de produção. Além, da considera-se efetivamente a possibilidade de poder produzir e viver sem o uso de agrotóxicos, dadas através de garantias e políticas apresentadas e sustentadas pelo governo para este tipo de agricultura.

Da constituição destes dois modelos podemos extrair duas observações:

1. A caracterização da evolução e diferenciação dos sistemas agrários não é linear, no sentido de que os períodos são compostos por diferentes sistemas de produção, sendo que alguns predominam sobre outros por determinado período, mas que no sistema posterior aquele que predominava pode ser agora subjugado. Assim, podemos entender que as unidades familiares que no sistema agrário vinculado as agroindústrias do fumo foram excluídas por não integrarem ao sistema produtivo da fumicultura, por terem sido capazes de manter específicos modos de vida e de produção, podem no sistema atual, se inserir perfeitamente ao sistema de produção vinculado à Agreco e as novas funções da agricultura, como o agroturismo.

2. A viabilização ou não das estratégias elaboradas pelas famílias se dá pela aceitação ou pela conformação junto ao modelo preconizado pela sociedade e pela própria família. Ou, de outra forma, pela capacidade de adaptação das propriedades diante das escolhas definidoras do desenvolvimento, traduzidas, como visto anteriormente, ora na interação às cadeias agroindustriais, ora na interação territorial e na sustentabilidade da propriedade.

Capítulo 3 - Os diferentes desenvolvimentos e a configuração das novas estratégias (macro) sociais

Não existe um consenso sobre o significado da palavra desenvolvimento. Trata-se de um termo que se generalizou nas ciências sociais contemporâneas após a Segunda Guerra Mundial e, que muito frequentemente, ainda hoje, é confundido com crescimento econômico. De qualquer forma, atualmente percebe-se que o entendimento atribuído a noção de desenvolvimento altera-se conforme se transforma o projeto social, por vezes corresponde exclusivamente ao crescimento econômico, científico e tecnológico, e mais recentemente abarca também noções sócio- políticas e ambientais.

Para os fins sustentados por este trabalho apresentamos o debate acerca do desenvolvimento visando construir os sentidos atribuídos a agricultura que recaem, sobretudo, na identidade atribuída ao agricultor e ao espaço rural. Neste sentido, a noção de desenvolvimento nos permite entender os projetos e as estratégias sociais sobre as quais são elaboradas as estratégias de reprodução das unidades familiares rurais, objetivo deste estudo.

Através da reconstrução, no capítulo anterior, da Evolução e Caracterização dos Sistemas Agrários do “território” de Sta Rosa de Lima, podemos perceber que a forma de produção e o portfólio dos produtos é dado, sobretudo, pela demanda do mercado consumidor e pelos incentivos públicos, ainda que consideramos que existe uma margem de escolha promovida pelas unidades de produção envolvidas. E neste entendimento consolida-se a noção de que ambos os fatores repercutem o entendimento atribuído a agricultura, ao espaço rural e ao agricultor.

Através da reconstrução, no capítulo anterior, da Evolução e Caracterização dos Sistemas Agrários do território de Santa Rosa de Lima, podemos perceber que a forma de produção e o portfólio dos produtos são dados, sobretudo, pela demanda do mercado consumidor e pelos incentivos públicos, ainda que consideramos que existe uma margem de escolha promovida pelas unidades de produção envolvidas. E neste entendimento consolida-se a noção de que ambos os fatores repercutem no entendimento atribuído à agricultura, ao espaço rural e ao agricultor.

3.1 O desenvolvimento enquanto modernização

A idéia de desenvolvimento funda-se na crença de que o avanço técnico-científico gera crescimento econômico e, conseqüentemente, o progresso nas áreas sociais, culturais e políticas. Trata-se com efeito de um conjunto de pressupostos que se associam ao que os estudos tem denominado de paradigma etnocêntrico do humanismo ocidental, a partir do qual se elabora um desenvolvimento universal concebido nos países ricos e seguidos por todas as sociedades; inclusive as sociedades ditas em desenvolvimento que devem neste sentido orientar suas políticas. “É um modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura” (Almeida, 37: 1997). A este sentido de desenvolvimento, se acrescenta a noção de modernização e progresso, exaltando a ação e condução do Estado: “a modernização é um processo e o desenvolvimento uma política” (Almeida, 1997)

Para o desenvolvimento rural, esse modelo se materializara na busca do aumento constante da produtividade e da produção através do avanço dos conhecimentos técnicos e no uso de fatores produtivos provenientes da indústria como máquinas e insumos. Neste processo, o Estado tem o papel de promover, através de políticas públicas, a difusão das novas técnicas de produção, comercialização e gestão.

Esse modelo de desenvolvimento e produção, idealizado no âmbito da modernização da agricultura, foi comumente denominado de Revolução Verde e gerou profundas transformações sociais e produtivas sofridas, sobretudo, pelos agricultores, como também mudanças alimentares, que alteram hábitos e padrões de consumo. Tal fenômeno está estritamente vinculado à conjuntura do pós-guerra, vivenciada diretamente pelos países europeus, Japão e EUA, respondendo à crise de oferta no mercado de cereais e alimentos e ao crescimento populacional.

A consolidação de um modelo de desenvolvimento rural baseado na ampliação da dependência deste setor à indústria e ao mercado inaugura um novo entendimento acerca da agricultura, que rapidamente se legitima e se torna hegemônico¹⁹ no plano científico e na constituição dos sistemas agrícolas. Sob esse novo padrão tecnológico, altera-se a compreensão acerca do mundo rural (ruralidade), rompendo-se com o passado e com as tradições, as famílias rurais se integram nas novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e suscitando o processo de perda da autonomia setorial que até então caracterizava a

¹⁹ Navarro e Almeida (1997) estimam que esse modelo de agricultura sustentado por um ideário produtivista torna-se hegemônico por sustentar as propostas de desenvolvimento presentes tanto no modelo capitalista como socialista.

agricultura (Almeida, 1997). Esse novo entendimento de agricultura faz com que as famílias rurais re-elaborem suas estratégias, a partir da concepção do agricultor familiar profissional.

Neste sentido, as diferentes teorias econômicas difundem a noção de que a agricultura cumpre um papel funcional às economias nacionais enquanto fornecedora de matérias primas, força de trabalho e enquanto mercado consumidor para bens industriais. Com isso, a agricultura deixa de ser um setor interpretado como arcaico e isolado para se transformar num setor moderno, integrado à economia nacional. Segundo Almeida (1997), no âmbito ideológico da modernização, a agricultura incorpora quatro elementos: a noção de crescimento aliada à idéia de fim do atraso; a noção de abertura ou fim da autonomia técnica, econômica e cultural; a noção de especialização ou o fim da polivalência, associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à jusante e à montante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionador da concepção orgânica da vida social tradicional.

Enfim, o processo de modernização da agricultura e o respectivo modelo de desenvolvimento significam uma mudança quantitativa, na produção e na comercialização, e qualitativa, nas transformações radicais das estruturas rurais até então vigentes. No campo ideológico, a agricultura passa a abarcar uma função econômica no sentido restrito de aumentar a produção, comprar produtos industrializados (finais e intermediários) e criar divisas para os países.

No Brasil, o regime militar impôs o fim do debate sobre o desenvolvimento rural, no qual, em grandes linhas, duas teses se confrontavam: a modernista e a reformista. A opção tomada conduziu às políticas públicas de modernização da agricultura, com as características acima referidas, mas com algumas especificidades. Aqui, torna-se pertinente evocar a idéia de uma *modernização conservadora*, no sentido de que a estrutura agrária e política permanecem inalteradas (Leite, 2001). Privilegia-se os interesses em torno do latifúndio e consolida-se um padrão de financiamento que permite o predomínio de políticas setorializadas por ramos ou cadeias produtivas com a intensificação da influência de forças do setor rural/agroindustrial frente às políticas públicas.

Ao longo da década de 70, as opiniões dos autores diferem consideravelmente diante das mudanças desencadeadas pelo processo de modernização. Enquanto alguns denunciam os problemas sociais e ambientais advindos deste modelo, outros o defendem arduamente, com base

no aumento de produção e da produtividade, que gerou o aumento das exportações e a ampliação do saldo positivo da balança comercial. No âmbito político, os êxitos servem de justificativa para que o Estado desconsidere a necessidade de uma reforma agrária, vista freqüentemente como uma proposta anacrônica, apenas se justificando enquanto uma política social compensatória ao invés de se constituir uma “alternativa viável de reorganização produtiva” (Martine apud Anjos, 195). Assim, a modernização conservadora significou uma opção à reforma agrária, em prejuízo dos agricultores familiares, tanto no plano político como econômico²⁰.

“...o que parece claro é que tratou-se de um processo parcial e concentrado, tanto no âmbito geográfico espacial quanto no âmbito econômico, social e político. Pode-se afirmar, em outras palavras, que a exclusão de produtores, regiões e atividades parece ser o adjetivo que permite qualificar a dinâmica da modernização do campo no Brasil”(Anjos, 188)

O Estado financiou, assim, a manutenção da estrutura agrária e dos privilégios políticos, concentrando seus benefícios em regiões (Centro e Sul), produtos (exportáveis) e produtores específicos (grandes proprietários). Também criou e ampliou agências de extensão e estações experimentais, visando difundir e adaptar tecnologias importadas de outros países, além da instalação de um sistema de ensino agrônomo e técnico para a formação de pesquisadores e extensionistas (Anjos, 2003).

Em tal contexto de modernização e desenvolvimento, as transformações socioeconômicas e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais mais pobres, em especial os pequenos produtores proprietários ou não de terra, foram concebidas no âmbito do Estado e das políticas públicas como um resultado natural do processo de mudança produtiva na agricultura. Como se o aumento da produção e da produtividade proporcionasse necessariamente o aumento da renda das famílias e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. A partir deste entendimento, as políticas públicas com objetivos sociais na agricultura serviram apenas para atenuar os conflitos sociais que o modelo de modernização adotado gerava.

No nível técnico, o desenvolvimento via Revolução Verde favoreceu sistemas de produção orientados pela utilização de *pacotes tecnológicos*, caracterizados pela utilização intensiva de motomecanização, de fertilizantes inorgânicos, de agrotóxicos, de equipamentos

²⁰ Durante os anos 50 e 60 a questão da reforma agrária é colocada no país pelos movimentos sociais (ligas camponesas) pelos partido de esquerda (PCB) e pela igreja (CNBB – MEB) como uma necessidade estrutural no âmbito econômico, social e trabalhista. A Questão agrária é retomada na agenda política a partir de 95, colocada pelos movimentos sociais (MST principalmente) e pelo movimento sindical.

pesados de irrigação, de variedades e híbridos de alto rendimento, ocasionando alto impacto ambiental (Almeida, 1997).

Por conseqüência, a modernização conservadora da agricultura gerou um forte êxodo rural (provocado, principalmente, pela crise das pequenas unidades de produção rural, pela diminuição das ocupações agrícolas e, enfim, pela migração da população rural), acelerando um rápido e desorganizado processo de urbanização. O diversificado conjunto de pequenos produtores rurais tenta ingressar na revolução verde rompendo com um conjunto tradicional de práticas agrícolas, abandonando a vocação da policultura e substituindo a pauta diversificada dos produtos tradicionalmente cultivados pelas monoculturas de alto valor comercial (Anjos: 2003). Contudo, esta inserção, ou esta tentativa de reprodução social, muitas vezes fracassa diante do quadro de amplas dificuldades: falta de apoio institucional, concentração fundiária, inexistência de uma política diferenciada, desleal competição com a agricultura patronal na distribuição de crédito agrícola ou com a exploração protagonizada pelos grandes complexos agroindustriais (carne, leite, fumo, etc).

O processo de modernização agrícola no Sul do Brasil (box I e II) apresenta especificidades. Ao contrário das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul assistiram, em considerável medida, a perpetuação do modo de produção familiar através da introdução de insumos industriais e dos pacotes tecnológicos nos sistemas produtivos. Este fenômeno é, por exemplo, evidente nos casos do binômio trigo-soja e da produção de fumo. Na conjuntura de modernização, parte dos agricultores familiares do sul teve condições de se “modernizar”, convertendo sua produção para as culturas de exportação, com proteção de políticas oficiais e da garantia de comercialização. Contudo, essa reconversão tem como principal conseqüência o abandono das culturas e atividades destinadas ao consumo familiar, e “os agricultores passam da categoria de cultivadores de múltiplas linhas de produção para a condição de tributários do regime do mono-cultivo em meio a uma crescente e contraditória especialização funcional” (Anjos, 187: 2003).

Box I - Especificidades do processo de modernização no Sul do Brasil

O processo de modernização agrícola no Sul do Brasil apresenta especificidades. Ao contrário das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul assistiram, em considerável medida, a perpetuação do modo de produção familiar através da introdução de insumos industriais e dos pacotes tecnológicos nos sistemas produtivos. Este fenômeno é, por exemplo, evidente nos casos do binômio trigo-soja e da produção de fumo. Na conjuntura de modernização, parte dos agricultores familiares do sul teve condições de se “modernizar”, convertendo sua produção para as culturas de exportação, com proteção de políticas oficiais e da garantia de comercialização. Contudo, essa reconversão tem como principal consequência o abandono das culturas e atividades destinadas ao consumo familiar, e “os agricultores passam da categoria de cultivadores de múltiplas linhas de produção para a condição de tributários do regime do mono-cultivo em meio a uma crescente e contraditória especialização funcional” (Anjos, 187: 2003).

Neste sentido é que Anjos (2003) apresenta em seus estudos tabelas que demonstram como o processo de mecanização (em particular, o uso de tratores) nas pequenas áreas produtivas, cultivadas pela força de trabalho familiar, é mais intenso no Sul do país, com destaque para Santa Catarina.

Neste sentido Anjos (2003) apresenta em seus estudos tabelas que demonstram como o processo de mecanização (em particular, o uso de tratores) nas pequenas áreas produtivas, cultivadas pela força de trabalho familiar, é mais intenso no Sul do país, com destaque para Santa Catarina.

Box II - Especificidade das dinâmicas de modernização em Santa Catarina

O estado de Santa Catarina é o menor dos três estados que integram a Região Sul do Brasil. Apesar disto, apresenta relevante importância econômica do país em produtos e atividades. Nas últimas décadas, a agricultura do Estado também vem sendo submetida a um intenso processo de transformação de sua base produtiva e tecnológica. O processo de modernização da agricultura, com as conseqüentes transformações das relações de trabalho e sistemas produtivos em função, sobretudo, da incorporação de insumos modernos, iniciou-se a partir da década de 70. Em especial, o fenômeno é observado na região oeste – em razão da expansão da integração às agroindústrias de pequenos animais (aves e suínos), que hoje dominam o mercado nacional de embutidos e constituem um dos maiores exportadores mundiais – onde se encontram as sedes de grandes empresas agro-alimentares como a Sadia, a Perdigão, além do frigorífico Chapecó. Além disso, o modelo agroindustrial baseado no cultivo de monocultura abarcou outras produções como a rizicultura, o fumo e a maçã, a cebola e o alho.

Em outras regiões, sobretudo na mesorregião do Vale do Itajaí, onde se encontra o segundo maior pólo de têxteis e de confecções do país, o modelo de desenvolvimento via revolução verde foi acompanhado por processos específicos de mudanças no mercado de trabalho não agrícola, patrocinado pelo processo de industrialização difusa²¹. Processo que resultou na emergência de uma nova categoria social, denominado por Seyferth (1974), de *colonos-operários*, ao qual fizemos referência no primeiro capítulo.

Atualmente, o estado de Santa Catarina concentra três pólos de produção industrial apontados por Anjos (2003): (1) ao norte o pólo eletrometalmecânico, com sede na cidade de Joinville; (2) o chamado pólo florestal, localizado numa ampla zona que cobre parte central e setentrional do estado, abrangendo um total de 1900 empresas do ramo madeireiro, 117 fábricas de papel e papelão e 1180 indústrias de móveis; (3) o pólo mineral, com uma das maiores reservas de carvão mineral, fluorita e sílex do país.

²¹ Para maiores detalhes quanto a esse processo ver Schneider (2003), Raud (1999).

3.2 A perda da hegemonia do modelo de modernização: a construção de novos entendimentos para desenvolvimento

a) O processo de crise

A partir dos anos 70, é válido afirmar que se rompeu com a hegemonia do modelo de desenvolvimento produtivista-modernizante. Os motivos são variados, podendo ser encontrados em todos os âmbitos econômico, social, político e ambiental. Mas, de maneira geral, parece correto afirmar que esse modelo de desenvolvimento começa a ser questionado diante do aumento da pobreza (e das desigualdades socioeconômicas, principalmente em ambientes rurais) e a emergência (ou *invenção*²²) dos temas ambientais como problemática social (expresso no desmatamento continuado, na redução dos padrões de diversidade preexistente, na intensa degradação dos solos agrícolas, na contaminação químicas dos recursos naturais, entre outros impactos). No âmbito econômico, a crescente elevação dos custos de produção, associada à queda real dos preços pagos aos produtores (agravada pelo fato dos governos não conseguirem manter os subsídios aos agricultores) não assegura um nível de renda satisfatório. Antes visto com empolgação e otimismo, a partir de então aparece como uma *impossibilidade de desenvolvimento* (Navarro, 2001).

A crise do modelo de desenvolvimento (e, em particular, de desenvolvimento rural) fundado na modernização dos padrões tecnológicos, ocorre diante um complexo conjunto de novos arranjos sócio-econômicos, cuja constituição permite ênfase, para alguns estudiosos, no processo de globalização e, para outros, nos processos de acumulação pós-fordista, apesar de ambos os processos serem complementares na medida em que se referem à estruturação social e econômica contemporânea. O fato é que se altera a estrutura societária e os modelos convencionais de interpretação, assim como as propostas de ações governamentais e da sociedade civil. Mais especificamente para os nossos propósitos, cria-se ou recria-se novas concepções sobre os sistemas agrícolas e o modo de vida rural. Por exemplo, o processo recente de

²² “(...) uma abordagem possível seria pensar a aparente crise ambiental não como simples espelho das condições objetivas da sociedade ou como produto incondicional e inequívoco de causas estruturais e funcionais dos sistemas de arranjo político-econômico-institucionais planetários (e/ou estatais, científico e financeiro). Mais do que mera consequência do modo como se organizam e funcionam estas estruturas (econômicas, sociais, políticas, produtivas, etc.), a invenção do meio ambiente como problemática social relevante incluiria-se dentro de um processo dinâmico de reestruturação, onde o que estaria em jogo seria a própria modificação da forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos”. (Almeida e Gerhardt 2002)

revalorização da sociedade rural, como específico modo de produção e de vida marcado pelas características culturais tradicionais.

A globalização pode ser entendida como um determinado estágio da concentração e centralização do capital. Um conjunto complexo de fatores, podendo ser focado pelo avanço dos meios de comunicação, a integração da economia mundial, o remodelamento da divisão internacional do trabalho, a reorganização do espaço das relações sociais, as mudanças no papel do Estado e no modo de governar, a intensificação ou limitações para a homogeneidade de consumo e comportamentos humanos, enfim, uma infinita rede de reestruturação e estruturação dos âmbitos, políticos, econômicos e sociais. Cabe, contudo, destacar que esses processos ocorrem de diversas maneiras e com diferentes intensidades dependendo das localidades.

Os processos de transformação denominados de globalização redefiniram o mercado, dando origem a novos padrões culturais, alimentares e ambientais. Numa ótica econômica, estes fenômenos se refletem principalmente no estabelecimento de nichos de mercado, que se referem à demanda por produtos com características específicas e de alto valor como, por exemplo, os alimentos livres de resíduos químicos ou que causem menores impactos ambientais durante a produção. Os nichos de mercado geralmente atendem à demanda das classes sociais mais ricas, já que a população em geral ainda demanda alimentos baratos, obtidos por processos de produção de massa.

Neste processo de reestruturação, nações, regiões e, sobretudo locais são incluídos nas cadeias enquanto outros são excluídos²³. Ocorre por isso, um processo de deslocamento do poder e das políticas de um arcabouço forte nacional/fraco local para um arcabouço fraco nacional/forte local (Graziano, 2000), com alterações no uso do espaço e a possibilidade da participação dos atores locais sociais envolvidos. Deste quadro, resulta, no Brasil, um processo de descentralização administrativa ou de municipalização, que visa, de maneira geral, o fortalecimento da capacidade decisória das instâncias sub-nacionais do governo. Esta tendência tem estimulado e permitido o reforço das identidades locais através do rompimento com entidades mais abstratas como as de âmbito nacional. Reforça, assim, outro sentido da globalização, ou seja, a importância das localidades e da participação social que permitem, numa perspectiva de sustentabilidade, uma gestão mais adequada dos recursos naturais.

²³ Sobre este aspectos da inclusão e exclusão das novas cadeias produtivas geradas pela reestruturação do mercado, vale a pena o aprofundamento nos estudos que se referem aos Sistemas Produtivos Locais. Estes buscam caracterizar os elementos locais que servem de atrativos para estes novos mercados, citando, a qualidade do produto final, o capital social existente na localidade, vias de acesso e matéria prima, entre outros. Ver a respeito as pesquisas realizadas pelo grupo de estudo coordenado por Desjardin

As análises e estudos realizados, sob o aspecto da alteração no processo de acumulação capitalista, denominada de pós-fordista, têm ressaltado as transformações acima mencionadas pela mobilidade do mercado de trabalho e pela flexibilização do modelo socioeconômico. Nestes estudos, é pertinente inicialmente realçar os aspectos que caracterizam ambos os processos, o fordismo e o pós-fordismo. Vejamos:

“O capitalismo fordista combinou empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado, (...) usava-se a elevada especialização e mecanização da produção, a burocratização das empresas, o planejamento extensivo e o controle burocrático de cima para baixo.(...) o fordismo coordenou a produção, o consumo de massa, a acumulação constante e aumentou a legitimidade, gerando crescimento econômico e uma abundância sem precedentes (...)”

“Os aspectos mais decisivos do pós fordismo tem sido o aumento da flexibilização em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo-se a fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção. Esta agora está decomposta em subunidades e em subprocessos produtivos, conduzidos pelas empresas que se dispersam globalmente e apresentam elevadas divergências nas formas de organização do trabalho, do gerenciamento e das finanças” (Bonano 1999: 51-53)

O processo de acumulação, consumo e produção fordista imperaram até os anos 70, quando então entra em crise, pelos mesmos motivos anteriormente mencionados, como a desigualdade social, o impacto ambiental, a mobilidade do capital. As conseqüências da passagem de um modelo ao outro, além dos fatores já ressaltados, como a redefinição da relação local-global, a criação de um novo mercado por produtos diferenciados em seu processo de produção, ressaltamos a expansão do processo de mercantilização abarcando elementos que até então não tinham nenhum valor de troca, mas apenas de uso, como por exemplo, a paisagem e o modo de vida rural.

Enfim, o regime de acumulação pós-fordista gera alterações no conjunto de idéias e teorias acerca da natureza na sociedade moderna. As relações e o capital tornam-se mais flexíveis, aumenta-se a velocidade e a intensidade da interação entre o local/global e principalmente, cresce a complexidade da relação entre tecnologia/meio ambiente/segurança alimentar, gerando novas relações de mercado, por exemplo, a preocupação do consumidor sobre o processo de produção. Pelo fato de se valorizar o local, revigora-se a participação dos atores sociais no âmbito das decisões políticas. Assim, o período em que o Estado se descentraliza é o

mesmo em que cresce a mobilidade de capital externo e busca-se construir novas redes e trocas econômicas (Marsden, 1992).

Diante destes processos de transformação micro e macro estruturais, Marsden questiona o papel dos espaços rurais na re-estruturação do avanço da economia capitalista. Como tentativa de resposta, propõe que do ponto de vista produtivo o espaço rural está atraindo mais capital quando comparado ao anterior processo de acumulação fordista. Ressalta a importância do avanço das telecomunicações e dos sistemas de transportes e considera que os espaços rurais podem, do ponto de vista do consumo e acumulação de bens, proporcionar muitas fontes de oportunidades como espaços de recreação, divertimento, turismo de final de semana, parques temáticos, complexos de golfe, entre outros.

Assim, o modelo pós fordista proporciona uma dinamização econômica e social dos espaços rurais, através principalmente, de um processo "*extra agricultural*" e de uma diversificação da agricultura; expresso na crescente concentração de novas atividades e no desenvolvimento de novas conexões e redes entre os atores e os espaços, redefinindo os *artefatos rurais* e expondo-os a novas relações e novas demandas. A expansão do capital gera a ampliação das possibilidades de exploração e reprodução dos mercados, dos modos de produção e dos modos de vida dos atores rurais.

O processo de transformação dos espaços rurais é explicado, principalmente, pelo processo de rearranjo do capitalismo, e em parte pela desestruturação das políticas estatais de suporte da agricultura. Para Marsden, essas transformações nos espaços rurais estão expressas no processo de *comoditização*. Especificamente, o termo *comoditização* descreve a ampliação do mercado para novas esferas de atividades e novos tipos de relação de mercado, baseada na criação de novas necessidades e demandas. De outra forma, a noção expressa o processo no qual o capital nacional e internacional transformam, sistematicamente, *valor de uso* em *valor de troca*. Desenvolve-se, para isso, novas necessidades e mercados, expressos, sobretudo, no crescimento de atividades não-agrícolas e na instauração de novas relações sociais e novos interesses nos espaços rurais.

Deste modo, o processo de re-estruturação do capitalismo gera uma re-estruturação do espaço e do significado da ruralidade, resultante do processo de expansão do capital através da *comoditização* do modo de vida e do espaço rural. Nesta perspectiva, a localidade rural passa a ser um *meeting place*, ou seja, um lugar de confluência de distintos atores coletivos que passam a

disputar o uso da terra e do espaço rural e o controle das instâncias decisórias da vida local. O fenômeno revela um confronto entre os discursos sobre a *ruralidade* destes diferentes grupos sociais, a propósito de diversas questões: agricultura - outras atividades; eficiência econômica - preservação ambiental; espaço produtivo - espaço de lazer; produção - consumo (Marsden, 1999).

Neste contexto de mudanças, o desenvolvimento deixa de ter um significado unívoco para se capilarizar em diferentes e diversas expressões. O termo desenvolvimento aparece, deste modo, sempre adjetivado, seja como desenvolvimento sustentável, local, territorial, entre outros. Para Barqueiro, essas diferentes denominações refletem a construção de um novo paradigma que, segundo o autor, está sintetizado na idéia do desenvolvimento endógeno. De qualquer modo, podemos entender que a crise da hegemonia do modelo de desenvolvimento sob a égide da modernização se dá sob dois aspectos centrais: a colocação da questão ambiental pelos movimentos ambientalistas e a retirada do Estado centralizador enquanto agente promotor, financiador e regulador do crescimento. Estes fenômenos favorecem o reforço dos campos de debate em torno dos projetos de desenvolvimento sustentável e territorial. Especificamente no âmbito do desenvolvimento rural, tem-se ressaltado novas estratégias de reprodução concebidas no âmbito dos territórios e implementadas principalmente para a agricultura familiar, idéias forjadas notadamente no debate da diversificação dos modos de vida e da multifuncionalidade da agricultura.

b) Os novos adjetivos para “desenvolvimento”

Desenvolvimento endógeno

Para Barqueiro(2002), a formação do paradigma do desenvolvimento endógeno (ou de *baixo pra cima*) se enraíza a partir da convergência de duas linhas de pesquisa. A primeira de caráter teórico surge da tentativa de encontrar uma noção de desenvolvimento que considere os efeitos da atuação pública na evolução das localidades atrasadas. A segunda de caráter mais empírica vem em decorrência da interpretação dos processos de desenvolvimento industrial em localidades do sul da Europa. Enfim, forma-se como reação a insatisfação provocada pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento hegemônico, e articula três questões: o conceito de desenvolvimento, os mecanismos que favorecem o processo de desenvolvimento e as formas

mais eficazes de atuação dos atores econômicos e sociais. Propõe notadamente atender as demandas da população local através da participação ativa da comunidade a partir de um enfoque territorial do desenvolvimento e do sistema produtivo. O conceito de endógeno se baseia na idéia de que as localidades e os territórios dispõem de potenciais recursos econômicos, humanos, institucionais, culturais e de economias de escala, que devem ser articulados em torno das necessidades das populações visando garantir o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida. Nas palavras no autor:

“o desenvolvimento endógeno é, antes de mais nada, uma estratégia para a ação. As comunidades locais tem uma identidade própria, que as leva a tomarem iniciativas visando assegurar o seu desenvolvimento. Quando conseguem fortalecer sua capacidade organizacional, tem condições de evitar que empresas e organizações externas limitem sua potencialidade de atuação. É a capacidade de liderar o próprio processo, aliada a mobilização de seu potencial, que torna possível falar em desenvolvimento endógeno” (Barqueiro,2002: 38).

Num aspecto mais político, a concepção de um desenvolvimento endógeno assegurado pelas potencialidades do próprio território permite solucionar, ainda que em parte, os problemas provocados pela reestruturação produtiva. As comunidades locais precisam conjugar os âmbitos econômicos, sociais e ambientais a fim de alcançar: a eficiência na alocação dos recursos públicos e privados, a equidade na distribuição de renda e o equilíbrio ambiental. O Estado deve trabalhar de forma descentralizada através da atuação de organizações intermediárias prestadoras de serviço as empresas e organizações (Barqueiro, 2002).

Desenvolvimento sustentável

Largamente difundido a partir de meados dos anos 80, o desenvolvimento sustentável, ou mais especificamente, desenvolvimento rural sustentável, busca incorporar noções de equidade social²⁴ e maiores cuidados com o meio ambiente. A idéia de sustentabilidade se afirma da percepção acerca dos impactos ambientais, como anteriormente ressaltado, incorporando a dimensão ambiental nas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural. Neste sentido, a

²⁴ Para os nosso propósitos, o termo “equidade” se associa à possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação. É a condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou de preconceito, em relação às diferenças de gênero, étnicas, religiosas, políticas, culturais, das minorias, etc. O conceito de equidade é concebido como o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles. É também o resultado de uma adequada e equilibrada distribuição dos recursos e das riquezas geradas pela sociedade, no processo de desenvolvimento econômico”. (Sposati, 2000 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)

idéia de desenvolvimento sustentável busca uma integração sistêmica entre os diferentes níveis da vida social, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Enfim, um novo modo de desenvolvimento e de agricultura que seja “socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições“ (Almeida,1998: 43).

No campo de debate em torno do tema, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, assumindo um compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações (Buarque: 1994 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)²⁵.

A noção de desenvolvimento rural sustentável não apresenta unanimidade de entendimento entre os estudiosos, constituindo um campo de disputa em torno da noção de sustentabilidade, o mesmo acontece com as noções de agricultura sustentável e agroecologia. Quanto a essas últimas, o debate aponta para a busca do reconhecimento da natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, sugerindo tratar com igualdade questões tais como: equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica. Ademais, implica na necessidade de estabelecimento de relações solidárias entre diferentes setores da população, incluindo diferentes povos e gerações. A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos *agroecossistemas*²⁶, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (Gliessman, 2001). Num entendimento mais voltado ao manejo técnico e produtivo, Altieri entende que agricultura sustentável se refere à “busca de rendimentos

²⁵ Outras informações – www.pronaf.gov.br

²⁶ “Um agroecossistema é um local de produção – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema. O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem”. (Gliessman, S, 2001: 62)

duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico” (Altieri, 2002 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A noção de agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2000; 2001; 2002 apud Política nacional de assistência técnica e extensão rural). A Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, fazendo uso de diversas disciplinas científicas, busca entender a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a partir de um enfoque sistêmico o *agroecossistema* é adota como uma unidade de análise que tem como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis. Num horizonte temporal, parte-se do conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes sócio-ambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica (Gliessman, 2001). Por isto mesmo, quando se fala em Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas atribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade (Caporal e Costabeber 2003; 2004 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural). E ainda fornece ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento. Em suma, o objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento²⁷ (Chambers, 1983, apud Altieri: 1998; 21)

²⁷ Os modelos de desenvolvimento rural baseados na agroecologia têm como eixo norteador uma abordagem endógena no sentido de orientar-se de “baixo para cima”, utilizando recursos disponíveis como, a população local, suas necessidades e anseios, seus conhecimentos agrícolas e os recursos naturais autóctones. É considerado como pressuposto que as estratégias baseadas na participação, capacidades e recursos locais aumentam a produtividade ao mesmo tempo em que preservam a base dos recursos naturais. Conseqüentemente, ao contrário do modelo de desenvolvimento via revolução verde (voltado para os agricultores bem providos de recursos na expectativa que os outros seguissem o exemplo num processo difusionista de tecnologias), concentra seus esforços em agricultores com poucos recursos, combinando o conhecimento agrícola tradicional com a moderna ciência agrícola (Altieri, 1998).

Desenvolvimento territorial

A noção de desenvolvimento territorial retoma a noção de ruralidade, apresentada anteriormente, afirmada no contexto de perda de uma nítida separação entre o rural e urbano, no que tange principalmente às sociedades desenvolvidas. Esta falta de nitidez se refere ao processo no qual o espaço rural deixa de ser exclusivamente agrícola, passando a abrigar uma mescla de atividades produtivas e serviços das mais diferentes naturezas (Marsden, 1995). Contudo, a noção vai além no sentido de que à diversificação da natureza das relações de trocas entre o rural e o urbano, acrescenta-se a necessidade de um enfoque territorial para os estudos e políticas de desenvolvimento. Pois a noção de territórios permite entender a intensificação dos fluxos econômicos e sociais e das interações entre rural e urbano por relativizar a importância dos limites geográficos entre os dois espaços. Conseqüentemente, esvaziam-se de sentido as interpretações dicotômicas que definem as cidades pelas indústrias e o meio rural pela agricultura.

No meio rural brasileiro, os estudos indicam um crescimento da incorporação de ocupações rurais não-agrícolas (prestação de serviços domésticos, empregos em agroindústrias, serviços públicos, pedreiro, balconistas atendentes, motoristas, etc.) assim como da ocupação do espaço rural para outros fins que não a atividades agrícola (moradia, lazer)²⁸. Para Graziano (2000), a nova conformação do meio rural, entendida como “novo rural” se caracteriza, sobretudo, pela diversificação na opção de ocupações presentes no espaço e nas rendas, que passam a apresentar um menor grau de dependência em relação à atividade agropecuária.

Abramovay (2003) estima que ao fato da diversificação de ocupações no meio rural se acrescenta a idéia de que a ruralidade também passa a expressar sobretudo *um valor*²⁹ ao qual as sociedades têm atribuído crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida

²⁸ Pelas análises de Graziano sobre as atividades rurais, o ramo da Prestação de Serviços se sobressai ocupando quase um milhão e trezentas mil pessoas, em 1999. Posteriormente vem a Indústria de Transformação, com 800 mil pessoas, a Indústria da Construção Civil, com 600 mil pessoas e o Comércio de Mercadorias e Serviços Sociais com 500 mil pessoas cada (Graziano 2002:109).

²⁹ “A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”. Em torno deste valor que se defini as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas (Abramovay, 2003:51).

cada vez mais valorizado pelas áreas urbanas³⁰. Conseqüentemente, o autor entende que os espaços rurais e a agricultura familiar são portadores de um grande potencial, que pode ser incorporado ao mercado através de políticas públicas adequadas. Nesta linha, defende a viabilidade da elaboração de um desenvolvimento rural que repouse na sustentação da capitalização e desenvolvimento de uma agricultura familiar empreendedora. No meio rural, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor sua integração com as populações urbanas, do que a simples migração em direção as cidades:

“A idéia de que a emancipação das populações rurais passa pela intensificação dos processos migratórios não é apenas perversa, mas corresponde a subestimação do valor da própria ruralidade paras sociedades contemporâneas” (Abramovay, 2003:51).

A noção de ruralidade parece assim compreender o processo simultâneo entre a diminuição da população economicamente ativa na agricultura e a manutenção e dinamização das áreas rurais. Por isso, é entendida numa abordagem de natureza territorial e não setorial, associada a uma realidade que deixa de ser definida pela agricultura. Sobre este prisma, o meio rural passa a ter um papel importante no desenvolvimento contemporâneo, ainda que as funções convencionais de fornecimento de matérias primas e mão de obras para o crescimento estejam perdendo importância diante dos atributos territoriais que passam a definir, conceitualmente, a ruralidade (relação com a natureza – em que a biodiversidade e a paisagem são convertidas em pilares para o desenvolvimento, relação com as cidades – de onde provem parte das rendas das populações rurais, relação dos habitantes entre si – definido por uma economia de proximidade e pelas relações de interconhecimento).

Neste sentido, Carneiro averigua que a fronteira entre campo e cidade ou entre rural e urbano é questionada na atualidade por dois fatores: o crescimento do recurso a atividades não-agrícolas por parte das famílias rurais ou, de outra forma, “a inserção plural do agricultor e da população rural, de maneira geral, no mercado de trabalho e nas trocas de bens materiais e simbólicos” e a revalorização do modo de vida rural e do espaço rural resultante, sobretudo, do pensamento ecológico (Carneiro, 2001).

³⁰ Diante o fato de que 72% dos franceses urbanos e 61% daqueles que vivem no meio rural consideram que o campo é mais uma paisagem que um local de produção, as políticas públicas européias tem sido criticadas por não promover os benefícios ambientais que podem resultar da agricultura como forma de uso do solo, garantindo a preservação do tecido social que se apóia nesta atividade, caracterizando a oposição entre *espaço produtor* e *espaço consumido* (Abramovay, 2003).

Conseqüentemente e da mesma forma como examinado anteriormente no capítulo 1 quando se referiu à pluriatividade, Carneiro ressalta a necessidade de se observar e analisar as diferentes expressões de ruralidades, inseridos em contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneos, enfim nas localidades³¹.

“(…) a ruralidade pensada como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir de incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”(Carneiro, 2001:13).

Neste sentido, Carneiro (2001) afirma a possibilidade da existência de um processo de redefinições de identidades locais a partir da incorporação dos novos elementos econômicos, culturais e sociais, expresso na diversidade das dinâmicas locais. E concordando com esta afirmação, Wanderley (2000) assevera estar em curso um processo de “ressignificação das funções sociais” da ruralidade e do agricultor familiar. Para esta autora:

" Seria vão procurar em uma realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria também vão procurar nesta realidade apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental. Só há espaço porque há uma série de diferenças, mas a definição do rural é uma dialética: grupos e instituições o definem atribuindo sentido a estas diferenças e sua ação - notadamente política - afeta estas diferenças, cria e revela outras, às quais são atribuídos novos sentidos" (Wanderley,131:2000).

No sentido da reestruturação da ruralidade enquanto espaço e enquanto identidade que se verifica a pertinência das análises se voltarem a compreender os atores sociais (indivíduos, famílias, instituições, poder público) e as relações e interações estabelecidas no território, como sugere Abramovay:

“mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e organizações: possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades. Embora o município seja uma importante unidade administrativa de um território, em algumas regiões o território ultrapassa os limites de um município, facilitando o processo de integração entre municípios”(Abramovay, 2000 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)

³¹ Para a autora a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas, ressaltando as contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos sem o recorte de serem rurais ou urbanos (CARNEIRO:2001³).

Neste contexto, a noção de desenvolvimento territorial, no Brasil, tem buscado abarcar os entendimentos dados pelo desenvolvimento sustentável e endógeno, sendo definido como:

“ Um processo de criação, de valorização e de retenção das riquezas de um território, progressivamente controlado pelo conjunto dos habitantes. É o resultado da ação articulada do conjunto de diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e na região, para a construção de um projeto estratégico que oriente suas ações de longo prazo. Supõe o uso economicamente racional e ambientalmente sustentável dos recursos disponíveis. (Bianchini, 2001 apud Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).

3.3 As novas estratégias sociais: o debate da multifuncionalidade da agricultura e da diversificação dos modos de vida

Todas essas noções de desenvolvimento (territorial, endógenos e sustentável) têm levado a reestruturação dos espaços rurais (e, também dos urbanos), no sentido de que passam a ocupar novas funções no imaginário social e nas políticas públicas e no sentido de abrigar transformações nas diretrizes ocupacionais e nas trocas de interação social. Nesta perspectiva tem-se falado numa ampliação das funções da agricultura, antes restritas a produção de alimentos em quantidade e ao consumo de bens industriais. Da mesma forma, tem possibilitado a ampliação dos modos de vida que passam a abarcar uma diversidade de ocupações e de trocas materiais e simbólicas. Assim, o desenvolvimento apreendido a partir das noções de multifuncionalidade e de diversificação das estratégias dos modos de vida que operacionalizam essas novas demandas e funções possibilita a construção de estratégias alternativas nos territórios (espaços locais) e, conseqüentemente nas famílias rurais, seja pela ampliação do leque de opções de ocupações e fontes de renda, seja na intensificação do processo de interação entre os atores sociais (indivíduos, associações, instituições, etc).

a) A multifuncionalidade da agricultura

O desenvolvimento conceitual de multifuncionalidade está intimamente relacionado ao contexto europeu e, sobretudo, à construção de uma política comum de desenvolvimento rural. Na prática a política de desenvolvimento rural européia tende a apresentar uma orientação mais social e menos produtivista e exportadora, buscando romper com o enfoque setorial da agricultura. Com isto, delinear-se novas perspectivas à agricultura, além da produção de

gênero alimentares ou matéria prima industrial, voltadas sobretudo, a proteção ao meio ambiente e a manutenção da vida no campo.

“A integração de normas e de princípios éticos não ocorre sem adversidades. Mas ocorre, ainda mais porque se estabelece em torno dos próprios agricultores um corpo profissional, constituído por especialistas recrutados pelos organismos agrícolas ou provenientes dos escritórios independentes de engenharia ambiental ou de controle de normas, atores estes relativamente novos numa área em que – pela multiplicação de selos e certificações, com normas de procedimento-oferece vastas oportunidades para o trabalho técnico de consultoria e de controle(...)”

Na França, pode-se destacar que as recentes leis de orientação agrícola mencionam que “ a política agrícola leva em conta as funções econômica, ambiental e social da agricultura e contribui para o ordenamento do território, almejando um desenvolvimento sustentável” (Remy, Jaques, 2004).

Deste modo, podemos considerar que a noção de multifuncionalidade é uma resposta à disseminação do modelo produtivista de modernização da agricultura e, aos seus efeitos nefastos provocados aos níveis econômico (a superprodução), social (expansão de espaços socialmente vazios ou esvaziados) e ambiental (desgaste dos recursos naturais e qualidade dos alimentos). Surge daí a polarização entre duas concepções distintas da atividade agrícola. Por um lado, uma visão econômica, baseada nas leis do mercado, da crise da agricultura traduzida na drástica redução do número de agricultores e na extinção desta atividade em parte do território nacional. E, de outro lado, a visão sociopolítica defendendo o princípio de que a atividade agrícola não se esgota na oferta de produtos ao mercado, mas que oferece igualmente outros bens a sociedade, inclusive bens imateriais, fazendo com a agricultura seja uma atividade com múltiplas funções, isto é, multifuncional (Wanderley, 2003).

A noção de multifuncionalidade é operacional se entendida como um instrumento metodológico para abordar e compreender o meio rural que: possibilita a construção de uma visão integradora das esferas sociais no desenvolvimento da agricultura e das localidades; revela e busca significados de atividades/elementos e relações /fatos sociais que até então eram ignorados pelas análises e por último, legitima formas de produção e fontes de renda anteriormente descartada pelos quadros analíticos hegemônicos, como as atividades não agrícolas remuneradas e as atividades diversas ligadas ao estabelecimento agrícola (atividades de comércio, e serviços). Enfim, responde à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios de interação entre valores, práticas sociais, culturais e econômicas

diversificadas. E principalmente, permite levar para o debate técnico-político a noção, já consagrada nas ciências sociais, de reprodução social definida não apenas pela satisfação das necessidades econômicas, como também pelas demandas culturais e sociais (Carneiro,2001)

" Ao privilegiar a integração das diversas esferas sociais e econômicas, essa noção provoca um redirecionamento dos procedimentos analíticos, de maneira a resgatar (e tornar visível) a condição humana (e não apenas econômica) dos agricultores e suas famílias. Assim, promove-se uma quebra da hegemonia e da exclusividade da função (ou melhor, lógica) econômica sobre as demais".(...) Ao direcionar a atenção para o que se nomeou de funções não diretamente produtivas da agricultura, promove um recorte analítico que favorece uma percepção holística (e não setorial) da sociedade...(Carneiro, 2002).

De outra forma, a noção de multifuncionalidade “ *favorece a passagem do – desenvolvimento- agrícola para o familiar e rural analisados por uma ótica territorializada (Maluf,2003:22)*”.

A partir de um marco conceitual francês essa noção tem sido associada às funções, de garantir " **à segurança alimentar** - garantia da qualidade e origem dos produtos e manutenção de um potencial produtivo, - **os cuidados com o território** - preservação das características paisagísticas e do quadro de vida, - **à proteção do meio ambiente, à salvaguarda do capital cultural, á manutenção de um tecido econômico e social rural** pela diversificação das atividades/ desenvolvimento de novas atividades ligadas à atividade agrícola, tipo agroturismo" (*Maluf, 2002:309*).

Ao ser introduzido na realidade brasileira essa noção tem que buscar abarcar as peculiaridades e diversidade desta realidade. Assim, como visto no primeiro capítulo, a estrutura agrária e social do país não está assentada na figura de um agricultor familiar profissional, no sentido de exercer a atividade agrícola em período integral e com a absorção de tecnologias modernas que permitem o aumento da produtividade da terra e da mão de obra familiar. No Brasil a categoria familiar de produção, até recentemente ignorada pelo modelo de desenvolvimento agrícola, sempre fez uso da diversificação das atividades e fontes de renda visando garantir sua reprodução econômica e social. Convém, por isso, associar a noção de pluriatividade à de multifuncionalidade. Por outro lado, apesar do aumento de produção agrícola nos últimos anos, o país está distante do resolver o problema da suficiência agroalimentar. Ao

contrário dos países europeus em que a questão está centrada na qualidade do produto, o Brasil mantém como pauta a quantidade e a distribuição do alimento.

“A promoção de uma agricultura multifuncional no Brasil não se desvincularia do aumento da produção agroalimentar por razões de segurança alimentar (abastecimento e auto consumo das próprias famílias rurais), como parte do combate a pobreza rural e, mesmo, relacionada as exportações”(Maluf, 2003: 149) .

Com o intuito de entender a agricultura a partir de sua multifuncionalidade um grupo de pesquisadores (de diferentes regiões do Brasil) vem buscando aproximar as noções emprestadas a este conceito à realidade e estruturas sociais presentes no país³². Os estudos de caso, procuram considerar quatro dimensões principais, a saber:

- 1) reprodução sócio-econômica das famílias rurais – os principais aspectos abordados são as fontes geradores de ocupações e de renda para os membros familiares, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva;
- 2) promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade – abrange a produção para o autoconsumo familiar e a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnicas produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização;
- 3) manutenção do tecido social e cultural – se refere à preservação e melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social;
- 4) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural – abrange o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da biodiversidade.

³² A pesquisa citada faz parte do projeto Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras, apoiado pelo CNPq/COAGR, e, conta com um grupo de pesquisadores formado por: Ademir Cazella, Ana Maria G.M.Linhart, Bernard Roux, Dione Moraes, Estelle Fournell, Georges Flexor, Jacques Remy, Jean-Louis Fusillier, Joel Henrique Cardoso, Margarita Gaviria, Maria José Carneiro, Miguel Ângelo Silveira, Philippe Bonnal, Renato Sergio Maluf, Sergio Vilela, Wilson Schmidt. A referida pesquisa ainda está em andamento e alguns dos resultados apresentados e publicados numa coletânea intitulada de Para Além da Produção – multifuncionalidade e agricultura familiar, serão apresentados e discutidos sobretudo no próximo capítulo.

b) Diversificação das estratégias de modos de vida

A introdução da noção de território nas análises da realidade dos espaços rurais e da agricultura familiar contribuiu, como vimos, para iniciar o processo de reconstrução dos entendimentos a cerca do significado de desenvolvimento rural. Para Frank Ellis, essas transformações instauram um novo entendimento durante as décadas de 80 e 90, no qual o desenvolvimento deixa de ter uma abordagem pré-concebida, de cima para baixo, caracterizada por tecnologias externas e políticas de nível nacional, para ter uma abordagem de processo, de baixo pra cima, incentivando a construção de um processo participativo através da ação dos atores sociais³³.

Para o autor, o desenvolvimento rural nos países desenvolvidos pode ser entendido através de três períodos. No primeiro, desconsiderava-se simplesmente a pequena agricultura. No segundo, as políticas de desenvolvimento consideravam a família rural como parte integrante de uma máquina de produção através da absorção constante de novas tecnologias. Entretanto, “*the accomplishment of a serious chance in intellectual direction does not result in the immediate demise of the set ideas which is being replaced*” (Ellis, 2001). Assim, com base no desacordo entre o direcionamento intelectual e a prática e, principalmente, pela constatação de que a tradicional estratégia de desenvolvimento não resolveu a questão da pobreza rural, mas agravou-a, inaugura-se, na década de 80, o terceiro período. Este novo entendimento a respeito do desenvolvimento é balizado em diferentes noções, muitas já tratadas anteriormente, entre elas: o reconhecimento da validade dos conhecimentos técnicos dos “nativos” na construção de soluções para os problemas por ele enfrentados; o aumento do método de participação; o advento da perspectiva do “ator orientado” no interior das políticas rurais, enfatizando que os participantes do desenvolvimento rural são atores que entendem diferentemente os processos de mudanças nos quais estão envolvidos; a busca de novas “parcerias”; o aumento de ONG`s como agentes para o desenvolvimento rural; a rejeição de antigas teorias com base em noções pós-modernas que enfatizam a singularidade do local e a experiência individual; o crescimento da consideração das questões de gênero para o desenvolvimento rural (Ellis, 2001).

Neste contexto, a noção de desenvolvimento rural passa a ser entendida como uma construção social de diversificação, presente na produção agrícola, nas formas de obtenção de renda (outras que não ligadas à agricultura), na *diversidade do portfólio de atividades*, e

³³ Faz referência, deste modo, ao paradigma do desenvolvimento endógeno, acima apresentado.

principalmente nas estratégias e modos de vivência construídos pelos atores sociais e pelas *households*. Assim, os estudos rurais devem partir da constatação da diversidade dos modos de vida (*livelihood diversity*³⁴) construídas pelas famílias, comunidades e atores rurais, afetando as dimensões econômicas e sociais.

A noção de processo de diversificação num contexto de desenvolvimento rural é pensada no sentido de mudar a anterior natureza de ocupações *full-times*, buscando capacitar os indivíduos e as *households* para o engajamento em múltiplas ocupações, permitindo uma diminuição da vulnerabilidade destas unidades diante do declínio e da instabilidade dos mercados internacionais e nacionais. O autor demonstra que está em processo a consolidação de um específico modo de vida encontrado em diferentes espaços rurais e sustentado por diferentes níveis de renda e, portanto não restrito as famílias rurais altamente empobrecidas. Deste modo, pode ocorrer tanto como uma estratégia deliberativa das *households*, como uma resposta involuntária à determinada situação de crise, ou seja, atuando tanto como válvula de escape para a pobreza rural como meios para a acumulação de riqueza (Ellis, 2000).

Neste quadro explicativo, a noção de estratégias dos modos de vida (*livelihood strategies*) desenvolvidas pelas *households* rurais permite a construção de conexões entre as circunstâncias micro e os contextos macro e a consideração de que as *households* e os indivíduos são diferenciados por seus ativos (capital natural, capital físico, capital humano, capital financeiro e capital social), rendas e posições sociais nas comunidades e de que os modos de vida (*livelihoods*) construídos pelos indivíduos e *households* são modelados também pelas instituições locais, nacionais ou internacionais, pelas relações sociais (expresso em relações de gênero e de parentesco) e pelas oportunidades econômicas.

³⁴ "A *livelihood* comprises the assets (natural, physical, human, financial end social capital), the activities, end the acess do these (mediated by institutions and social relations) that together determine the living gained by the individual or household" - Ellis:2000; 10); "*Rural livelihood diversification* is defined as the process by which rural households construct an increasingly diverse portfolio of activities end assets in order to survive end to improve their standart of living" (Ellis:2000;15).

3.4 Agricultura familiar e novos desenvolvimentos no Brasil: o contexto do Pronaf

As noções voltadas para a construção desta nova agricultura e deste novo sentido atribuído à ruralidade encontram respaldo, no Brasil, sobretudo na consolidação da agricultura familiar enquanto privilegiada categoria social e política e como agente deste novo desenvolvimento. A criação de um programa³⁵ de apoio à agricultura familiar (Pronaf) posiciona-se contra a marginalização histórica enfrentada pela organização familiar de produção, em termos das políticas públicas brasileira. O fortalecimento da agricultura familiar, assim, se inscreve na crítica às conseqüências sociais e ambientais desastrosas da *modernização conservadora*, bem como na crítica à regressão econômica que o modelo adotado, fundado nas grandes fazendas patronais assalariadas, trouxe na distribuição de renda e na intensificação da exclusão social.

Em larga medida, o Pronaf se inspira no exemplo do desenvolvimento de alguns países industrializados, no qual se ressalta as conseqüências favoráveis do apoio aos agricultores familiares no que diz respeito à dinamização econômica, na substancial redução das desigualdades sociais e do êxodo rural em direção aos centros urbanos e, finalmente, ao processo de democratização. Sobretudo, cabe salientar no debate francês, no que se refere à ênfase na importância da consolidação da agricultura familiar para a preservação das tradições agro-alimentares, das paisagens rurais e na contribuição para a segurança alimentar (num sentido qualitativo) e o equilíbrio territorial. Essas idéias, nos últimos anos, segundo Moruzzi Marques e Bleil (2000), têm sido fortificadas na França notadamente pela reinvenção do termo *paysan* (questionando a idéia do agricultor profissional e as teses vigentes, até então, baseadas na necessidade da superação da condição do camponês para a efetiva modernização do campo) e pelo debate acerca da multifuncionalidade da agricultura.³⁶

Neste sentido, entendemos que a consolidação de uma política pública específica para a agricultura familiar corresponde a uma estratégia proveniente da sociedade, buscando responder à idéia de criação de uma demanda efetiva por produtos e serviços, de construção de uma

35 A consolidação do Pronaf ocorre em meio a um campo de lutas política e conflitos, marcado pelos debates promovidos pelo grupo de pesquisa internacional coordenado por Lamarche (1998), pelas pesquisas realizadas sob o convênio Fao- Inkra , pelo movimento sindical protagonizado pela Cut-Contag e por movimentos sociais, como o Mst. Ver a respeito Moruzzi, 2005.

36 Ambas as idéias são levadas ao debate sobretudo pela Confédération Paysanne, uma organização sindical que se opõe ao modelo produtivista e defende que a função do camponês é a de produzir, de forma combinada, bens materiais (alimentos, fibras, etc) e não materiais (paisagem, territórios, meio ambiente). Neste sentido, a agricultura camponesa é entendida como capaz de preencher as três dimensões essenciais para a sociedade: (1) social, com a criação e manutenção de empregos; (2) econômica, com a produção agrícola combinada com a agregação de valor; (3) ambiental, com a qualidade dos alimentos, o equilíbrio ecológico, a preservação das paisagens e a biodiversidade. Maiores detalhes ver Moruzzi Marques e Bleil (2000).

determinada representação do imaginário rural (presente, por exemplo, no debate acerca do agroturismo) e de escolha de um projeto de desenvolvimento alternativo (e não hegemônico) vinculado às ações do Estado e das elites. Com este sentido, o programa tem buscado dinamizar o espaço rural através da criação e ampliação das estratégias de reprodução dos territórios e das famílias rurais, refletindo as novas funções atribuídas à agricultura e possibilitando a diversificação dos modos de vida através da ampliação das fontes de renda e das ocupações das unidades familiares. Daí, o programa conter diferentes linhas de atuação, como pesca, agroturismo, pecuária familiar, agroecologia, entre muitos outros (Apêndice II).

A não hegemonia deste projeto de desenvolvimento se deve a perpetuação de um modelo político bimodal no Brasil. De um lado, o projeto fundado no desenvolvimento da agricultura familiar, apoiado na qualidade de vida de um desenvolvimento rural voltado a preservar as unidades de produção agrícola familiar com respeito ao meio ambiente. De outro, a continuidade de um projeto fundado sobre a agricultura patronal apoiado nas idéias do *agrobusiness* e no qual as grandes propriedades são afirmadas como fundamentais para a absorção dos avanços tecnológicos e para o aumento da produtividade³⁷.

Efetivamente, opondo a agricultura familiar à patronal, o programa pode estar colaborando para a perpetuação do sentido atribuído pela revolução verde ao desenvolvimento rural, não constituindo, neste sentido, uma alternativa às lógicas de desenvolvimento até então vigentes. Vejamos. Se considerarmos que o programa entende (classifica) a agricultura familiar nos termos propostos pelo convênio Fao-Incra (2000) – *consolidada* (integrada ao mercado, possui acesso às políticas públicas e às inovações tecnológicas); *em transição* (parcialmente integrada ao mercado e aos circuitos tecnológicos, o que favorece sua eventual viabilidade econômica); e *periférica* (grupo mais numeroso cuja viabilidade econômica é negada, o que implica em dependência de atividades não agrícolas e de intervenções de reforma agrária). Tal classificação foi recentemente modificada, notadamente com o abandono do termo periférico: *capitalizados* (grupo A), *em via de capitalização* (grupo B), *em via de descapitalização* (grupo C) e *descapitalizados* (grupo D) – podemos, com efeito, visualizar uma certa evolução entre os tipos,

³⁷ Nos documentos provenientes do convenio FAO/Incra (2000) e que servem de base para o Pronaf, o modelo patronal, compreendendo um conjunto de 554.501mil explorações, é entendido pela completa separação entre trabalho e gestão, num sentido de forte especialização e tributário do trabalho assalariado. De outro lado, o modelo familiar, com um total de 4.139.369 explorações, é caracterizado pela articulação entre trabalho e gestão, pela ênfase na diversificação, pelo uso de práticas menos agressivas ao meio-ambiente e pelo predomínio do uso da mão de obra familiar.

onde o primeiro termo (consolidada ou capitalizada) se configuraria como o melhor ou mais adequado para a agricultura familiar.

Neste sentido é que encontramos as críticas mais severas ao programa, sobretudo nos anos pós-implementação (1995), como a limitação de somente atender os interesses do grupo de agricultores que apresentavam determinada viabilidade econômica (mais capitalizado). As formulações do programa davam indício de que se privilegiava assim o objetivo econômico da sustentação das unidades familiares de produção agrícola em detrimento dos outros aspectos relativos a reprodução social (culturais, sociais, políticos). Trata-se assim da afirmação, através da incorporação do modelo bimodal, da reprodução marginal de uma agricultura familiar voltada a abastecer o mercado interno, ao mesmo tempo em que se estimula a produção de bens exportáveis com o uso de mão de obra assalariada.

Apesar deste quadro inicial e das políticas relacionadas ao Pronaf ainda estabelecerem um grande campo de disputa entre diferentes autores e correntes, percebemos que atualmente está se buscando reverter o modelo inicialmente proposto, através da incorporação de uma ampla diversidade de agricultores familiares, independente da sua viabilidade econômica imediata. Esta tendência parece ainda reforçada pela criação e gerenciamento de um aparato institucional que busca ampliar o entendimento dado à agricultura familiar e à noção de desenvolvimento, enfatizando para isso a reversão de uma abordagem setorial para uma ênfase na família e no território (desde a criação do Pronaf, em 1996, ocorreram diversas modificações institucionais, como a recomendação da criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, o surgimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretária da Agricultura Familiar, a transferência da coordenação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente, a criação, em 2003, da Secretaria do Desenvolvimento Territorial - Apêndice II) .

Capítulo 4 - O contexto de desenvolvimento e as estratégias construídas no território da Encosta da Serra Geral

O estudo empírico contemplou um campo de observação em que às unidades familiares estivessem, de alguma forma, envolvidas num projeto (ainda que em construção) de desenvolvimento que faça referência às novas representações acerca da ruralidade. Tratou-se de uma escolha que favorecesse uma perspectiva territorial sobre as noções de sustentabilidade, multifuncionalidade, diversificação de atividades, ocupações e rendas. Nestes sentido, nos pareceu pertinente à experiência vivida por algumas famílias rurais da Encosta da Serra Geral, no oeste catarinense, agregadas em torno da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agregco), como visto anteriormente. Vale destacar que para além do incentivo à produção orgânica e às atividades não agrícolas, a associação busca forjar a construção de um território (a partir da coerência entre as diversas intervenções locais – Schmidt, 2003) com uma referência de identidade. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância ambiental da região enquanto corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a valorização do conhecimento e da cultura tradicional dos agricultores, especialmente dos mais idosos (Schmidt, 2003). Na prática, como veremos detalhadamente adiante, foi incentivado o beneficiamento da produção orgânica através da implantação de agroindústrias de pequeno porte, articuladas em rede, sob um âmbito intermunicipal.

“Lideranças e assessores da Agregco afirmam que o principal mérito da Associação, ao longo desse período, foi a mudança nas perspectivas com que algumas das lideranças e habitantes locais percebem a região. De um isolamento combinado com um certo conformismo e acomodação às tendências de estagnação e esvaziamento, passou-se a uma abertura a novos desafios e a novas relações com o mercado e com outros espaços e territórios”(Schmidt, 2003:51).

No capítulo 2 no qual apresentamos a Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários, percebemos que os Sistemas Produtivos se diferenciam conforme às perspectivas para a agricultura e o desenvolvimento se transformam, assim conforme as mudanças das políticas públicas envolvidas, dos arranjos locais e das configurações intrafamiliares. Assim, por muito tempo o desenvolvimento foi traduzido quase hegemonicamente no avanço tecnológico aliado ao

aumento da produtividade, respondendo exclusivamente aos interesses da cadeia do fumo. Atualmente, contudo, políticas e ações de desenvolvimento se articulam à idéia de fortalecimento da agricultura familiar e considera as questões ambientais e sociais, além das econômicas. Este é o caso das articulações estabelecidas a partir dos agricultores familiares associados à Agreco.

A criação da Agreco se vincula à implantação de uma opção de renda e atividade para que as famílias da região consigam se reproduzir de forma a garantir um grau desejado de qualidade de vida. Foi implantado um projeto de desenvolvimento rural assentado sobre o tripé agroecologia, agroindústria e agroturismo, fazendo convergir para o território diferentes políticas, programas e interesses, possibilitando a diversificação das estratégias familiares e locais.

Neste sentido, ao caracterizar o espaço mobilizado pela Agreco, buscamos neste capítulo evidenciar não somente o quadro empírico da pesquisa, mas também reconstruir e apresentar o contexto local no qual são articuladas as estratégias elaboradas pelas famílias (ou a oferta de trabalho interno as unidades produtivas familiares) e no qual recaem as políticas públicas e as representações e expectativas dos diferentes atores sociais (gerando possíveis demandas de força de trabalho relacionadas a produtos ou serviços). Trata-se de uma espécie de nível *meso* de análise, que ultrapassa a unidade produtiva, a família e os atores individuais (micro) e fica aquém do nível geral de desenvolvimento do país ou da grande região (macro) -, na qual a economia agrícola familiar está inserida.

Com este intuito, inicialmente apresentamos a trajetória da entidade e a caracterização do espaço da Agreco, num segundo momento, buscamos re-construir a rede de parcerias e interações promovidas visando à implantação do projeto de desenvolvimento e, em seguida apresentamos as estratégias territoriais responsáveis pela dinamização local em torno das quais as famílias elaboram suas estratégias de reprodução social.

“A integração agroturismo/agroecologia/agroindústrias rurais visa, de acordo com a Agreco, além do aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, ou seja, do patrimônio sócio-cultural local, o qual pretende-se que seja preservado e, em alguns casos inclusive, recuperados. Também os turistas não são vistos somente como potenciais consumidores dos produtos agroecológicos *in loco*, mas também em seus centros de origem, quer seja, o meio urbano, atuando inclusive como difusores da proposta. Em adição, as propostas de ‘agregação de valor’ são vistas pelas prefeituras e pela Agreco, não como soluções individuais para um ou outro agricultor, mas como instrumentos de desenvolvimento rural. Além disso, a expansão geográfica da atividade agroecológica pressiona a formulação de políticas públicas

locais para a preservação do ambiente natural, fortalece a organização dos agricultores e consolida processos de trabalho no espaço rural que aumentam a qualidade de vida do agricultor familiar. Finalmente, permite colocar no mercado, a disposição dos consumidores, produtos de ótima qualidade biológica e nutricional” (Cepagro, s/d: 3 e 4, apud Muller: 2001; 130)

4.10 espaço e a história da AGRECO

A formação da Agreco esta estreitamente vinculada às iniciativas da família Schmidt da comunidade do Rio do Meio, pois foi ela a pioneira em investir numa estratégia de reprodução alternativa a fumicultura (no caso a apicultura), ligada à agroindustrialização de pequeno porte e visando atender uma demanda de mercado proveniente de Florianópolis. Os resultados positivos da busca de alternativas produtivas e de comercialização da família Schmidt incentivaram pouco a pouco outros agricultores da região, que se organizaram, inicialmente, em torno da atividade olerícola sem o uso de agrotóxico e de fertilizantes sintéticos, ocupando uma área cultivada de aproximadamente seis hectares em diferentes propriedades (principalmente, alface, almeirão, rúcula, mostarda, temperos, etc) e fornecendo o produto a uma rede de supermercados da capital. A produção semanal era transportada para Florianópolis e vendida *in natura* ou minimamente processada. Posteriormente o grupo passa a ser assessorado por professores da Ufsc e técnicos da Cepagro e Epagri. Em 1996, doze famílias reunidas em caráter de assembléia geral constituem a Agreco a Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral³⁸.

No plano de trabalho da Agreco: 1997-2000, o papel da associação foi descrito como sendo o de “melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural” (Schmidt apud Cabral, 2004). Em regimento interno foram estabelecidos os princípios agroecológicos e as técnicas relacionadas à produção orgânica, bem como a forma coletiva de produção, com a proibição do uso de agrotóxico e adubos sintéticos na propriedade como um todo³⁹.

³⁸ Dois aspectos são evidenciados por Cabral (2004) quanto a formação da primeira diretoria : o elevado grau de parentesco e afinidade e o papel decisivo da família Schmidt no processo de organização e constituição da entidade.

³⁹ Os agricultores reunidos em Assembléia em 1996 registraram as concepções e procedimentos da produção “A agroecologia constitui-se numa abordagem alternativa da agricultura, cujos princípios, técnicas e procedimentos são orientados por idéias, concepções ou conceitos de respeito, preservação e valorização da vida e da natureza” – Agreco, 1996); “ entende-se por agricultura orgânica, o método de produção agrícola que busca conciliar a produção

No ano de 1997, o núcleo inicial de produção ampliou-se de 12 para 20 famílias, envolvendo cerca de 50 associados. Em 1998 a Agreco estava com 200 associados, ou seja, com mais de 50 famílias que moravam dentro ou fora do município de Sta Rosa, como Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, Grão Pará, São Martinho e Armazém.

O crescimento rápido do número de associados se justifica pela implementação do Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede, concebido, na época, de acordo com os princípios da linha de financiamento do Pronaf- agroindústria (Programa Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura voltado ao incentivo de agroindústrias no meio rural), explicado adiante.

Atualmente a AGRECO possui uma equipe multidisciplinar de 5 técnicos, envolvendo um veterinário com especialidade em homeopatia e fitoterapia, uma engenheira agrônoma com especialidade em certificação, dois técnicos agrícolas e um administrador, que presta assistência técnica, além da parceria com Centro de Formação que busca ampliar o processo de formação dos agricultores envolvidos. Através da parceria com outras entidades, possui Agroindústrias instaladas, logísticas para comercialização e distribuição, com escritório na cidade de Santa Rosa de Lima. (Documento Agreco, 2004).

O surgimento da Agreco resultou em grande parte da capacidade de organização dos agricultores em elaborar uma diversidade de estratégias, atividades e fontes de renda articulando e constituindo instituições que correspondem às potencialidades do território em que estão inseridos. Para isso ampliou-se o espaço da Agreco e estabeleceu-se um espaço intrainstitucional⁴⁰ formado pela Cooperativa de Profissionais e Crédito, Centro de Formação da

com a manutenção dos recursos naturais, excluindo os pesticidas e outros meios artificiais de manejo das lavouras e criações – Agreco, 1996; “ Os associados poderão organizar-se em núcleos de produção, de comercialização e de consumo, com identidade jurídica própria.(...) Entende-se a organização em grupos dos agricultores com atividades de produção, transporte e comercialização, bem como, dos consumidores, nas modalidades de condomínios rurais, cooperativas, empresas comunitárias e micro empresas, cada qual com sua estrutura administrativa própria” – Agreco, 1996.)

⁴⁰ Durante a permanência em campo ocorreram alguns eventos emblemáticos das ações promovidas por este âmbito intrainstitucional: 1) Um curso de capacitação em agroturismo social e trocas de experiências, promovida pela Associação Acolhida da Colônia, junto ao Centro de Formação e a Secretária de Turismo. Estiveram presentes, além de representantes do poder público, da Agreco, Acolhida e Centro de formação, algumas famílias da região e representantes de experiências turísticas de diferentes lugares do Brasil (Ceará, Rio de Janeiro, Roraima, Bahia). O curso incluiu a visita a algumas pousadas e o café colonial. 2) Um curso de capacitação em agricultura agroecológica para os técnicos da Agreco, durante dois dias ministrados pelo professor Dr convidado Altieri. O curso foi promovido pela Agreco, pelo Centro de Formação em parceria com a Universidade Federal de Sta Catarina e a Universidade da Califórnia nos Estados Unidos. Ao final foi realizada uma parte prática na propriedade de uma das famílias pertencentes a Agreco e, fechado uma orientação e assistência técnica, que será promovida pela equipe de pesquisadores do professor convidado, voltada a propor soluções as duas maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores junto a produção orgânica.

Encosta da Serra Geral, Fórum de Desenvolvimento (atualmente substituído gradativamente pela ADS – Associação de Desenvolvimento Sustentável) e Associação Acolhida na Colônia (Box I).

De maneira geral, cada uma destas instituições busca consolidar bases que garantam o processo de desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução implementadas pela Agreco e pelas famílias rurais. Neste sentido, a cooperativa de crédito busca facilitar o acesso do agricultor as linhas de crédito oferecidas pelo poder público, além de atuar como intermediário na captação de recursos visando o desenvolvimento local, principalmente considerando que os municípios não possuem agências do Banco do Brasil, somente do Banco do Estado de Santa Catarina. A Cooperativa de Profissionais visa suprir os projetos da Agreco e os agricultores em orientação técnica relativa tanto às questões de produção quanto às questões mais amplas sobre o projeto de desenvolvimento. O Centro de Formação visa a capacitação tanto dos técnicos envolvidos quanto das famílias, promovendo, sobretudo, cursos de capacitação relativos ao tripé agroecologia, agroturismo e associativismo. O Fórum de desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral além de promover a identidade territorial articulando os projetos de desenvolvimento rural às especificidades dos municípios, facilita na captação dos recursos necessários. Essa instância funcionou bem durante dois anos, mas, muito marcada pelas administrações municipais e com pouca participação de organizações da sociedade civil, começou a passar por sucessivos impasses, que se agravavam com a aproximação de processos eleitorais. A Associação de Desenvolvimento Sustentável – ADS, que vem para substituir o Fórum, é uma instituição, criada em 2004, que articula as diversas organizações não governamentais da região e mobiliza atores e competências externos ao território.

E, por fim, a Associação Acolhida na Colônia que implantou um projeto de agroturismo caracterizado por um conjunto de atividades que devem ser desenvolvidas pelas famílias agricultoras, de modo a possibilitar a permanência dos membros em suas atividades e orientadas pelos seguintes princípios: a hospedagem deve complementar – e não substituir – a atividade agrícola desenvolvida na propriedade; a hospedagem deve se dar em habitações já existentes na propriedade e adaptadas para tal; deve haver a disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, para valorizar suas atividades agrícolas, para garantir a qualidade de seus produtos e serviços, para preservar o meio ambiente e para oferecer preços acessíveis (Documento Agreco 2004). Neste sentido, o projeto de agroturismo busca criar atividades e renda alternativas às famílias, tendo em vista a valorização do agricultor e do modo de vida tradicional,

além de promover a conscientização da questão ambiental e a ampliação da interação social entre as pessoas locais e os “de fora”. O público alvo inicial se concentrou em pessoas atraídas em conhecer a Agreco e o projeto de desenvolvimento que estava sendo colocado em prática. Posteriormente, o público se ampliou para famílias, casais e grupos de terceira idade atraída pela oportunidade de lazer e convívio com a família rural, pela produção agrícola saudável e pela proximidade com a natureza. Atualmente, a Associação tem buscado construir novas parcerias, principalmente junto a outros projetos que estão se instalando na região, como o rafting e as águas termais, que será visto adiante.

A constituição de uma rede de parcerias permitiu (e permite) a constituição de um diversificado espaço de negociações, possibilitando a ampliação da escala de abrangência das propostas e dos instrumentos de desenvolvimento. Este espaço entendido como interinstitucional é formado por parcerias junto ao poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal e junto a Associações, Ong's e Universidades. E de maneira geral, a rede tem permitido a promoção das estratégias territoriais promovidas pela Agreco e das estratégias elaboradas pelas unidades familiares e a manutenção das propostas de desenvolvimento articuladas às novas representações sociais do espaço rural e da agricultura.

Box I – Espaço Intrainstitucional
<p>COOPERATIVA DE CRÉDITO</p> <p>A cooperativa de crédito dos agricultores foi criada em 1999 visando facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito agrícola, superando diversos fatores que o impedem de se beneficiar de linhas de financiamento. A cooperativa de crédito serve como um instrumento na captação, na gestão e na aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento tanto da atividade agricultura como da economia local, intermediando os recursos financeiros e humanos e contribuindo para a consolidação dos diversos projetos locais.</p> <p>Esse processo resultou na constituição da CrediColônia que trabalha com municípios de Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima e Anitápolis e que tem atualmente mais de 500 associados entre produtores agroecológicos ou não. Atualmente, a Agreco apoiar a CrediColônia – fazendo, por exemplo, todos os seus recursos tramitarem por ela – e seus associados procuram agir, como filiados da cooperativa, para que ela se constitua em mais um importante instrumento para fortalecer a perspectiva solidária no desenvolvimento local.</p>
<p>CENTRO DE FORMAÇÃO DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL</p> <p>O centro tem por finalidade capacitar as pessoas para o exercício pleno da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Suas atividades estão voltadas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a formação e capacitação dos agricultores para o desenvolvimento da agroecologia, do agroturismo, do associativismo, através da realização de estudos e pesquisas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos . ▪ A promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e preservação do meio ambiente; <p>A entidade está sediada no município de Santa Rosa de Lima, numa antiga casa recentemente restaurada e com infraestrutura para abrigar cursos e palestras, é coordenada por um Conselho Gestor composto por representantes das diversas instituições que atuam na região.</p>
<p>COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS – ALIAR</p> <p>A cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral (ALIAR), reúne cerca de 30 profissionais que atuam na região e garante recursos humanos capacitados necessários para a manutenção dos programas de desenvolvimento. A Cooperativa presta serviços para entidades públicas e privadas que atuam com objetivos do Desenvolvimento Local Sustentável, tendo como compromisso os princípios ecológicos, a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, a valorização da identidade cultural da região; a busca da competitividade a partir da cooperação, solidariedade e do espírito inovador e empreendedor de seus/uas associados/as; a construção de relações interinstitucionais baseadas em parcerias e no estabelecimento de redes; a preocupação com a saúde, educação, lazer, cultura e qualidade de vida dos/as associados/as, parceiros/as e clientes ; contribuir para o exercício da cidadania de seus/uas associados/as e clientes.</p>
<p>FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>O Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral foi criado por representantes do poder público e da sociedade civil dos municípios de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rio Fortuna, Gravatal, Grão Pará e São Martinho, no ano de 1999. Visa auxiliar na construção de alternativa aos pequenos municípios com população predominantemente rural, como forma de se contrapor à fragmentação e ao esvaziamento do seu território, através da articulação entre si, numa mesma região. Assim, estes municípios atuam de forma conjunta, em ações de interesse comum assegurando o desenvolvimento sustentável da região. Substituído desde de 2004 pela ADS (Associação de desenvolvimento sustentável, que articula além do poder publico outros atores sociais.</p>
<p>ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA</p> <p>Com o intuito de elaborar um projeto de desenvolvimento que promovesse outras fontes de renda e ocupações ampliando as estratégias de reprodução social foi coordenado um circuito agroturístico que envolve diversas famílias de diferentes locais e com diferentes empreendimentos (pousada, quarto colonial, restaurante, café colonial, agroindústria familiar, posto de venda de produtos).</p> <p>Dentre as ações mais significativas da Acolhida Da Colônia sobressaem-se: a assistência técnica ou assessoria prestada aos agricultores e suas famílias; promoção de cursos de capacitação; realização de reuniões e de dias de visitaçao para discussão e deliberação e trocas de experiência; formulação de projetos e captação de recursos. Além dessas iniciativas e da existência de instrumentos legais (Estatuto e Regimento Interno) que estabelecem os princípios das atividades agroturísticas, foi implantado ainda um caderno de Normas visando aprimorar, padronizar e assegurar a qualidade dos serviços e produtos prestados aos turistas.</p>

Neste sentido, as parcerias promovem e incentivam a criação de ocupações agrícolas e não agrícolas (a produção orgânica, o beneficiamento, agroturismo), a assistência e capacitação técnica dos profissionais e dos agricultores e, principalmente, a demanda por produtos (orgânicos e coloniais) e serviços (essenciais na manutenção econômica das unidades produtivas, mas também e, sobretudo, na reprodução da base material e cultural das unidades familiares).

Observamos com isso, diversas parcerias desde a criação da Associação Agreco, como o projeto Piamer, a Merenda Escolar, o Programa Desenvolver, o Projeto de peixes orgânicos, entre outros (Box II) .

Em poucas palavras, o Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (Piamer), considerado um dos mais importantes na estruturação do atual sistema de produção das famílias vinculadas a Agreco, foi elaborado no ano de 1998, de acordo com as diretrizes do Pronaf – Agroindústria. Assim, visando atender os parâmetros impostos pelo Ministério da Agricultura, o número de associados da Agreco praticamente triplicou⁴¹. Apesar do aumento significativo do número de filiados ter sido essencial para a projeção da entidade e, principalmente, para a agregação de valor aos produtos, acabou também ampliando o quadro de tensões e dificuldades relacionadas à cadeia produtiva e ao gerenciamento da entidade. Outra importante dificuldade consistiu no bloqueio da liberação dos recursos, pois ao mesmo tempo da implementação da linha agroindústria do Pronaf, houve o desmantelamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura em razão das reestruturações em torno do Ministério do Desenvolvimento Agrário em janeiro de 1999 (Schmidt, 2002). A esta dificuldade, Muller (2001) acrescenta a existência de todo um quadro de crises, (relacionado ao fechamento da rede de supermercados responsável pela compra de 60% da produção e aos problemas advindos da ampliação da produção de matérias primas e de mercados agravados pelo aumento de associados), que estabelece um divisor de águas, um antes e depois que se refere não somente a aspectos econômicos, como também a “saúde das discussões e do processo de tomada de decisões mais impessoais e participativos”. Para Schmidt (2003) todo esse contexto gerou uma crise de dimensões razoáveis exatamente no momento em que os agricultores estavam sendo estimulados a construir novas formas de governança, relativa ao reconhecimento da importância de se beneficiar os produtos e de se estruturar territorialmente.

Ao final, o projeto foi implementado pelo governo estadual e, por extensão, pelo Banco do Estado de Santa Catarina (Besc). Das 53 agroindústrias previstas pelo projeto original somente 27 foram instaladas, e atualmente a Agreco possui 18 agroindústria ativas (documento Agreco 2004) . Neste transcorrer de tempo, algumas agroindústrias fecharam, ou saíram da Associação (três agroindústrias ao todo) e, outras alteraram seu produto principal, sobretudo as agroindústrias que inicialmente estavam voltadas ao beneficiamento de hortaliças.

⁴¹ Em 1998 o contingente de filiados chegou a aproximadamente 500, envolvendo formalmente 211 famílias dos municípios de Sta Rosa de Lima, Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, São Martinho, Armazém e Grão Para.

Box II – Espaço Interinstitucional Projetos Realizados
<p>PROJETO PIAMER</p> <p>A agroindustrialização de pequeno porte como estratégia de reprodução da agricultura familiar e comercialização dos produtos foi consolidada a partir da parceria da Agreco com a Cepagro articulado e financiado pelo Pronaf Agroindústria⁴². Desta forma, foi concebido o Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (Piamer), que objetivava alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor a produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda. (Agreco 2000, apud Cabral, 2004). Para isto o projeto previa que as unidades agroindustriais fossem de âmbito intermunicipal e articuladas em rede. A idéia era de que as unidades produtivas se diversificassem no sentido de que além de produzirem a matéria prima para a agroindústria que estava associado fornecessem outros produtos (excedente) para outras unidades. O ministério da Agricultura estabelecia um mínimo de 200 famílias para ter acesso ao recurso de R\$ 30.000,00 a fundo perdido para ser aplicado em assistência técnica e infraestrutura. Os grupos de agricultores foram enquadrados juridicamente sob a forma de condomínios rurais. Todo condomínio seria proprietário de uma agroindústria e composto por um número variável de famílias.</p> <p>O projeto visava agregar valor aos produtos da agricultura familiar atendendo específicas demandas, previa a implementação de 53 agroindústrias de pequeno porte, envolvendo 211 famílias de agricultores, além de outros empregos vinculados a produção.</p>
<p>PROGRAMA DESENVOLVER (Programa de desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção)</p> <p>Diante da necessidade de pessoal qualificado comprometido com a assessoria e assistência técnica para a construção e gerenciamento das agroindústrias, a Agreco se integrou ao programa <i>Desenvolver</i> ao final do ano de 1997. Por meio do assessoramento técnico e da difusão de tecnologias apropriadas para as etapas da cadeia produtiva na (dd a produção até a comercialização) buscava apoiar a criação e consolidação de unidades de beneficiamento da produção oriunda da agricultura familiar catarinense. O programa estabeleceu parceria com o governo federal e estadual, afirmando um acordo de cooperação técnica entre o Cnpq e a Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina). Através deste foi disponibilizado a cooperação por 2 anos de quatro técnicos com atuação exclusiva (2 engenheiros agrônomos/1 engenheira de alimentos/1engenheira química) e três técnicos esporádicos(1 engenheiro civil/ 1engenheiro sanitarista/ 1 técnico de marketing). Este projeto esteve vinculado a Agreco até 2001.</p>

Box II – Espaço Interinstitucional Projetos Recentes em Realização
<p>CRIAÇÃO DE PEIXES EM PEQUENAS PROPRIEDADES ORGÂNICAS</p> <p>Este projeto busca organizar a implantação de criação de peixes, manejados em sistemas orgânicos de produção, de forma a contribuir para diversificação da produção nas propriedades, além de aumentar a produção das agroindústrias associadas a este setor e contribuindo para a preservação da água doce em Santa Catarina. Ainda prevê gerar 60 (sessenta) novos postos de trabalho, possibilitando principalmente ao jovem sua permanência no meio rural. Mantém parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.</p>
<p>PROJETO DE CERTIFICAÇÃO EM GRUPO - Ecocert</p> <p>Existem atualmente cerca de 40 produtores que cultivam suas propriedades de forma orgânica, com produtos certificados conforme especificações internacionais concedida pela ECOCERT.</p>

O projeto junto ao governo Estadual de fornecimento de alimento orgânico para merenda escolar das escolas estaduais e municipais constitui hoje o mais importante mercado da Agreco, atingindo 50% da venda total e estabelecendo uma importante parceria entre a Associação e o Estado, com a construção de um mercado institucional. Da mesma forma, podemos ressaltar a importância da parceria com a Ecocert que garante um selo de qualidade aos produtos através da

⁴² Atualmente o pronaf Agroindústria é constituído de duas linhas de credito: O Pronaf Agroindústria, que disponibiliza recursos para a implementação, ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais; e Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares, que atende as demandas de custeio de atividade agroindustrial como a aquisição de estoque de embalagens, rótulos, matérias primas, produto final, entre outros. Maiores detalhes ver *site* www. Pronaf.org.br

certificação em grupo⁴³. O processo de certificação inicialmente gerou uma diminuição relativa no número de famílias que fornecem matérias primas para as agroindústrias da Agreco. E, ainda das 24 agroindústrias ativas na rede Agreco atualmente, apenas 18 estão certificadas, as outras 6 estão em processo.

Entretanto, em Sta Rosa de Lima, pode ser identificado um outro modelo de desenvolvimento que se confronta com o modelo de desenvolvimento territorial e multifuncional elaborado pela Agreco e construído pelos espaços intrainstitucional e interinstitucional apresentado até aqui. Em grande linhas, este outro modelo, que podemos denominar de “desenvolvimentista”, está representado, sobretudo, pelos sistemas de produção sustentados pelas agroindústrias fumageiras e pelas madeireiras. Neste, o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico de curto prazo, estimulando o surgimento de novos atores (como os empresários madeireiros) e novas redes sociopolítica. Pelas evidências obtidas, seus interesse expressam por exemplo no Plano Municipal de desenvolvimento rural e nas diretrizes dadas pelo Conselho Municipal de desenvolvimento rural.

Box II – Espaço Interinstitucional Projetos Consolidados em Realização
<p>PROJETO VIDA RURAL SUSTENTÁVEL</p> <p>No final do ano de 2000 foi lançado o Projeto Vida Rural Sustentável em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas), visando consolidar as ações protagonizadas pela Agreco (viabilização técnica- econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares) e tomá-las como referência para outras iniciativas de desenvolvimento local. Busca incentivar a permanência das famílias no meio rural e a produção e oferta de alimentos saudios aos consumidores. As primeiras ações se voltaram para a estrutura de comercialização com a contratação de um gerente e o início do processo de informatização do sistema. Atualmente está sendo incentivado as trocas de conhecimento com visitasões entre organizações, regiões e os agricultores.</p>
<p>PROJETO MERENDA ESCOLAR</p> <p>Através de uma parceria com a Secretaria da Educação, em 2001 a escola estadual de Educação Lauro Muller no centro de capital adotou a merenda orgânica duas vezes por semana. No ano de 2004, o governo estadual lançou o projeto escola integral que inclui alimentação saudável e orgânica para os alunos da rede municipal e estadual. O fornecimento de alimentos (verduras, frutas e carnes) para o Estado é hoje o principal mercado consumidor da rede agreco atingindo 50% da venda total realizada pela entidade</p>
<p>ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLONIA</p> <p>Apresentada anteriormente esta Associação resultou da parceria da Agreco junto a Cepagro, Senac(Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), o Ministério do desenvolvimento agrário (através do Pronaf), Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e a Accueil Paysan(Associação Francesa de agroturismo relacionada a confederação - ver nota de rodapé), que juntos elaboraram um projeto de apoio ao agroturismo no território da Encosta da Serra Geral, como mais uma estratégia de desenvolvimento local. A associação Acolhida na colônia é responsável pela captação de recurso e realização de parcerias. Visando principalmente oferecer cursos de capacitação para as famílias envolvidas e, as que desejam se inserir(como o exemplo acima apresentado) mediante a aprovação de projetos de capacitação via Pronaf turismo e outras linhas de crédito oferecidas pela Secretaria de Turismo do Estado. E ainda promove a criação de infra-estrutura e valorização da arquitetura e do espaço local. À titulo de exemplo podemos considerar a parceria recentemente fechada entre essa Associação, a ADS, e o banco Mundial para a restauração da primeira igreja da região abandona por falta de recursos. Ou o convenio firmado entre o Conselho Municipal de Turismo e a Associação na construção de placas de sinalização ao longo do território e na manutenção das vias locais.</p>

⁴³ Na certificação em grupo a própria entidade representativa dos agricultores é que é certificada por um sistema de controle interno, através do acompanhamento das propriedades e agroindústrias, da documentação e pela inspeção obrigatória pelo menos uma vez ao ano de cada unidade. Cabe a certificadora realizar a inspeção direta de um determinado numero de unidades selecionados por amostragem e sorteio (Agreco, 2003 apud Cabral ;2004)

A dinâmica do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, segundo verificações de Schmidt (2004), se concentra nas questões relacionadas à produção agrícola e a infraestrutura básica das zonas rurais, deixando de lado outras atividades e investimentos que poderiam melhorar a qualidade de vida. De fato, está longe de configurar uma arena de debates e lugar efetivo de tomada de decisões do plano municipal, não constituindo um espaço de negociação e de coordenação entre os atores do desenvolvimento, como era previsto pelas diretrizes do Pronaf (apêndice II).

Ainda podemos entender que além de outro projeto de desenvolvimento, o espaço territorial tem assumido outras funções além da agricultura, seja ela ecológica ou produtivista, e que não estão diretamente vinculada ao projeto colocado em prática pela Agreco, como as atividades relacionadas à oferta de serviços em torno do oferecimento de rafting, das águas termais e da formação de dois loteamentos para “casas de campo” na porção leste do Município junto a Encosta da Serra Geral, para pessoas oriundas de diferentes cidades e Estados. Estas *outras funções do espaço* implicam na emergência de diferentes interesses conformando assim um campo de disputa, no sentido empregado por Marsden através da consolidação do processo de *comodização*.

4.2 Estratégias locais ou territoriais

A compreensão da unidade familiar e suas formas de inserção no território se dão através da análise das estratégias de reprodução oferecidas ao mesmo tempo reconstruídas no espaço e na economia local e, elaboradas frente as diferentes possibilidades de conexões entre o nível micro e macro social. De outra forma, podemos entender que o território da Encosta da Serra Geral, construído pelas ações e parcerias coordenadas pela Agreco, mas também através do campo de disputas estabelecidos, constrói e compartilha com as famílias rurais algumas opções de renda e ocupações. Consideramos assim que *pertencer a uma associação, produzir organicamente, realizar o beneficiamento do produto em pequenas agroindústrias rurais e oferecer serviços turísticos* constitui uma estratégia territorial na medida em que se ancora numa perspectiva de valorização das especificidades do território graças à constituição de redes de atores agindo em cooperação. Trata-se de estratégias Elaboradas, sobretudo, pela convergência de interesses e ações que buscam dinamizar a economia local e manter a unidade familiar no espaço rural.

As famílias associadas de fato a Agreco têm em comum a opção por pertencerem a um novo espaço, a partir do qual passam a estabelecer as estratégias de reprodução social da unidade familiar, doméstica e de produção. Este espaço é novo no sentido de que se difere muito do âmbito familiar e da comunidade a qual as unidades tradicionalmente pertenciam e pertencem. É um novo espaço que se materializa tanto na construção e convivência de um novo espaço físico como nas novas relações, assentadas, sobretudo, em novas representações e entendimentos. Além do espaço físico da Agreco propriamente dito, muita das unidades também passam a construir e participar dos espaços⁴⁴ vinculados às agroindústrias, entendido, na maioria das vezes, como uma extensão da unidade produtiva e, para um número reduzido de família, ainda se estabelece o espaço organizado em torno da associação de agroturismo.

As agroindústrias foram organizadas juridicamente como condomínios, construídos por afinidades, pelo critério da vizinhança e por laços de parentesco. Variando por isso em relação à composição e ao número, as agroindústrias são em média constituídas em torno de quatro famílias ou núcleos familiares (no caso das agroindústria formadas pelo critério dos laços de parentesco). Os nomes atribuídos aos condomínios variam, se reúne mais de uma família, o nome é o da localidade (Rio do Meio, Rio Bravo Alto), ou de algum traço natural que identifica o local (Morro Verde, Recanto dos Pumas...) ou ainda, nomes que caracterizam o produto beneficiado (doce encanto, delícias da cana...). No caso de reunir poucas famílias com um forte grau de parentesco, predomina o nome dos sócios (Wiemes, Willemann, Becker...).

Os conflitos e as dificuldades encontradas na ampliação do convívio social promovido pelas agroindústrias variam de condomínio para condomínio, as histórias possuem especificidades, podendo ser de sucesso (agroindústrias que permanecem ativas) ou de fracasso (agroindústrias que se encontram desativadas ou que sofreram modificações em suas estruturas iniciais). Da mesma forma, a organização das atividades varia entre as agroindústrias, podendo ser executadas por um ou dois membros de cada família associada, ou por apenas uma parte das famílias reunidas, que assim beneficiam a produção dos sócios ou, no caso da agroindústria ser familiar, as atividades podem ser executada diferentemente pelos membros. Não há uma divisão do padrão do trabalho de beneficiamento, no entanto é facilmente notada uma questão de gênero, as

⁴⁴ A organização destes novos espaços e grupos é estimulada pela Agreco por um fator de ordem estrutural, relacionado as facilidades e ao menor custo no acompanhamento e orientação técnica das famílias. Também resultou da exigibilidade para a implantação do projeto de agroindústria (Piamer) cujo financiamento foi assumido coletivamente, dado o alto investimento necessário frente as exigências sanitárias, técnicas e de escala mínima de produção. No caso do agroturismo o espaço é organizado sobretudo pela proposta de agroturismo colocada pela Associação Acolhida na colônia fixado determinados princípios e normas

mulheres estão muito mais presentes (como se verificará no próximo capítulo) e, geralmente, ocupam as funções de limpeza e organização do ambiente. Cabral (2004) identifica ainda uma questão relativa ao nível de escolaridade no sentido de que, geralmente, os mais jovens se ocupam das funções de pesagem, registro de planilha, contabilidade.

O beneficiamento do produto e a atividade na agroindústria são considerados como vantagem pelos agricultores, mesmo por aqueles que estão com suas agroindústrias fechadas. No geral, esta avaliação ressalta as possibilidades de agregação de valor ao produto, a qualificação técnica adquirida para ocupar novos espaços na mesma cadeia de comercialização onde estavam inseridos, a obtenção de um produto mais padronizado e de melhor qualidade. Especificamente quanto ao trabalho em cooperação, convém salientar a divisão de tarefas e de responsabilidade; a realização de atividades conjuntas; e o reconhecimento do papel feminino.

O estudo realizado por Cabral (2004) sobre a formação e constituição dos condomínios revela que apesar das famílias se manifestarem a favor do espaço construído no entorno da Agreco existem também algumas desvantagens, como as dificuldades enfrentadas em torno da organização do processo produtivo frente à diversidade de idéias e lógicas e a colocação de novas instâncias de decisão que ultrapassam o nível familiar.

A repercussão positiva da experiência de produção e comercialização da Agreco começa a atrair para a região, técnicos, agricultores e consumidores interessados em conhecer a experiência. E este fluxo indicou o potencial para atividades ligadas ao turismo.

O agroturismo como estratégia de desenvolvimento vem se demonstrando viável a um número reduzido de famílias⁴⁵. Os motivos e as dificuldades são de diferentes naturezas, tanto economicamente (falta de infra-estrutura adequada quanto a equipamentos, instalações e comunicação; falta de recursos financeiros; aumento da jornada de trabalho da unidade familiar uma vez que os mesmos se somam às atividades já realizadas; fluxo limitado e sazonal de visitantes, deficiência na infra-estrutura municipal voltado ao lazer e ao entretenimento; pouca manutenção de estradas), como socialmente e culturalmente (natureza e amplitude das mudanças necessárias, enquanto reorganização da propriedade e do modo de vida, com impacto no ritmo de vida familiar e comunitário e com o comprometimento dos dias de descanso (domingos e

⁴⁵ Tanto é assim que esta estratégia de obtenção de renda e de reprodução social foi encontrada apenas em 1 família das 11 que compõem o universo Pertencem a Agreco na análise do questionário. Mas, durante os períodos em campo, convivi e me hospedei junto às famílias que fazem parte projeto de Agroturismo, além de ter participado de algumas reuniões da Acolhida da Colônia junto aos associados e em cursos de capacitação. Além disso, acompanhei uma das famílias que processa mel e também possui uma pousada, além da esposa ser a coordenadora da Acolhida em Santa Rosa de Lima.

feriados); novos relacionamentos, novas posturas quanto aos hábitos alimentares e de higiene, à forma de se vestir; timidez).

Devido a estas dificuldades, as famílias da região que optaram pela atividade de serviço relacionada ao turismo rural em sua maioria contam com uma renda monetária proveniente de outras fontes que não relacionada diretamente à produção agrícola ou à agricultura. Um estudo sobre estas famílias constataria que apresentam, em sua maioria, membros que possuem ocupações não-agrícolas fora da propriedade: seja como funcionário público, atividades de comércio, entre outros. A explicação deste fenômeno está além dos objetivos deste trabalho, mas com certeza se relaciona aos gastos em infra-estrutura e às dificuldades diante da convivência junto aos hóspedes.

Entre os empreendimentos voltados ao agroturismo, percebe-se uma grande diversidade quanto a: 1) a natureza do serviço prestado e/ ou oferecido como pousada e café colonial, camping, posto de venda de produtos e visitação às agroindústrias. 2) o papel da mão de obra familiar e a contratação esporádica ou regular de terceiros ou familiares para a execução de serviços; 3) a participação maior ou menor da renda obtida na receita familiar. Apesar de ser uma atividade complementar, o agroturismo vem participando de forma bastante presente na renda familiar, principalmente devido às dificuldades enfrentadas pelas unidades na produção agropecuária de base ecológica. Mesmo nas unidades onde seu peso econômico é menor, o agroturismo contribui significativamente para ampliar e diversificar as funções do estabelecimento.

Quanto aos aspectos positivos da atividade, os estudos realizados por Cabral ressaltam: oportunidade de trabalho e mudanças no seio da família quanto ao papel da mulher e filhos no gerenciamento e administração do empreendimento; o aumento da receita da família tanto no pagamento do serviço prestado como por permitir agregar valor aos produtos da agricultura familiar, consumidos nas refeições elaboradas para os visitantes, no aspecto do processo de “expansão do autoconsumo” da unidade familiar, reduzindo os custos operacionais; ganhos em termos de convívio, de aprendizado e de relacionamento pessoal e familiar; valorização e reconhecimento do papel e do ofício do agricultor através da convivência com o outro e na relação campo-cidade; valorização da natureza enquanto paisagem através da valorização da pujança da mata nativa, dos recursos hídricos, formas de relevo ou da desaprovação do desmatamento e do reflorestamento com exóticas.

Ao identificar a lógica espacial do agroturismo devemos notar a valorização dos aspectos cênicos ou estéticos do espaço rural. Expresso pela organização do espaço enquanto paisagem, na medida que vai ao encontro da demanda por conhecimento e lazer dos visitantes, na escala dos estabelecimentos familiares. Isto é, nos estabelecimentos agroturísticos percebe-se uma maior preocupação e cuidado, de um lado, numa dimensão utilitária da propriedade, com a residência e com outras instalações utilizadas pelo visitante, como o saneamento domiciliar e com determinados hábitos alimentares (alimentação, higiene, vestuário, tradições, etc) , e de outro, numa dimensão estética da propriedade, com a ornamentação e embelezamento dos lugares freqüentados pelos visitantes. (Cabral, 2004:202).

Além da opção pela construção de um novo espaço de relacionamento, os agricultores vinculados ao território estudado, mantêm em comum a introdução do cultivo orgânico no sistema produtivo. De acordo com o que já foi analisado no capítulo 1 na caracterização da Evolução dos Sistemas Agrários da região da Encosta de Serra Geral, a introdução da produção orgânica se deu em parte devido a crise (em inúmeros aspectos) da produção agroindustrial do fumo associado as empresas fumageiras. Essa conjuntura estimulou que, a partir do *contraste* percebido entre as *formas de fazer a agricultura*, os agricultores optassem pela proposta de uma agricultura orgânica, com relevância na percepção negativa dos agricultores quanto ao uso dos agrotóxicos e do trabalho na fumicultura.

“os agricultores optaram pela produção de fumo devido as vantagens oferecidas por intermédio da integração agroindustrial. Com o passar do tempo, no entanto, estas vantagens, principalmente em se tratando do crédito agrícola e do maior rendimento obtido com a cultura, deixaram de ser percebidas como tal. Por outro lado, as desvantagens, como o uso dos agrotóxico e o trabalho exaustivo - inicialmente minimizadas e aceitas pelos fumicultores frente as vantagens obtidas com a cultura – agora passam também a contar como elementos centrais para o abandono da atividade”(Muller, 2001:120).

Também deve ser considerado como fator preponderante para a opção pela produção orgânica a construção da Associação da Encosta da Serra Geral. A constituição da Agreco representa a oportunidade de exercer uma atividade adequada às condições ecológicas de pequenas propriedades da região e a garantia de comercialização da produção, relevante na tomada de decisões dos agricultores. Aqui, contribuiu fundamentalmente a existência de

políticas públicas voltadas a financiar a produção orgânica e ações sociais que buscam ampliar a demanda por produtos orgânicos, vistos como de maior qualidade.

Entretanto, a produção orgânica traz diversas dificuldades já apontadas, como a substituição do adubo químico e da uréia por adubo orgânico, a não utilização de herbicidas e a dificuldade de controlar os inços com a enxada pela penosidade e a quantidade de mão de obra despendida nesta tarefa.

Essas dificuldades resultam na crescente especialização da produção observada em algumas unidades (conforme será apresentado no capítulo seguinte). Ainda que os fatores explicativos possam estar localizados no ambiente externo, como o ritmo imposto pela lógica de mercados e a falta de tecnologias específicas, também é justificado por elementos internos às unidades familiares de produção, como a pouca disponibilidade de mão de obra para dar conta de tudo, o que faz com que determinados produtos ou atividades tenham prioridade. Esta orientação tem implicado, muitas vezes, no abandono ou na diminuição da produção de algumas lavouras, hortas e pomares.

Percebemos assim que os agricultores estão se voltando para uma produção orgânica, o que tem trazido um aumento da consciência ambiental e da qualidade alimentar, mas ao mesmo tempo as condições reais de reprodução têm dificultado a construção de uma produção agroecológica, baseada no aumento da integração e diversificação dos produtos, como apresentado anteriormente.

Apesar das dificuldades, as famílias reconhecem que passaram a ter interesse e a se sentirem responsáveis por produzirem, consumirem e ofertarem alimentos mais saudáveis, aliados ao respeito à natureza. Neste sentido, confirma-se que, ao lado de uma racionalidade econômica-instrumental que orienta o processo produtivo, tem-se a presença de outros valores subjetivos numa dimensão simbólica, construídos a partir da prática orgânica e da ampliação do convívio social. Elementos que geram um processo de auto-valorização através do resgate da estima de ser agricultor.

O espaço de comercialização constitui um importante elemento para o sucesso das estratégias locais, sendo elemento decisivo na viabilização de estratégias de reprodução socioeconômica e, no estabelecimento e manutenção do poder. Haja vista o campo de disputa marcado pelos diferentes discursos e projetos de desenvolvimento.

A comercialização é estruturada pela existência de um Contrato de Produção e Comercialização⁴⁶, um instrumento jurídico que institui, de um lado, produtores que passam a ser tratados como fornecedores e, de outro a Cooperagreco (empresa jurídica responsável pela comercialização da Agreco) que passa a assumir o papel de distribuidora da Agreco, ficando assegurado que certos produtos sejam comercializados primeiramente através da Agreco e não por iniciativa dos próprios agricultores. A associação tem comercializado apenas produtos orgânicos certificados e por isso tem trabalhado com 18 agroindústrias. Porém, como visto anteriormente, seis agroindústrias estão esperando serem certificadas e neste tempo, a associação tem buscado construir negociações em que as agroindústrias comercializem direto com os mercados, garantindo o escoamento da produção e a reprodução das famílias envolvidas.

Segundo o coordenador da Agreco em entrevista publica no *site* do MDA⁴⁷, 50% da produção dos trabalhadores associados é destinado ao mercado institucional. O restante é vendido em 54 supermercados conveniados⁴⁸. Os produtos comprados pelo governo compõem a merenda escolar de 60 mil estudantes de escolas das regiões de Itajaí, Florianópolis, Laguna, Criciúma e Araranguá. Além da conquista de novos mercados fora de Santa Catarina, como redes de supermercados no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

Os agricultores avaliam favoravelmente a existência de uma garantia de comercialização, ainda mais que a demanda está superando a produção, embora ressaltem as dificuldades em aumentar a produção, pela falta de investimento e força de trabalho.

4.3 Algumas Conclusões do capítulo 3 e 4

Ao focalizarmos a trajetória da agricultura familiar observamos que através da influência de processos de diferentes escalas (sociedade, territorial e unidade familiar), parte das unidades de produção transitou pelas duas lógicas na forma de organizar a produção e de se relacionar com a sociedade envolvente. A primeira eclode da crise da agricultura colonial e vincula-se à integração a cadeia do fumo e ao entendimento de um desenvolvimento voltado à produção de

⁴⁶ Na ocasião do cadastramento dos produtores para processo de certificação, os agricultores envolvidos assinaram um termo de compromisso que vai ao encontro do estabelecido pelo contrato de produção e comercialização.

⁴⁷ Maiores informações ver www.mda.gov.br

⁴⁸ Uso dos conceitos de circuito longo e circuito curto (Schmidt, 2001). Cadeias curtas têm como atores principais as formas de venda direta ao consumidor, feiras, cestas e lojas especializadas. As cadeias longas têm como ator principal as redes de supermercado (médias e grandes). O mercado buscado pela Agreco baseou-se no pressuposto de que a venda em circuitos curtos não garantiria o escoamento de um volume significativo de produtos e, por isso, seria necessário ampliar as frentes de comercialização nos circuitos longos.

mercado através do uso de *pacotes tecnológicos*. O segundo processo se vincula à perda de hegemonia do modelo de modernização da agricultura e está assentado sobre a constituição atual de um sistema agrário formado por um conjunto de diferentes sistemas de produção, embasados sobre uma lógica produtivista mas também por projetos que buscam a construção de um novo sistema produtivo baseado na conversão ecológica (no sentido de uma produção ecológica, sobretudo pela eliminação do uso de agroquímicos) e multifuncionalização (no sentido, da agricultura buscar criar e manter outros aspectos da vida social que não somente o econômico) da agricultura familiar. Neste, as noções presentes nas expectativas, ações e projetos de desenvolvimento formulados no âmbito macro da sociedade são levadas a nível local (ou nível *meso* de análise) pelas ações empreendidas pela Agreco. As estratégias locais de desenvolvimento, como visto, estão organizadas sobre a diversificação das ocupações relacionadas ao tripé agricultura orgânica, agroturismo e agroindustrialização que busca atender à demanda por produtos ou serviços vindo da sociedade como um todo.

A constituição do nível meso na análise é fundamental para entendermos, sob um enfoque territorial, o contexto sobre no qual as famílias constroem suas estratégias cujo sucesso ou insucesso na finalidade de garantir a reprodução do grupo se associa, em última análise, ao espaço de possibilidades de trabalho e renda abertos aos membros das famílias rurais. O espaço local, que constitui esse plano de análise, não se restringe às delimitações geográficas, mas implica no reconhecimento de uma pluralidade de fronteiras que se cruzam formando diversos núcleos de sociabilidade.

Para isso enfocamos nesta última parte a dinâmica espacial concernente aos instrumentos de desenvolvimento que atinge mais diretamente os agricultores familiares filiados a agreco. O recurso de analisar separadamente os projetos e parcerias foi empregado somente para identificar melhor o papel de cada um na redefinição e atualização da relação do agricultor familiar e do espaço rural.

Especificamente as estratégias elaboradas pela associação e mantidas pela rede de parcerias intrainstitucional e interinstitucional foram estabelecidas em torno da : produção orgânica , o beneficiamento da produção em agroindústrias familiares de pequeno porte, a mobilização de recursos através do cooperativismo de crédito, a comercialização via Associação e os serviços turísticos. E, como visto, essas estratégias são mantidas graças à realização de parcerias entre os atores sociais, que trazem em comum a finalidade de construir um novo

modelo de agricultura e desenvolvimento rural, ainda que, para isso, utilizem noções diferenciadas, seja desenvolvimento local, territorial, sustentável, endógeno, multifuncional. Neste ponto, pode-se ressaltar, a título de exemplo, as ações empreendidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobretudo através de cursos de capacitação financiados pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, beneficiando à Agreco, à Acolhida da colônia, e ao Centro de Formação.

Com isso as estratégias locais de ecologização, agroindustrialização da produção e do agroturismo, como vimos, provocam mudanças na organização do espaço e das unidades familiares. Resumidamente, podemos estimar que a produção agrícola baseada na eliminação do uso de agroquímicos permite valorização dos recursos naturais e dos insumos biológicos disponíveis na propriedade, a satisfação e realização pessoal por produzir alimentos saudáveis para a família e para a sociedade, o resgate de práticas de manejo tradicionais, etc. Porém, convém insistir sobre as dificuldades apresentadas, sobretudo em relação à produção primária, (falta de recursos financeiros, deficiência de insumos biológicos próprios, exigência de mão de obra, etc) enquanto inibidoras desta conversão.

Quanto ao processo de agroindustrialização, mostramos que as agroindústrias apesar de se constituírem no prolongamento da unidade produtiva, vão de encontro as tradicionais relações de convívio centrado, sobretudo, na família e na comunidade. E este novo espaço de convivência é contraditoriamente lembrado por seus aspectos positivos (podendo citar a: cooperação no trabalho, fortalecimento na sociabilidade das famílias integradas, agregação de valor aos produtos, espaço de trabalho para as mulheres e os jovens) e, negativos (podendo citar: tensões e conflitos nas relações de trabalho, comprometimento das decisões individuais).

Quanto ao agroturismo podemos citar as transformações nos estabelecimentos que oferecem esse serviço, como também a importância destas atividades para o reconhecimento da Associação junto aos de fora e na afirmação da identidade do agricultor enquanto produtor de alimentos e enquanto modo de vida, para as próprias unidades familiares. Na escala do município e da propriedade fez-se referência a valorização e organização das dimensões estéticas e utilitárias. No interior das propriedades, essas dimensões têm permitido a ampliação e diversificação dos usos e das funções atribuídas, de forma que passa a ser considerada um objeto de consumo dos turistas, um local agradável de vida para a família além da produção agropecuária.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas e das limitações impostas que impedem, muitas vezes, o aumento de unidades familiares inseridas nesta proposta, as vantagens associadas ao agroturismo colocam em evidência que essa atividade não está restrita a uma alternativa de renda, mas que se amplia na medida em que inclui bens e valores provenientes do convívio com os visitantes (entre eles: reconhecimento do papel e do ofício do agricultor, a troca de experiência e o crescimento pessoal e familiar, a revalorização de determinados hábitos e valores tradicionais, etc).

De outra parte, buscamos colocar em evidência a importância do Estado e da sociedade na construção dos contextos locais. E, neste sentido, os novos projetos de desenvolvimento ampliam o reconhecimento do trabalho do agricultor, que passa a ser considerado não somente através de mercadoria, mas através do manejo e conservação dos recursos e do patrimônio cultural, essencial para a manutenção da base material e cultural que sustenta a sociedade. Esse reconhecimento se realiza através de políticas públicas de incentivo (fomento a construção de tecnologias e práticas de base ecológica, criação e fortalecimento de grupos e instituições locais de produtores e consumidores, democratização e criação de linhas de crédito rural específicas, etc) e do apoio da sociedade através do consumo e da mobilização junto às instituições para a efetivação destas políticas de desenvolvimento.

Capítulo 5 - As estratégias de reprodução elaboradas pelas unidades familiares

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os dados obtidos do questionário, buscando dar conta de entender as estratégias de reprodução social (ou de modos de vida) elaborada pelas unidades familiares. A família rural constitui a unidade de análise deste trabalho, pois no âmbito familiar se organiza a inserção produtiva e social dos membros integrantes do grupo, assim como as estratégias individuais e coletivas.

A unidade família constitui o último nível da análise sob uma perspectiva territorial e, é ela a responsável pela prática das múltiplas estratégias, sendo responsável pela articulação dos diferentes fatores, que podem garantir ou não, a reprodução do grupo familiar enquanto agricultores familiares. Assim, embora seu objetivo seja a reprodução do grupo, não existe um caminho pré-determinado, mesmo no caso estudado em que as estratégias familiares estão vinculadas às estratégias locais elaboradas a partir da Associação. Como visto nos capítulos anteriores, (sobretudo, nos capítulos 2 e 4), as estratégias econômicas das unidades familiares estão atreladas às estratégias locais elaboradas no território e às estratégias da sociedade, elaboradas a partir da constituição de um novo entendimento de desenvolvimento e das políticas públicas que se voltam a dinamizar os territórios e a construção de um novo portfólio de demandas e funções da agricultura.

A separação, para fins de análise, das unidades familiares em unidades de produção e unidades domésticas, se dá, fundamentalmente, com o intuito de evidenciar mais facilmente a relação mantida entre as duas unidades na tomada de decisões e na elaboração das estratégias de reprodução. Desta forma, por exemplo, trata-se de um meio para a análise da relação entre a variável demográfica e a composição entre homens e mulheres dos membros da família na estruturação do sistema produtivo.

De outro modo, entendemos as estratégias de reprodução social através da diversificação ocupacional e de renda, que conforme verificado neste capítulo se centram, sobretudo, na combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas. E através da estruturação produtiva e familiar resultantes dos arranjos elaborados pelas unidades domésticas.

5.1 Unidade doméstica familiar

A distribuição etária das 90 pessoas que integra o universo da amostra e que, atualmente, se divide entre as famílias de agricultores pertencentes e não pertencentes a Agreco é apresentada na tabela 5.1, a seguir. Vale dizer que com exceção desta tabela, adiante as tabelas tem como amostra apenas os agricultores que em 2004 permanecem vinculados a Agreco.

Tabela 5.1

Distribuição por Faixas de Idade dos Membros dos grupos domésticos		
Anos	Pessoas	%
Até 10	15	16,67
11 – 17	11	12,22
18 – 35	31	34,44
36 – 59	27	30
60 ou mais	6	6,67
Total amostra	90	100

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

A maior porcentagem de idade se concentra na faixa dos 18 aos 59 anos, demonstrando que a população da região é composta de pessoas com grande capacidade de força de trabalho, isto é, 64,44% do total da população pesquisada se encontra numa faixa de idades composta por pessoas nem muito jovens (em idade escolar), até os 17 anos, nem idosos, acima de 60 anos.

A mesma composição se repete ao observarmos a mesma tabela, só que com a amostra atual, com um universo reduzido para os 11 agricultores que pertencem a Agreco.

Tabela 5.2

Distribuição em Faixas de Idade dos Membros dos grupos domésticos (Agreco)		
Anos	Pessoas	%
Até 10	10	20%
11 – 17	7	14%
18 – 35	17	34%
36 – 59	14	28%
60 ou mais	2	4%
Total amostra	50	100

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Além da composição dos agricultores pela estratificação de faixas etárias, é interessante observarmos a composição dos agricultores pela idade e pela posição na família, tabela 5.3 a seguir. A tabela referida está organizada conforme o questionário em que o responsável foi identificado como o pai da família e a cônjuge é identificada na figura da companheira. No caso, pai e mãe se referem aos pais ou do cônjuge ou do responsável. Nesta, podemos perceber uma concentração da população masculina com 58% da amostra atual. E ainda, que 32% do conjunto das pessoas que fazem parte do universo total ocupam a posição de filhos e, destes, 37,5% estão na faixa dos 18 aos 35 anos, constituindo importante força de trabalho para a unidade de produção. Ou, de outra forma, os filhos e filhas somam 54% do total de pessoas consideradas. Destes, uma importante porcentagem é de filhos, numa proporção de 32% contra 22% de filhas. Dado importante se considerarmos, como será visto mais adiante, que grande parte dos filhos têm como ocupação principal a atividade agropecuária.

Tabela 5.3

Distribuição por Idade, Posição na Família e sexo do grupo doméstico (Agreco)

Faixa etária	Cônjuge		Filha		Filho		Mãe		Pai		Responsável	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 10	-		4	36,4	6	37,5						
11-17	-		3	27,2	4	25						
18-35	3	33,3	4	36,4	6	37,5					4	36,4
36-59	6	66,7	-				1	100			7	63,6
Mais que 60	-		-						2	100		
Total	9	18%	11	22%	16	32%	1	2%	2	4%	11	22%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

A variável demográfica constitui um importante elemento na reprodução social da família, no sentido de expressar a disponibilidade de “braços” na unidade familiar. Para Schneider (2003), é manifesta a relação entre a disponibilidade de membros das unidades produtivas e o desenvolvimento da pluriatividade. No caso em estudo, as famílias têm uma maior proporção de membros com idades superiores aos 17 anos e inferiores ao 60 e, a estes, acrescentamos que as famílias são formadas predominantemente por 4 membros, na forma de pai, mãe e 2 filhos⁴⁹. Com este sentido, poderíamos pressupor que por serem compostas por poucos membros,

⁴⁹ Pelo banco de dados em exame, no universo de famílias Pertencem a Agreco, 9% são formadas por 3, 6 e 8 membros; 18% são formadas por 5 membros e 55% são formadas por 4 membros. E ainda 8 famílias das 11 são estruturadas na forma responsável, mãe e filhos; 1 famílias na estrutura pai, mãe, filhos e avós; 1 família na estrutura pai e filhos e 1 família na estrutura responsável e pais aposentados.

apresentem menor capacidade de deslocar parte de sua força de trabalho para fora da unidade produtiva, sendo todos os membros necessários para as tarefas da propriedade. Daí, os dados que mostram que 63,6% dessas famílias estudadas não tiveram nos últimos cinco anos outras ocupações remuneradas⁵⁰ além da sua condição atual de agricultor familiar. De outro lado, 27,3% das famílias tiveram algum dos seus membros em ocupações assalariadas fora da agricultura. Contudo, como indica os dados, grande parte dos agricultores possui outras atividades, exercidas dentro da unidade produtiva e relacionadas à agricultura. Podemos considerar estas unidades familiares como pluriativas, na medida em que combinam mais de uma atividade e possuem mais de uma fonte de renda.

Outro indicador importante para a caracterização das unidades familiares e suas estratégias de sobrevivência e reprodução refere-se à natureza e à forma de obtenção da terra⁵¹. Sobre este aspecto, os dados indicam que 82% das propriedades familiares são próprias e destas 66,7 % foram obtidas através de herança. Desta porcentagem (as terras obtidas por herança), 90 % não sofreram alterações de tamanho nos últimos cinco anos, e os 10% que se ampliaram foram por receber nova herança. Todo o restante, 33,3 % dos que têm terra própria e que têm como forma de aquisição a compra de parentes e/ou vizinhos, sofreram alterações nos últimos cinco anos (90% aumentaram a propriedade através de novas compras e 10% diminuíram pela venda a pessoas de fora). E os 18% em que a terra não é própria (9% arrendada e 9% cedida por parente), não sofreram nenhuma alteração nos últimos 5 anos, conforme revela a tabela 5.4.

Tabela 5.4

Condição Legal da Terra		
Própria (82%)	Herança (66,7%)	Não sofreram alterações (90%)
		Sofreram alterações (10%)
	Vizinho (22,3%)	Sofreram alterações (100%)
	Parente (11%)	Sofreram alterações (100%)
Arrendada (9%)	Não sofreram alterações (100%)	
Cedida pelo sogro (9%)	Não sofreram alterações (100%)	

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

⁵⁰ No questionário as opções eram: trabalho assalariado na agricultura, trabalho assalariado fora da agricultura, comércio, outras (especificar), não exerceu.

⁵¹ Conforme a amostra de grupos domésticos pertencentes a Agreco: 5 famílias possuem de 10 a 30 Ha de terra, e 6 pessoas, possuem de 30 a 60 Ha de terra.

Podemos extrair da tabela 5.4 a percepção de que a utilização da rede familiar ainda parece ser a principal estratégia de obtenção de terras. Isto porque 86,7% das famílias obtiveram a terra, não importando a forma, de parentes. E ainda, 100% dos que aumentaram suas propriedades o fizeram através de parentes, adquiridas por herança, ou compra.

A perpetuação do patrimônio e do modo de produção familiar é expresso também na permanência dos filhos e filhas junto à propriedade e à família, numa proporção bastante expressiva de 63,6 % que permanecem contra 36,4% que não permanecem, tabela 5.5 a seguir. A maioria (90%) dos filhos que saíram da propriedade dos pais o fizeram por terem se casado e terem herdado outra propriedade, constituindo um novo núcleo familiar, permanecendo no meio rural e tendo a agricultura como ocupação principal.

Tabela 5.5

Proximidade dos Filhos		
Condição	número	%
Residem fora da propriedade	4	36,4%
Residem na propriedade	7	63,6%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Ademais, os pais, em sua grande maioria (81,8%), gostariam que seus filhos permanecessem agricultores, morando no meio rural e, principalmente, mantendo a propriedade familiar e dando continuidade ao trabalho sobre a terra, reafirmando, desta maneira, a tradição familiar e uma identidade social baseada na produção (e comercialização) de alimentos (tabela 5.6). Os motivos apresentados são os mais variados, podendo citar, o gosto pela lavoura, a qualidade de vida e o saber fazer. Em contrapartida, os que gostariam que seus filhos buscassem outro modo de vida, apesar de assegurarem que a vida na cidade é mais fácil, quando questionados sobre o que gostariam que eles fizessem, a resposta predominante é que gostariam que eles se formassem em agronomia. De certa forma, isto pode indicar o desejo de que os filhos tenham a possibilidade de estudar (identificado como uma melhora na qualidade de vida) agregado ao projeto de que venham a “ajudar” na propriedade.

Tabela 5.6

Perspectiva em Relação aos Filhos		
Condição	número	%
Gostaria que viessem a ser agricultores	9	81,8%
Não Gostaria que viessem a ser agricultores	2	18,2%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Referente à composição familiar das unidades estudadas, cabe ainda ressaltar que 100% das famílias entrevistadas utilizaram somente força de trabalho familiar, não fazendo uso de diaristas ou empregados permanentes nas parcelas. A este dado, acrescentamos outros que são ignorados no questionário, mas que ressaltam aos olhos durante a permanência no campo e que são observados também na descrição do apêndice I. A primeira observação se refere ao fato de que as famílias fazem uso da troca de dias entre parentes e vizinhos, de modo a complementar a força de trabalho necessária com baixos custos (a contraprestação se dá na forma de dias de trabalho/produtos/lenha, entre outros). A segunda se refere ao fato de que muitas famílias contratam pessoas para “ajudar” nos serviços de casa, ainda que não adquira um caráter de empregado contratado, mas como uma forma de “ajudar o vizinho” que precisa de um dinheiro extra. A terceira é que as agroindústrias compostas por mais de uma família, ou mais de um núcleo familiar, geralmente “contratam” um dos associados para beneficiar a produção, utilizando neste caso uma relação de trabalho em que a contraprestação se faz, além do dinheiro, em porcentagem da produção/produto beneficiado.

5.2 As ocupações nas estratégias de reprodução das famílias agricultoras

A caracterização do quadro de ocupações estabelecidas pelos agricultores e pelos membros familiares permite discutir e analisar as relações que estes estabelecem com a sociedade, no âmbito sócio-cultural e econômico a partir da elaboração das estratégias sociais pelas unidades familiares.

No caso estudado, as ocupações dos entrevistados e as estratégias construídas, como visto no capítulo 2, têm influência da Associação da qual fazem parte e das oportunidades estabelecidas dentro do território em que estão inseridos, o que nos permite observar as particularidades da inserção social e econômica deste grupo.

Em relação à ocupação da força de trabalho dos membros familiares, podemos verificar pela tabela 5.7 que grande parcela das famílias de agricultores tem como ocupação principal a atividade agrícola, numa porcentagem de 46% em relação às outras atividades (atividades não agrícolas exercidas fora da unidade de produção com 2%, ou dentro com 16%).

Interessante verificarmos que o universo do que denominamos de atividades não agrícolas é formado por ocupações que tem na sua origem a agropecuária (agroindústria rural familiar, agroturismo, comercialização direta). Ou ainda atividades relacionadas à manutenção direta da unidade de produção familiar, para incluirmos os serviços domésticos. Portanto, não se referem, como apresentado no capítulo 1, nem ao emprego refúgio – observado por Graziano (2001) até porque os centros urbanos estão distantes e de são de difícil acesso para estas comunidades – nem fazem menção às atividades industriais referidas por Schneider (2003) e Anjos (1995). Ainda que parte destas atividades se encontre ligadas ao processo de beneficiamento dos produtos, não podem ser comparados ao processo de consolidação de um dinâmico mercados de trabalho industrial a que fazem referência os estudos citados. O que se verifica é o estímulo à instalação de agroindústrias de pequeno porte que aumentam o valor agregado da produção local evitando os “*passeios de safra*” com os atravessadores, promovem a criação de emprego e a absorção da força de trabalho agrícola familiar. De certa forma, este quadro permite retomar as críticas feitas por Alentejano de que não se deve associar a pluriatividade apenas aos processos de urbanização e industrialização, pois o trabalho pluriativo cresce também associado a outras formas, como o turismo e o lazer (Alentejano, apud Anjos, 1995: 63)

Com isso, consideramos, com as devidas precauções, as unidades familiares articuladas pela Agreco como pluriativas, no sentido de que combinam diferentes atividades, mas não podemos entendê-las realizando uma agricultura em tempo parcial, uma vez que as atividades agrícolas e não agrícolas são realizadas dentro da unidade de produção em tempo integral. Assim, podemos concluir que a estratégia das unidades estudadas consiste em criar empregos internamente mediante a multiplicação de atividades. Retomamos, neste sentido, a diferença entre as noções de pluriatividade e agricultura em tempo parcial, para entendermos porque no estudo sobre os agricultores franceses, Roux (2003) chega a mesma conclusão, não fazendo, porém, referência a uma situação de pluriatividade na medida em que estes agricultores exercem suas atividades em tempo integral em suas unidades.

No Brasil muito recentemente, alguns estudos têm se referido às atividades não agrícolas desempenhadas dentro do estabelecimento rural de “para-agrícola”, tal como sugerido pelo programa de pesquisa do Arkleton Trust⁵². Contudo, esta noção não é empregada em detrimento da noção de pluriatividade, mas no sentido de ampliar o sentido anteriormente empregado pela noção de empregos múltiplos ou em tempo parcial. A adoção do termo pluriatividade pelo referido estudo busca incluir além das atividades “para-agrícolas” em questão, o emprego em outros estabelecimentos agrícolas, por exemplo, trabalho assalariado; atividades não-agrícolas no estabelecimento, como turismo e alojamento; atividades externas não-agrícolas, como assalariamento (Fuller, apud Kageyama, 1998: 367).

Podemos com tudo isso ressaltar que as outras atividades presentes entre as famílias estudadas vinculadas à Agreco resultam da busca pela ampliação e valorização das noções, de família, espaço rural e agricultura, promovendo outras atividades além das produtivas tradicionais (cultivos e criação de animais), como o turismo, a pequena agroindústria, comercialização via associação, transporte de mercadoria. Desta forma, promovem benefícios ambientais ao mesmo tempo em que priorizam a agricultura como forma de uso do solo. Daí não se constituir uma oposição, entre os entrevistados, entre o espaço consumido e o espaço produtivo (Abramovay: 2003), como ocorre em alguns países europeus em que o rural e o sentido de ruralidade é relacionado cada vez menos com um espaço fundamentalmente produtivo, como visto anteriormente.

De outra forma, também não identificamos uma disputa entre *terra de trabalho* e *terra de proteção* observada por Carneiro (2003). Os próprios agricultores reconhecem que existem áreas que não são apropriadas à lavoura e que devem ser preservadas, como as estabelecidas pela legislação (reserva legal), as que protegem nascentes e cursos d’água e as que ficam no topo dos morros.

Isto porque, a existência da associação de produtores ecológicos atuantes, com acesso à assistência técnica, e a presença de turistas atraídos pelo agroturismo⁵³ possibilitou a criação de uma consciência ecológica expressa na ampliação do número de agricultores que desenvolvem a

⁵² Esse programa de pesquisa foi um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com surveys em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de 300 estabelecimentos e painéis com 70 estabelecimentos nos anos intermediários.

⁵³ Agroturismo entendido como um turismo voltado a valorizar as atividades e produções agrícolas e que se opõe a noção de um turismo rural ou ecológico centrado, sobretudo, na noção de uma natureza intocada que ao mesmo tempo em que contribui para a ampliação do emprego, desestimula a atividade agrícola. Também se opõe as noções que aparecem vinculadas ao turismo de aventura que recentemente vem sendo implantado na localidade através do rafting.

agricultura orgânica ou, ao menos, uma produção menos contaminada de agrotóxico⁵⁴. E ainda, como visto no capítulo 2, a opção pela produção orgânica advém de experiências vividas (morte ou doença de familiares ou de vizinhos). Neste sentido, as noções de paisagem e de natureza não se opõem a atividade agrícola, cujo malefício é imputado de forma concentrada sobre a produção de fumo e a queima de madeira. Ao contrário, portanto, dos casos analisados por Carneiro (2003) em que a função ambiental vem de fora, imposta pelos organismos de proteção ambiental e pelos turistas que entendem a agricultura como uma agressão ao meio ambiente. Contudo, identificamos um conflito de outra natureza, centrado, sobretudo, entre as unidades familiares integradas à cadeia do fumo e as unidades inseridas no projeto Agreco, estas sob uma lógica assentada na defesa de uma agricultura que cumpra a função produtiva associada à manutenção e preservação do meio ambiente, da qualidade dos alimentos e da cultura local. O conflito entre espaço produtivo e espaço consumido ou entre terra de trabalho e terra de proteção, apesar de ausente no território constituído pelo projeto Agreco, pode se constituir a partir dos outros serviços recentemente oferecidos, sobretudo no município de Santa Rosa, ligados ao *rafting* e às águas termais, pois nestes a natureza não mantém elos diretos com a atividade agrícola.

Tabela 5.7

Ocupação principal dos membros das famílias

Atividades	Número	%
Atividade agrícola	23	46%
Atv. não agrícola dentro da propriedade*	8	16%
Atv. não agrícola fora da propriedade**	1	2%
Estudante	5	10%
Não trabalha	9	18%
Aposentado	2	4%
Outros	2	4%
Total	50	100%

Ocupação secundária dos membros das famílias

Atividades	Número	Porcentagem
Atividade agrícola	8	16%
Atv não agrícola dentro da propriedade*	7	14%
Estudante	2	4%
Não trabalha	33	66%
Total	50	100%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

*incluí – serviço doméstico, atividade agroindustrial, comércio de mercadorias

** incluí - prestação de serviço

⁵⁴ Interessante contatar que 100 % dos entrevistados responderam positivamente quando perguntados se a agricultura que eles praticam ajuda a cuidar da natureza. As justificativas são: “porque não usa veneno ou agrotóxico”, “pratica agroecologia”, “não faz queimadas e não usa químico”, “não usa agrotóxico e não desmata”, “não devasta o ambiente”, “preserva a água”, “faz plantio de cobertura”, entre outros.

Ainda pela tabela 5.7, observamos que os 16% dos membros que possuem como atividade principal a atividade não agrícola dentro da propriedade se dedicam às atividades relacionadas à agroindústria rural e à comercialização de produtos. Verificamos que, apesar da atividade agrícola ser a principal ocupação secundária dos membros (16%), a atividade não agrícola dentro da propriedade ainda aparece na proporção de 14%, indicando que há uma combinação entre estas duas ocupações pelas famílias estudadas. Isto porque os membros têm como ocupação principal e secundária, com 46% e 16% respectivamente, a atividade agrícola, seguida da atividade não agrícola dentro da propriedade, com 16% e 14% respectivamente. O que confirma o fato das estratégias de reprodução elaboradas pelas famílias agricultoras pertencentes à Agreco se concentrarem na criação de ocupações dentro da propriedade familiar e ligada diretamente à atividade agrícola, no caso o beneficiamento em agroindústrias rurais e a comercialização. Com isto, podemos afirmar que o recurso à atividade não agrícola está estruturalmente integrado às estratégias de reprodução social das famílias, sobretudo se verificarmos que grande parte da produção é vendida na forma beneficiada para a Associação. Dos 10 entrevistados, apenas um não transforma os seus produtos.

Pela tabela 5.8 a seguir, verificamos, mais uma vez, a reprodução da divisão sexual e da hierarquia familiar com a distinção significativa entre homens e mulheres com relação à ocupação nas atividades agrícolas. A mesma proporção de diferença entre as ocupações segundo os sexos, aparece quando se observa a ocupação em atividades não agrícolas dentro da propriedade. Isto é, na atividade agrícola, 51,7% dos membros ocupados são homens contra 38% de mulheres, totalizando uma diferença de 13,7%. Se verificarmos a atividade não agrícola dentro da propriedade, teremos que 23,8% dos membros são mulheres enquanto 10,3% são homens, totalizando uma diferença de 13,5%, praticamente equivalente a diferença anterior. Enfim, enquanto os homens se ocupam principalmente da atividade agrícola, as mulheres se ocupam em prioridade da atividade não agrícola dentro da propriedade. O que, de certa forma, nos leva a concluir que as mulheres assumem a responsabilidade pela atividade de transformação agroindustrial, ao mesmo tempo em que permanecem se responsabilizando pelos serviços domésticos, âmbitos que podem ser caracterizados como espaços predominantemente feminino.

Tabela 5.8

Ocupação principal dos membros das famílias, segundo o sexo				
Atividades	Masculino		Feminino	
	número	%	número	%
Atividade agrícola	5	51,7%	8	38%
Atv. não agrícola dentro da propriedade*	3	10,3%	5	23,8%
Atv. não agrícola fora da propriedade**	1	3,5%	-	-
Estudante	2	6,9%	3	14,3%
Não trabalha	5	17,2%	4	19,2%
Aposentado	2	6,9%	-	-
Outros	1	3,5%	1	4,8%
Total	29	100%	21	100%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Para um melhor entendimento, é importante os dados extraídos da tabela 5.9 a seguir, uma vez que esta nos permite verificar a divisão do trabalho por membros da família. E, assim, podemos observar que não existe uma diferença tão expressiva entre a ocupação principal dos responsáveis e aquela os cônjuges, no sentido de que ambos exercem a atividade agrícola de forma predominantemente, com 90% e 77,8 % respectivamente (sendo que os outros 10% dos responsáveis têm como ocupação principal a aposentadoria). Entretanto, os cônjuges femininos possuem outras atividades principais, como os serviços domésticos (11%) e a transformação agroindustrial (11%). Importante ainda notarmos, pela tabela 5.10, a seguir, que 72,7% dos responsáveis não possuem ocupações secundárias, enquanto apenas 33,34% dos cônjuges femininos estão na mesma situação. Assim, ao contrário dos responsáveis, a maior parte dos cônjuges femininos possui uma segunda ocupação, 44% serviços domésticos, 11% transformação agroindustrial e 11% agricultura, aproximadamente. Vale lembrar que todos os responsáveis das unidades familiares são do sexo masculino.

Tabela 5.9

Parentesco	Ocupação Principal	número
Responsável	Trabalho por conta própria na agricultura	10
	Aposentado	1
Cônjuge	Serviços domésticos	1
	Trabalho por conta própria na agricultura	7
	Transformação Agroindustrial	1
Filha	Comercio de mercadorias	1
	Estudante	3
	Agroindústria	1
	Serviço domestico	1
	Outras	1

	Sem atividade	4
Filho	Comercio de mercadoria	2
	Estudante	2
	Prestação de serviço	1
	Agricultura por conta própria	4
	Agroindústria	1
	Outras	1
	Sem atividade	3
	Não se aplica	2
Mãe	Agricultura por conta própria	1
Pai	Aposentado	1
	Agricultura por conta própria	1

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

A divisão sexual do trabalho é mais acentuada entre a ocupação principal dos filhos em comparação com a ocupação principal das filhas, numa proporção de 25% para os primeiros. Isto é nenhuma filha declarou ter como ocupação principal a atividade agrícola. O mesmo se repete se observarmos a ocupação secundária, na tabela 5.10, a seguir. Em compensação, os serviços domésticos aparecem tanto como ocupação principal como secundária das filhas, com 9,1% em ambas as categorias, reafirmando a reprodução do âmbito predominantemente feminino das ocupações atreladas ao espaço doméstico.

Tabela 5.10

Distribuição da ocupação secundária por membro da família		
Parentesco	Ocupação Secundária	Porcentagem
Responsável	Transformação Agroindustrial	3
	Sem Atividade	8
Cônjuge	Serviços domésticos	4
	Trabalho por conta própria na agricultura	1
	Transformação Agroindustrial	1
	Sem atividade	3
Filha	Estudante	1
	Transformação Agroindustrial	1
	Serviço domestico	1
	Sem atividade	8
Filho	Estudante	1
	Agricultura por conta própria	4
	Sem atividade	11

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Insistindo no ponto, podemos mais uma vez observar pela tabela de atividades por membro da família, o fato de que a atividade agroindustrial é exercida como ocupação principal e secundária, em grande proporção, pelas mães e pelas filhas, com 11% e 9,1 % respectivamente. Tal atividade

aparecendo como principal somente para 6,25% dos filhos homens. Mas, em contrapartida, a ocupação em atividades não agrícolas fora da propriedade é realizada somente pelos filhos, ainda que numa baixa proporção (6,25%).

5.3As fontes de renda e a reprodução da agricultura familiar

Esta seção pretende apresentar as fontes de rendas declaradas pelos entrevistados, sem, contudo, se preocupar em quantificá-la. O objetivo consiste, em primeiro lugar, em identificar as fontes de renda, monetárias ou não, principal e secundária, das famílias entrevistadas e pertencentes à Agreco, em segundo lugar, em analisar quais são os membros das famílias responsáveis por obtê-la e, enfim, em verificar a utilização de fontes de crédito por parte das unidades de produção.

As fontes de renda são fundamentais no êxito das estratégias de reprodução social elaboradas pelas famílias. E, igualmente importante, o quadro de ocupações indica a maneira como as famílias interagem social e economicamente com a sociedade como um todo e com o Estado.

Por estar ciente das dificuldades em obter dados confiáveis para a quantificação das rendas por uma certa resistência por parte das famílias em transmitir este tipo de informação, cujo interesse aqui é menor visto a finalidade deste trabalho, os dados apresentados se limitam a construir um quadro da combinação das fontes de renda declaradas pelas famílias.

Assim, no que se refere à principal fonte de renda para a manutenção da família, 45,5% dos entrevistados têm como fonte a atividade agropecuária e outros 36,4% a aposentadoria ou pensão fornecidas pelo Estado, como observado na tabela 5.11. Apenas, 9,1% das famílias têm como fonte de renda principal a atividade agroindustrial, apesar de grande parte das famílias (90%) beneficiarem seus produtos antes da venda, como será visto adiante (tabela 5.15). Esta aparente incoerência nos dados obtidos deixa evidente de que para a maioria dos entrevistados, apesar de beneficiarem seus produtos e de colocá-los no mercado de forma transformada, a principal atividade de remuneração e a garantia da reprodução social permanece sendo atribuída a atividade agrícola propriamente dita. O que demonstra, por um lado, a importância conferida a esta atividade e, por outro, a afirmação e reprodução da identidade do agricultor como produtor de alimentos.

Tabela 5.11

Principal Fonte de Renda		
Renda mais importante na manutenção da família	Agroindústria	1
	Aposentadoria/Pensão	4
	Atividade agropecuária própria	5
	Não respondeu	1
Outras Fontes de Renda		
Outras Fontes de receita e auxílio da família	Aposentadoria/pensão	3
	Agroturismo	1
	Não tem	7

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Além disso, notamos a importância da aposentadoria para a reprodução das famílias, o que concorda com a afirmação de Schneider (2003) de que o Estado é responsável pela manutenção de parte dos agricultores, principalmente se observarmos que esta forma de renda é a principal das outras entradas monetárias. O agroturismo aparece como fonte de renda secundária para 9,1% dos entrevistados. O que, de certa forma, representa uma pequena importância na manutenção monetária das famílias entrevistadas, mas, como visto no segundo capítulo, esta atividade, apesar de não ter importância direta na reprodução das famílias, é considerada como fundamental para as estratégias de comercialização e a visibilidade alcançada pela Associação Agreco. Além disso, é vista como fundamental no processo de auto valorização do agricultor pelas famílias que fazem parte da Acolhida da Colônia.

As famílias adquirem diretamente do governo, principalmente, os créditos do Pronaf voltados ao investimento, numa proporção de 90% dos entrevistados; utilizando numa pequena proporção o crédito Pronaf voltado ao custeio, com apenas 18% dos entrevistados, como demonstrado pela tabela 5.12. Os motivos para a não utilização variam entre os entrevistados, ressaltando a falta de conhecimento e os altos juros. Contudo, importante lembrar, como visto no capítulo 2, que essas famílias se beneficiam, ainda que de forma indireta, de outras políticas públicas e créditos oferecidos pelo Estado (sobretudo, as linhas do Pronaf destinadas à capacitação) expresso, por exemplo, na possibilidade de criação e manutenção da Associação, do projeto das agroindústrias, da infra-estrutura turística e, por fim, na ampliação da demanda por alimentos orgânicos e produtos “artesanais” provenientes da agricultura familiar.

Tabela 5.12

Uso e fonte de Crédito			
Crédito para custeio	Fonte de crédito	Número	%
Sim	Banco – Pronaf	2	18%
Sim	Proger	1	9%
Não	Não	8	73%
Crédito para investimento			
Sim	Banco – Pronaf	10	90%
Não	Não	1	10%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Quanto à origem da renda, podemos observar pela tabela 5.13 e 5.14, que os responsáveis têm 100% da atividade principal e secundária remunerada, enquanto os cônjuges apresentam uma porcentagem de 66,5% e 77,8%, respectivamente, das atividades remuneradas devido, principalmente, à ocupação com os serviços domésticos. No mesmo sentido e confirmando a reprodução da hierarquia familiar e das relações de poder definidas pelo núcleo familiar, numa proporção menor se comparada com os pais, os filhos e filhas têm 37,5% e 27,3%, respectivamente, de suas atividades principais remuneradas. Os filhos apresentam uma maior proporção de remuneração, por ter como principal ocupação a atividade agrícola, enquanto as filhas se ocupam principalmente dos estudos e dos serviços domésticos, que não apresentam uma contraprestação monetária.

Tabela 5.13

Remuneração da ocupação principal pelo parentesco dos agricultores Agreco		
Parentesco*	Atividade principal Remunerado	Atividade principal não remunerado
Cônjuge	6	3
Filha	3	8
Filho	6	10
Mãe	1	-
Pai	1	-

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

- O responsável tem 100% atividade remunerada

Tabela5.14

Remuneração da ocupação secundária pelo parentesco dos agricultores Agreco

Parentesco*	Ocupação Secundária Remunerada	Ocupação Secundária não remunerada
Cônjuge	22,2%	77,8%
Filha	9%	91 %
Filho	6,7%	93,3%
Mãe	-	100%
Pai	-	100%

Fonte: banco de dados da pesquisa da Multifuncionalidade/2001

Os responsáveis que tem atividades secundárias elas são 100% remunerada

Ainda quanto à renda, temos que grande parte do dinheiro recebido pelas famílias é destinada ao reembolso do financiamento das agroindústrias, principalmente para as famílias que arcam sozinhas com as dívidas, por opção ou pela desistência dos sócios. O restante do capital permanece, na maioria das vezes, sob a responsabilidade do casal e destina-se, principalmente, à manutenção do núcleo familiar, aos investimentos na propriedade, nas agroindústrias rurais e no agroturismo, aos estudos dos filhos e à contraprestação pelo trabalho dos filhos que ajudam na lavoura ou na agroindústria.

Além da produção agrícola destinada à venda, entendida como fonte de renda direta, devemos considerar a porcentagem da produção destinada ao consumo familiar ou à produção voltada exclusivamente ao auto consumo, que podem ser entendidas como fontes indiretas de renda. Se considerássemos o valor destes produtos no mercado, a família teria um gasto de manutenção que talvez não possibilitasse sua reprodução como agricultores. A tabela 5.15 nos permite verificar que parte da produção (vegetal, animal, derivados e beneficiados) destina-se ao consumo da família, ainda que esta importância se reduza quando se verifica a produção exclusiva para o consumo familiar (54,54% dos informantes mantêm uma produção exclusiva para consumo, contra 45% que não).

A produção para o auto consumo envolve todos os membros da unidade familiar e integra tanto parte dos produtos que são comercializados como alguns que são voltados especificamente para o consumo doméstico, como o carvão com 30% das famílias, o ovo (85%), leite (20%), aves (80%), bovinos (25%), suínos e peixes (100%) e alguns produtos beneficiados, como o mel, molho, açúcar mascavo e produtos obtidos em pomares e hortas.

Interessante registrar dois fatores sobre a lavoura para o auto consumo. Em primeiro lugar, o fato dela não ser reconhecida como produção agrícola pelo agricultor, já que o que define a atividade do agricultor é a produção para o mercado. Conseqüentemente, as pequenas roças, que normalmente se encontram mais perto de casa, não são valorizadas pelo produtor por ser considerada “pouca coisa” e pelo fato de não serem transacionadas como mercadorias. Por esses motivos, o trabalho nelas investido também não é reconhecido como trabalho, mas sim como uma atividade que integra as demais atividades desempenhadas no cotidiano dentro da esfera doméstica, associada à família e realizada durante o “tempo-livre”. Assim, apesar de sua importância para a manutenção da família, essa atividade não é considerada prioritária.

Em segundo lugar, cabe destacar que algumas unidades familiares, associadas, sobretudo, à produção do melado e açúcar mascavo, estão cada vez mais se voltando para a produção exclusiva de cana, abrindo mão, muitas vezes, da produção de outras lavouras, destinadas ou não ao consumo da unidade. Isto se deve a diversos fatores, entre eles, a falta de força de trabalho disponível nas unidades (como verificado anteriormente) e a ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo orgânico. Neste sentido, os dados corroboram com Marsden na idéia de que as unidades familiares no pós-fordismo optam por uma diversificação de atividades em detrimento de uma diversificação da produção⁵⁵. E, conseqüentemente, afasta a aplicação do “princípio da alternatividade” (Garcia Jr., 1989) como um dos mecanismos das estratégias de reprodução social das famílias estudadas para enfrentar os momentos de maior ameaça. Com isso, podemos destacar duas conseqüências diretas para estas unidades familiares: 1. o aumento da compra de produtos adquiridos no mercado (caminhão) ou dos vizinhos que variam de tempos em tempos conforme o período e que, geralmente, é pago na forma de troca de produtos e 2. uma dependência em relação à venda de um produto chave no mercado que, em algumas circunstâncias, poderia significar uma grande instabilidade nas estratégias de reprodução (como salientado por Ellis, capítulo 3), mas que, no caso específico, é revertida pela segurança fornecida pelo beneficiamento do produto que o torna menos perecível e pela existência da Associação, que de certa forma lhe garante um mercado.

Assim, verificamos que à diversificação de combinações de atividades não significa automaticamente a diversificação na produção, devida, em parte, pela necessidade de atender a demanda de matéria prima pelas agroindústrias e, em parte, pela estrutura familiar e pela

⁵⁵ Importante salientar que pelos dados do questionário grande parte dos agricultores, aproximadamente 70% contra 30 %, gostaria de modificar os tipos de produtos que cultivam no sentido de diversificar mais.

estrutura tecnológica. Contudo, para os membros das famílias, a diversificação de atividades, através da importância dada à transformação agroindustrial ou à prestação de serviços, não acarreta na perda da identidade do agricultor com o reconhecimento de uma eventual nova categoria profissional, mas pelo contrário a afirma. Durante a permanência no campo, foi claramente percebido que essas outras atividades são inseridas naturalmente na profissão do agricultor, possibilitando um aumento da auto valorização, pela construção de estratégias de reprodução junto a produção agrícola, além de possibilitar a manutenção dos membros familiares pela criação de novas ocupações no meio rural e dentro da propriedade.

De qualquer forma, em outras unidades familiares, sobretudo, as que estão vinculadas à produção de conservas ou as que atendem à merenda escolar, a produção agrícola é bem diversificada, o que exige uma relativização das análises anteriormente feitas principalmente sobre as unidades vinculadas ao beneficiamento de cana. E ainda cabe ressaltar que essas unidades, além de encontrar uma maior diversificação da produção (mais variedade) atrelada a uma maior flexibilização no sentido de poderem ser consumidas, vendidas *in natura* ou beneficiadas, ainda encontram uma maior capacidade de articular sua atividade agroindustrial a outras unidades familiares, no sentido de adquirir produtos externamente.

A diversificação de atividades pode ser verificada também pela tabela 5.15 na qual se colocam em evidência a multiplicidade de situações encontradas, a partir da classificação em categorias de atividades e no leque de opções de produção agrícola e a criação de animais. Assim, se considerarmos a agricultura a partir de sua relação com as outras esferas sociais, percebendo a importância das funções não diretamente produtiva, verificamos que no território estudado, especificamente no que se refere à valorização do espaço rural, cabe realçar: a diversificação das possibilidades de comercialização, como a venda direta e a venda via Associação; a apresentação do produto articulada à idéia de uma produção saudável e ética, como os produtos beneficiados e os produtos orgânicos certificados; os serviços, como o agroturismo, o pesque-pague, guias para realização de caminhadas, etc.

Neste sentido, podemos retomar o debate atual acerca da noção de uma agricultura multifuncional (capítulo 3), no sentido de valorizar outras funções da agricultura além da produção primária, com destaque para as formas de inserção das unidades domésticas no território com ênfase nas práticas não imediatamente produtivas. Schmidt (2003,45) destaca dois componentes da multifuncionalidade na agricultura praticada pelos agricultores vinculados à

Agreco: o econômica e social – expresso na agregação de valor e na geração de empregos pela agricultura orgânica (mais intensiva de mão de obra) – e o ambiental e territorial – promovido pela construção de redes e arranjos produtivos na consolidação do território e pelo impacto positivo sobre o conjunto dos componentes do meio ambiente(Schmidt,2003:45) .

Com isto, desdobramos a menção da agricultura em duas dimensões⁵⁶, a agricultura em suas dimensões produtivas (tabela 5.15 A) e agricultura em suas dimensões além da produção (tabela 5.15 B). A primeira, abarcando as atividades e ocupações tipicamente agrícolas, como a produção vegetal, a criação de animais, a produção dos derivados e a atividades extrativa, direcionados à mercantilização ou ao autoconsumo. A segunda dimensão, que abarca outras atividades além da produção, recentemente valorizadas e inseridas no espaço rural, expressa o novo significado da ruralidade vinculado, sobretudo, à preservação dos recursos naturais, à conservação das paisagens, à qualidade dos alimentos e à dinamização e reprodução da agricultura familiar, através da criação de ocupações e da dinamização do território.

A tabela 5.15, de modo geral, mostra que, no âmbito da ocupação agrícola (vegetal, animal, derivados e extrativismo), os produtos são destinados ao consumo familiar ou animal ou vendidos na forma *in natura* ou beneficiada. No âmbito das atividades em geral, temos a transformação e a agregação de valor do produto *in natura*, a venda direta ao consumidor, aos intermediários ou à associação/cooperativa e a oferta de serviços ligados ao agroturismo.

Podemos, assim, constatar que as famílias apresentam uma variada possibilidade de combinação entre as ocupações. Além da produção agrícola e da criação de animais, que todos os estabelecimentos praticam, apesar da heterogeneidade dos produtos e da finalidade, outras duas ocupações são bastante frequentes: a transformação agroindustrial, associada à venda pela associação, e a produção agrícola *in natura* associada à venda direta ou à associação.

⁵⁶ Dimensões propostas por Maluf (2003) visando entender a reprodução socioeconômica das famílias rurais no contexto de uma agricultura multifuncional.

Tabela 5.15A

Portfólio das atividades familiares: atividade agrícola				
Produção Vegetal - Produto Principal				
Aipim 22,22%	venda (60%)	in natura (100%)		agroindústria(100%)
	consumo (27,5%)			
	alimentação animal(12,5%)			
Alface 22,22%	venda (55%)	in natura (100%)		agroindústria (50%)
	consumo próprio (34,5%)			
	alimentação animal(10,5%)			
Beterraba 11,11%	venda (70%)	in natura (100%)		agroindústria (100%)
	consumo próprio (20%)			
	alimentação animal(10%)			
Cana 22,22%	venda (95%)	transformação(100%)		agroindústria(100%)
	alimentação animal(5%)			
Cenoura 11,11%	venda (70%)	in natura (80%)		agroindústria(100%)
		transformação (20%)		Agreco (100%)
	consumo (15%)			
Frutas 11,11%	venda (90%)	in natura (100%)		Agreco (100%)
	consumo (10%)			
Produção Vegetal para o consumo familiar				
Produzem 54,5%	Pomar (100%)		Laranja, Ameixa,Uva,Banana,Pêssego	
	Horta (100%)		Alface, Beterraba,Tomate,Repolho,Couve,Temperos	
Não produzem 45,5%				
Criação Animal				
Peixe 10%	consumo (100%)			
Suínos 20%	consumo (100%)			
Bovinos 80%	consumo e venda (75%)	venda (64%)	in natura (100%)	
		Agreco (16,7%)		
		intermediário(83,3%)		
consumo somente (25%)				
Aves 90%	consumo e venda (20%)	venda (80%)	in natura 90%	
			agroindústria (50%)	
		transformação(10%)		direto (50%)
	agroindústria(100%)			
consumo somente 80%				
Derivados da Criação Animal				
Leite 100%	consumo e venda 80%	venda in natura (74%)		agroindústria (50%)
		intermediário (35%)		
		venda direta (15%)		
	venda com transformação (18%)		intermediário (100%)	
consumo (8%)				
consumo somente (20%)				
Ovos 7%	consumo e venda (15%)	venda (90%)		agroindústria (100%)
		consumo (10%)		
	consumo somente (85%)			
Extrativismo				
Carvão 55%	venda somente(70%)	venda com transformação (100%)		agroindústria (25%)
		intermediário (50%)		
	transportadores(25%)			
consumo somente(30%)				

Portifólio das atividades familiares: atividades em geral

Processamento Regular de matéria prima			
Beneficiam 90%	venda (70%)	transformação 100%	agroindústria (25%)
			intermediário (50%)
	consumo (30%)		transportadores (25%)
Não beneficiam 10%			
Atividade de Beneficiamento - produto principal - dentre os 90% que beneficiam			
1 pessoa	Doce de fruta, molhos e geléias	venda (90%)	Agreco (100%)
		consumo (10%)	
2 pessoas	Açúcar mascavo e melado	venda (100%)	Agreco (100%)
4 pessoas	Conservas	venda (100%)	Agreco (100%)
2 pessoas	Merenda escolar – sopão	venda (90%)	Agreco (100%)
		consumo (10%)	
1 pessoa	Mel	venda (99%)	Agreco (100%)
		consumo (1%)	
Atividades de serviços			
Agroturismo 1	Associação Acolhida na Colônia	Passeio ecológico Visita a casa do mel Venda direta do mel	

De outro modo, podemos considerar que as unidades familiares a partir da diversificação de ocupações, encontram diferentes estratégias socioeconômicas de reprodução⁵⁷, que são diferentemente articulados pelos sujeitos sociais e unidades dando origem a diversificados arranjos e *estratégias de modos de vida*. Entretanto, apesar desta diversificação as estratégias de reprodução elaboradas pelas unidades familiares estão indiscutivelmente embasadas na rede familiar, presente na obtenção de terra, na força de trabalho empregada, nas expectativas e projetos futuros. Esta conclusão se reforça pela descrição dos modos de produção, apresentado no apêndice I.

Outro ponto conclusivo se refere à afirmação da importância da agricultura na construção das estratégias de reprodução social das famílias, na qual a produção agrícola permite uma flexibilização, no sentido de que pode ser consumida, vendida no espaço local ou associativo, na forma *in natura* ou beneficiada. Desta forma, a agricultura responde pela geração de ocupações, pela segurança alimentar dos membros familiares e pela dinâmica do território, ainda que tenha

⁵⁷ Por exemplo, as famílias, ao mesmo tempo em que beneficiam 100% do seu produto através da agroindústria, vendem parte da produção para a Agreco (cooperativa) e consomem a outra parte. Outra família ao mesmo tempo em que vende toda sua produção de frango para um intermediário, entrega toda sua produção vegetal para a Associação, tendo como renda mais importante a aposentadoria dos pais. Outra vende a produção *in natura* direto ao consumidor, ao intermediário, à agroindústria e o restante destina ao consumo da família e aos hóspedes da pousada.

diminuído a importância da atividade agrícola própria na composição da renda monetária direta das famílias pela queda nos preços reais.

Contudo, podemos considerar que a coesão social, a manutenção do tecido econômico e social e a preservação ambiental, ou melhor, a reprodução familiar e econômica das unidades e a dinamização do território e preservação ambiental são funções da agricultura promovidas pelas unidades familiares, entendidas enquanto unidades domésticas e de produção, vinculadas à Agreco. Estes predicados desta agricultura familiar são explicitados, sobretudo, no fato da agricultura orgânica constituir a principal atividade, como visto no capítulo 2, e no fato da agricultura se colocar como ponto de partida das ocupações e das estratégias de fontes de renda das unidades familiares consideradas.

Conclusão

A análise da realidade empírica nos permite afirmar estar sendo implantado no território estudado um projeto de desenvolvimento rural, que busca garantir a reprodução econômica e, ao mesmo tempo a unidade familiar, no sentido dos significados nas suas relações culturais e ambientais. Todas as noções trazidas com os novos entendimentos sobre desenvolvimento convergem no projeto colocado em prática pela Agreco. Assim, busca-se consolidar um desenvolvimento que abarque o social, o econômico, político e ambiental.

Na realidade local, a Agreco consolida estratégias de desenvolvimento apoiadas no tripé: agroecologia, agroindústria e agroturismo. Cada qual se refere, de modo mais direto, a um determinado aspecto do desenvolvimento. Assim, como os projetos, programas e parcerias buscam assegurar diferentemente os meios relacionados às estratégias.

Por um lado, no conjunto, as estratégias consolidam uma agricultura que vai em direção da multifuncionalidade, afinal tem permitido a : 1) preservação dos recursos naturais, como qualidade dos solos e das águas, 2) a preservação da paisagem, no sentido de natureza (manutenção das áreas verdes) e no sentido de rural (revalorização das tradições, de antigos objetos, preocupação com o embelezamento da propriedade e da agroindústria); 3) a reprodução sócio-econômica das famílias, assegurada pela ampliação e criação de empregos através da diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas e pela dinamização local nos setores, comercial, industrial, serviços, possibilitando a manutenção do tecido social local, como a permanência dos mais jovens e a reprodução das unidades domésticas e produtivas; 4) a segurança alimentar, garantida à sociedade e às famílias através da produção agrícola de alimentos em qualidade e quantidade.

Por outro lado, as estratégias locais têm possibilitado a pluriatividade das famílias rurais através da dinamização do mercado de trabalho, impulsionado, sobretudo, pela agroindústria e o agroturismo (dois setores em que os jovens e as mulheres se destacam), além da manutenção das ocupações relacionadas à produção agrícola propriamente dita e das ocupações proporcionadas pelo vínculo às associações (como cargos administrativos, serviços de entrega, etc). Assim, as unidades familiares vinculadas à Agreco, de maneira geral, têm diversificado suas ocupações e

rendas através da ampliação das funções da propriedade e das atividades dentro da unidade produtiva.

A estratégia consolidada na pluriatividade aparece imbricada, no território estudado, ao desenvolvimento da multifuncionalidade da agricultura. Esta relação é afirmada de modo geral pelos estudos rurais realizado sobre a realidade brasileira, como por Maluf (2003) quando retoma o argumento de que a atividade agrícola tem perdido centralidade na reprodução econômica de um grande contingente de famílias rurais, embora permaneça central no sentido de garantir alimento e habitação.

“(...) a estratégia de obtenção de renda monetária pelas famílias rurais caracteriza-se pelo recurso sistemático as atividades não-agrícolas tipicamente urbanas, mas também inclui o trabalho temporário em atividades agrícolas realizadas em estabelecimentos de terceiros. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade”(Maluf, 2003:138).

Para Carneiro (2001), ao questionar as fronteiras entre os setores de atividades e emprego, o debate da multifuncionalidade aciona o tema da pluriatividade. Na concepção da autora, a pluriatividade toma sentido como consequência da política de modernização agrícola que cria o agricultor profissional e, no mesmo sentido, a noção de multifuncionalidade tenta resgatar a importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios. Ambos os processos resgatam características da agricultura camponesa (como modo de vida), desvalorizadas até então pelas políticas clássicas de modernização da agricultura.

Outros estudos, como o realizado por Moruzzi (2002), destacam a diferença entre os dois termos, no sentido de que as reflexões sobre a pluriatividade insistem sobre as estratégias de reprodução dos agricultores no contexto da modernização da agricultura. Trata-se de estratégias que se desenvolvem a fim de ajustar as unidades familiares de produção agrícola às circunstâncias socioeconômicas que lhes são desfavoráveis. E, neste sentido, a pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, favorecendo, em certa medida, a continuação de uma lógica que gera a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social. No modelo multifuncional, as atividades dos agricultores se reconciliam com as funções de preservação ambiental e de harmonia social da agricultura.

Contudo, é certo afirmar que no território estudado a pluriatividade tem favorecido a construção de uma agricultura multifuncional, ou vice versa. O fato é que, a existência de um projeto de desenvolvimento assentado sobre a multifuncionalidade e a diversificação de fontes de renda e ocupações tem se articulado a estratégias de reprodução familiar ligadas ao exercício da pluriatividade, com a especificidade de ser *para-agrícola*.

A pluriatividade, aquela acionada pelas unidades familiares analisadas com vistas à sua reprodução econômica, está atrelada à criação de ocupações dentro da unidade de produção, vinculada diretamente à atividade agrícola, podendo ser entendida como o prolongamento do ato de produção. E, neste sentido, a atividade agrícola é responsável tanto pela reprodução econômica das unidades como pela reprodução familiar. Assim, pode-se enquadrar tais agricultores familiares na condição de uma agricultura familiar “*bem sucedida*”, no sentido das “*famílias auferirem uma renda monetária da atividade agrícola significativa a ponto de colocarem esta atividade no centro da estratégia de reprodução econômica da unidade familiar rural*” (Maluf,2003;138).

Ou seja, a pluriatividade conjugada a multifuncionalidade tem permitido que as unidades familiares se reproduzam enquanto agricultores familiares, através da afirmação da identidade do agricultor como produtor de alimentos mas também como produtores de bens imateriais (como meio-ambiente, território, qualidade alimentar). A agricultura desempenha aqui um papel de destaque no espaço rural. Não se trata de uma agricultura convencional, favorecendo a afirmação dos vínculos familiares na tomada de decisões da unidade de produção. Portanto, estas lógicas se afastam das conclusões apresentadas por Seyferth em relação aos agricultores do oeste catarinense na região do Vale do Itajaí, vistas anteriormente, em que a unidade familiar garante a reprodução do grupo através da pluriatividade exercida dentro do Pólo têxtil na forma de *colonos- operários*.

Em todo caso, a dinamização local ou a existência de um projeto de desenvolvimento que estimule e mantenha a economia local, criando a possibilidade da unidade familiar desenvolver a pluriatividade como estratégia, é fundamental para que o grupo consiga se reproduzir tendo em conta a atividade agrícola, ainda que restrita ao consumo da família. Pois do contrário, a unidade familiar poderia vir a migrar para os grandes centros, vender o lote de terra ou se empregar numa cidade próxima não mantendo nenhum vínculo com a agricultura ou com a produção agrícola. É neste sentido, que a pluriatividade se consolida como uma estratégia

importante, afirmada no momento em que diversos estudos rurais vêm apontando o crescimento das ocupações não agrícolas entre as famílias rurais.

Entretanto, é o processo de construção de uma agricultura que vai além da produção que permite que as unidades familiares elaborem estratégias voltadas em criar ocupações dentro da unidade de produção, apesar das restrições em termos de quantidade de terra e de modernização técnico-produtiva dos sistemas agrícolas. O novo sentido atribuído à agricultura e ao desenvolvimento possibilita que os agricultores consigam se reproduzir dentro da unidade familiar através da diversificação de atividades vinculadas à agricultura. E é por esta via que as unidades familiares, vinculadas à Agreco, tem conseguido elaborar estratégias de reprodução que não coloquem em risco a unidade familiar de produção.

A produção orgânica de alimentos, o selo de garantia da qualidade do produto ou a troca horizontal de conhecimento com *os de fora*, vinculada ao discurso do agroturismo, têm, num certo sentido, possibilitado a geração de atividades e ocupações que geram uma revalorização da identidade do agricultor, afirmada na produção de alimentos (saudáveis), mas também enquanto modo de vida, no sentido de retomar sua campesinidade, sua relação com a terra e a importância do patrimônio familiar. Essa identidade também parece ser afirmada através de uma relação de oposição sobre a cidade, insistindo-se sobre a idéia de uma vida saudável, segura, em contraposição aos perigos e a violência das cidades. Assim, a agricultura aparece às unidades familiares vinculada à paisagem rural, daí não notarmos, nas famílias, uma oposição entre espaço de produção e espaço de proteção.

Com tudo isto, apresentamos que as estratégias de modo de vida são elaboradas através da diversificação da renda, do *portifólio de atividades* e ocupações e, em menor proporção, da produção agrícola propriamente dita. Essas estratégias elaboradas pelas famílias rurais pertencentes à Agreco, de maneira geral, resultam da conjugação de um conjunto de fatores que, para fins de análise, podem ser divididos nos diferentes âmbitos da vida social. Num âmbito mais econômico, mencionamos a atividade agrícola e as atividades não agrícolas dentro da unidade familiar de produção, sobretudo, o beneficiamento em pequenas agroindústrias, a comercialização direta e via associação e a produção para o autoconsumo. No âmbito social e coletivo, pode-se realçar a criação de novos espaços de produção e de convivência, traduzido no pertencimento aos espaços da agroindústria, do agroturismo e da Agreco. Espaços que promovem a valorização do agricultor ao permitir a reprodução da unidade familiar através da produção de

alimentos e por afirmar a identidade social do agricultor familiar enquanto categoria social/política, econômica/produtiva. No âmbito familiar, temos a criação ou manutenção de redes de parentesco, sustentada na organização produtiva como na força de trabalho empregada, na troca de dia entre parentes, na divisão sexual e hierárquica de trabalho, na obtenção de terra e na manutenção dos membros familiares através da ampliação das ocupações e diversificação das atividades e funções da agricultura. No âmbito mais político, a conquista de um espaço como agente (não típico) do desenvolvimento, sobre o qual recaem expectativas socioeconômicas e políticas públicas específicas.

Associamo-nos, assim, as conclusões de Ademir Cazella e Bernard Roux (1999) que, examinando, é verdade, o caso francês, consideram a pluriatividade das famílias dos agricultores uma realidade, estimando também que a capacidade das atividades agrícolas de se articular com outras ocupações dos membros da família tende a colocar a agricultura no primeiro plano das estratégias de desenvolvimento rural.

Enfim, notamos que as famílias buscam reproduzir e realizar valores e elementos subjacentes à sua cultura e tradição, não se definindo exclusivamente por uma racionalidade econômica. A propriedade se mantém representando o lugar no qual se trabalha, mas também o lugar em que se vive e, neste sentido, as razões simbólicas e práticas não se reproduzem enquanto dimensões separadas, mas imbricadas na concretização do ato e do espaço produtivo. Com efeito, a identidade do agricultor não é reproduzida apenas por uma produção voltada a manutenção do grupo, nem simplesmente pela produção de alimentos, mas pela manutenção e preservação da paisagem e do modo de vida rural.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo.Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre : UFRGS, 2003 (coleção estudos rurais).
- ALMEIDA.M e NAVARRO,Z.**Reconstruindo a agricultura – Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, Editora da universidade, 1997.
- ALMEIDA, M – **A construção social de uma nova agricultura**, Porto Alegre Ed da Universidade, 1998
- ALMEIDA , J e GERHARDT, C. **Invenção de uma Problemática Ambiental**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), Passo Fundo, RS. 2002.
- ALTIERI, Miguel – **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** – Porto Alegre:Ed.Universidade/UFRGS, 1998
- ANJOS. S.F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas, Ed.EGUFPEL, 2003.
- ANJOS. S.F. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas**. Estudos, Sociedade e Ruralidade, N 17, Outubro,2001.
- ANJOS,S.F. **A agricultura familiar em transformação: os colonos operários de massaranduba (SC)**.Pelotas:EdUFPEL, 1995.
- BARQUEIRO,A.V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BONANO, A. **A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós fordismo no setor agroalimentar**.In:CAVALGANTI,J.S.B.Globalização, trabalho e meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação . Recife, Ed da UFPE, 1999.
- CABRAL, LUIZ OTAVIO. **Espaço e ruralidade no contexto de desenvolvimento voltado a agricultura familiar** - UFSC, 2004, Tese de doutorado.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio bonito**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964
- CARDIM, S.E.e GUANZIROLI, C.E. **Novo retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Brasília Fao-Incra. , Fev 2000

CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998

CARNEIRO, MARIA JOSÉ. **Para Além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**. Carneiro, Maria José e Maluf, Renato (orgs), Rio de Janeiro, Cpda, Nead, Mauad., 2003.

CARNEIRO, Maria José. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**, 2001, Mimeo.

CARNEIRO, Maria José. **A dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro**- fase III do Projeto Rurbano – texto 7: *Do rural e do urbano: uma nova terminologia para um velha dicotomia ou reemergência da ruralidade*, versão preliminar. Nea – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2001^a

CARNEIRO, M.J. **Ruralidade: identidades sociais em construção**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n 11, 1998.

CHAYANOV, A.V. **La organizacion de la unidade campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

ELLIS, F e BIGGS. S. **Evolving Themes in Rural Development 1950s-2000s**; Overseas Development Institute, 2001.

ELLIS, F. **Household Strategies and Rural Livelihood Diversification**, in *The journal of development Studies*, v 35, Octo 1998

ELLIS, F. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford University Press, 2000

GARCIA, J.A.G. **Sul, o Caminho do Roçado**. São Paulo- Brasília , Ed Marco Zero, 1989

GLIESSMANN, Stephen. R . **Agroecologia- Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2001

GRAZIANO, J. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**, NEAD/CNDRS, 2001. *Textos para Discussão*, n 2.

GRAZIANO, J. **Turismo rural sustentável**. Anais do Terceiro Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – Citurdes, Santa Cruz do Sul, Ed, Adunisc, 2002

HEREDIA, B.^a **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed Paz e Terra, 1979

HEUSER, D. M.D. **Repercussões do agroturismo na qualidade de vida de núcleos familiares receptores de Santa Rosa de Lima (SC)**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, Dissertação de Mestrado.

KAGEYAMA, A. (1998) **Pluriatividade e Ruralidade: Alguns aspectos metodológicos**. Sober. Disponível em : www.eco.unicamp.br/ne/rurbano, acesso em: 26/04/2005.

LAMARCHE, H (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme**. Campinas, Ed. Unicamp, 1993

LAMARCHE, H (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional – do mito a realidade**. Campinas, Ed. Unicamp, 1998

LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da universidade/UFRGS, 2001

MALUF, S.R. **O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa** in LIMA, D.M, e WILKINSON, J (org) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília; CNPq/Paralelo15, 2002

MARSDEN, T. . **New Rural Territories: Regulating the differentiated rural spaces** in *Journal of rural studies*, v 14 n 1, 1998

MARSDEN, T, et alii. . **Constructing the countryside** .Oxford, Westveuw Press, 1993.

MARSDEN, T, Lowe, P, Whatmore, S. **Rural - Reestruturing: global process and their responses**. London, David Fulton Publisher, 1990.

MAZOYER, Marcel . **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**, Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MORUZZI, P.E.M, Bleil, I.S. **A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses**. Estudos, Sociedade e Ruralidade, Out N 15, 2000.

MORUZZI, P.E.M, KUNRATH, S.M, SCHNEIDER, Sérgio (org). **Políticas Públicas e Participação no Brasil Rural**, Porto Alegre, Ed UFRGS, 2004.

MORUZZI, P.E.M. **Reflexões em torno das intervenções da linha infra-estrutura do Programa nacional da fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf)**. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural 6. Porto Alegre, Alasru, 2002, Anais.

MORUZZI, P.E.M. **Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do Pronaf**. Campina Grande *Revista Raízes*, n 22, v 2. - UFCG. 2005

NAVARRO, Zander – **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro** – *Estudos avançados*, 15; 2001

MULLER, Joviana Maria – **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições**, Florianópolis. Centro de Ciências Agrárias, Ufsc. 2001. Dissertação de Mestrado.

RAUD,C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis. Ed da Furb/UFSC,1999.

REMY, J. **O caminho sinuoso e semeado de espinhos: os agricultores franceses, da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável**, *Estudo Sociedade e Agricultura*, v 12 n 1, Rio de Janeiro, CPDA – UFRRJ, pp 5-50,2004.

SCHMIDT, W e Paulilo,M.I.S – **Agricultura e espaço rural em Sta Catarina**.Florianópolis, UFSC, 2003.

SCHMIDT, W – **Relatório Regional do projeto de pesquisa** – CNPq/CoAGr. Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Florianópolis, 2003/2004

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre.EdUFRGS, 2003

SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio grande do Sul**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1994. Dissertação de Mestrado)

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí – mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre, Ed Movimento, 1974

TAVARES DO SANTOS, J.V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo. Ed Hucitec, 1984

WANDERLEY,M.N.B **Para Além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar**, (Introdução) .in Carneiro, Maria José e Maluf, Renato (org) , Cpda, Rio de Janeiro Nead, Mauad, , 2003

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO,J.C. *Agricultura familiar; realidades e perspectives*. Passo Fundo, EdUPF,1999

WANDERLEY. M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. *Estudos, Sociedades e Agricultura*, n. 15 ,Out 2000.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 1998

Apêndice I

Pequena apresentação

O apêndice é constituído pela apresentação de 3 famílias, no intuito de tentar resgatar os modos de vida elaborados, buscando visualizar os diferentes modos de interação o território e com o espaço local. Assim, as fotos permitem colocar rostos e paisagem nas análises feitas até agora, numa tentativa de trazer um pouco do espaço e da identidade do agricultor familiar do território estudado. Neste sentido, os dados retirados de tabelas e de questionários padrões, tomam corpo através da imagem, que aos poucos vai se tornando um elemento da própria sociabilidade.

As fotos foram tiradas durante dois períodos (que somados dão um dia) de permanência junto a cada família, espaço para onde converge à unidade de produção e a unidade doméstica. Por isso a caracterização dos lugares ocupados pelos membros dentro da unidade familiar: pai, mãe, filhos, nora, cunhado, netos, etc.

Como já dito as famílias foram selecionadas quase que aleatoriamente, somente tendo como prerrogativa, estarem com suas unidades de produção funcionando indiferentes da estratégia adotada. As três famílias pertencem ao projeto de desenvolvimento da Agreco, ainda que de diferentes maneiras. E nenhuma das três famílias fizeram parte do questionário analisado anteriormente, ampliando assim, os dados e as análises anteriormente realizadas.

As fotos foram feitas por Adriana Busso e contou com a expressa anuência dos membros familiares.







A família

Pai, mãe, filho mais novo, filha mais velha. Residem na cidade de Sta Rosa de Lima, próximo ao centrinho. Os dois filhos estão na escola, mas ambos ajudam nas atividades de casa, da roça e da pousada. Segundo a mãe, a menina, ajuda principalmente na roça, pq o filho não gosta, e nos serviços domésticos relacionados à pousada mas principalmente cuida da casa da cidade fazendo almoço e janta. Segundo ela, tem vontade de fazer faculdade de veterinária pra ficar próximo a família, mantendo os negócios. Segundo a mãe, o filho, quando muito, ajuda conversando com os hóspedes, e acompanhando-os (guiando) nas pescas, nas caminhadas, enfim, guiando nos passeios e entretenimentos oferecidos. A mãe cuida da roça, e principalmente da manutenção da pousada, do apiário, da agroindústria, e ainda recentemente assumiu a coordenação da Acolhida na Colônia em Sta Rosa de Lima. O pai é professor de geografia na escola estadual e escreve no jornal local e segundo a mãe, assume muitas vezes as atividades da pousada como a manutenção do terreno e o "churrasquinho" nos finais de semana.

Muito próximo à casa da pousada, moram juntos a cunhada, um dos irmãos e o pai da mãe. O terreno da frente, que tem um açude de pesca, é do irmão mais velho da mãe, que mora em São Paulo, trabalhando de caseiro na praia do Guarujá. Segundo a mãe: *"ele morava lá (na propriedade) e plantava fumo mas não tava mais dando e só trabalhar na lavoura tu vive muito bem dd que não tenha que comprar nada, mas todo mundo quer comprar algumas coisas (carro, televisão, telefone)...então ele não tava adquirindo nada, a não ser que ele detonasse tudo e queimasse carvão mas seria só por um tempo...então ele foi pra SP trabalhar de caseiro na praia, no Guarujá. E agora ele colocou que está com vontade de voltar pra trabalhar no agroturismo, tem um projeto de fazer um pesque pague, e tb uma pousada, roda d'água."*

Ultimamente freqüentam pouco as missas de domingo e a novena, deixaram de ir por causa da pousada, segundo a mãe, eles se afastaram da comunidade e a comunidade se afastou deles, se sentem mais isolados.

A casa onde a família mora fica na cidade de Sta Rosa, e a pousada fica na comunidade onde a mãe nasceu e onde ainda moram os pais e o irmão. A roça fica na propriedade do irmão que está em São Paulo, próximo a propriedade do outro irmão e da nora, que cuidam das criações. Entre a propriedade da mãe, onde está a pousada, e a propriedade em que moram o pai, o irmão e a nora, tem um vizinho que planta fumo.

As atividades: a pousada, o apiário, a roça...

No apiário quem trabalha é a mãe, o irmão e a cunhada, os filhos e o marido somente nos períodos de férias. Inicialmente o marido revendia mel da localidade em latas para comerciantes locais, depois apareceu a oferta de comprar um apiário e resolveram colocar como sócio a família do irmão da mãe. Atualmente possuem juntos 135 caixas, meio a meio. A idéia do beneficiamento veio posteriormente, junto com a Agreco, como os investimentos eram altos resolveram arranjar outros sócios. São 5 sócios no total e, cada um arca com uma dívida de \$100 reais por mês. A escolha dos sócios, segundo a mãe, se deu pelo critério da vizinhança. Atualmente, a mãe, o irmão e a cunhada têm se responsabilizado pelo beneficiamento do mel dos outros sócios, em troca de parte do produto e, pelo pagamento em espécie calculada sobre as horas de serviço para o beneficiamento. Segundo a mãe, este método está sendo melhor, por que anteriormente, por elas serem as únicas mulheres, acabavam ficando sobrecarregadas com os serviços de limpeza.

Inicialmente a idéia do agroturismo estava vinculada a necessidade de atender os consumidores que vinham verificar se o alimento era de fato orgânico. Então eles construíram uma casa e depois a outra maior, mas "deixaram a primeira para manter a história..." .

Os serviços relacionados a pousada são distribuídos por todos os membros, mas principalmente pela mãe, pela filha e pela cunhada. Esta se responsabiliza principalmente, pela limpeza diária, e recebe em troca a compra de mês,

feita pela mãe. Segundo a mãe: *“Qualquer coisa que eu precisar, ela larga o que estiver fazendo e vem me ajudar, não é qualquer pessoa que faz isso...”. Eventualmente a família paga alguém, geralmente um primo, pra roçar o terreno da pousada, mas eles preferem fazer, porque “as pessoas de fora chegam e cortam tudo”.*

No começo segundo mãe e filha, a relação com o outro era a maior barreira, elas tinham muita vergonha de receber os hóspedes - “quantas vezes a gente escutava o ônibus e a gente pensava assim, é agora, a gente vai atender ou vai se esconder, agora é normal. A gente cresce, do que a gente tinha vergonha, senti orgulho, antes eu tinha vergonha de dizer até para os meus amigos aqui próximo que eu ia junto no apiário tirar mel, hoje é diferente.” E a mãe ainda acrescenta - “sempre teve vontade de estudar, fazer as coisas...mas era muito caro,... hoje eu já digo assim, já tenho mais de uma faculdade com o tanto que eu aprendi com as outras pessoas, aprendi muita, muita coisa”.

A comida oferecida para os hóspedes vem parte do roçado mantido pela mãe, e a filha, e das galinhas cuidadas pela cunhada, e em parte da Agreco, como compotas, conservas, queijo, salame lingüiça, molho de tomate, mel, geléia, e o resto do supermercado.

A renda -

A renda da família vem do mel, da pousada (e do salário pago a mãe pela Associação), da venda do peixe e do salário do marido. Em determinados períodos a mãe ainda tira um extra, da venda de cobertores de lã que ela costura, ou da produção de ovos de páscoa, ambos são vendidos diretamente ao consumidor e, no comércio local.







A Família –

pai, mãe, 1 filha e 3 filhos. Um filho, o mais velho (20 anos), não mora com a família, mora na cidade de Santa Rosa. Segundo a mãe saiu porque não tem jeito pra mexer na roça e porque queria ganhar mais dinheiro. Mas lamenta a perda de força de trabalho, justamente na hora que mais podia ajudar. Este filho trabalha e mora no posto de gasolina junto a uma outra família que, é considerada por ele que nem parente...A filha é a mais nova, tem 9 anos, e segundo ela, durante o dia vai a escola, brinca, assiste a tv e ajuda a mãe em casa e na agroindústria. O segundo filho mais novo, segundo a mãe (14 anos), ajuda na lavoura, estuda e lava a louça de vez em quando. O terceiro filho (16 anos) está acabando a escola, trabalha na lavoura, ajuda na agroindústria. E segundo a mãe, é trabalhador, prefere carregar lenha a ter que lavar louça. A mãe cuida da casa, lava roupa, cozinha o feijão, toma conta dos filhos, corta cana, e trabalha na agroindústria. O pai trabalha na lavoura, cuida da cana, ajuda na agroindústria. A pouco tempo atrás ainda tinha o sogro da mãe que morreu a menos de um ano, e segundo a mãe em breve terá a mãe dela, que já está bastante idosa e mora com a irmã já um certo tempo- "Ano que vem ela vem morar comigo, porque antes meu sogro morava com *nois*, e eu cuidei dele por 20 e tantos anos e agora eu disse que vou cuidar da minha mãe também".

Ao redor da casa, tem a antiga estufa de fumo, hoje o espaço é utilizado para a produção de pinga, uma pequena horta, um jardim de girassóis, criações, vaca, terneiro, porco...e ao fundo a agroindústria.

O pai e a mãe se casaram há 22 anos, ela se casou com 17 anos, "o meu sogro e o Valdemar moravam sozinhos e ai eles precisavam de uma mulher, porque moravam bem sozinhos..."

Freqüentam o terço todo final de semana. A missa só ocorre uma vez por mês. A igreja é cuidada pela associação da comunidade, constituída por 6 famílias eleita pelos sócios a cada 3 anos. A igreja é de Nossa Senhora de Fátima, e a padroeira foi doada a comunidade pelo avô da mãe, que se orgulha bastante do fato.

Estão na Agreco desde o começo e, já faz 10 anos que deixaram de plantar fumo, optaram pelo beneficiamento da cana em açúcar mascavo e melado. A agroindústria pertencia a mais uma família, que era vizinha, "mas o marido bebia, a mulher foi embora e ele foi atrás...ficaram somente eles".

A agroindústria fica ao lado da casa e em volta só tem cana ...

As atividades: cana, açúcar, melado, pinga –

O trabalho com a cana é considerado pesado pela mãe. Mas gratificante no sentido de que atualmente tudo que é produzido é vendido. Na época de colheita são 3 dias seguidos, faço sol ou chuva. A maior dificuldade está na falta de mão de obra e conseqüentemente, na manutenção do controle do mato e a garantia do tamanho da cana, principalmente por ser orgânico. A família tem ao todo 30 ha e só não planta mais cana por falta de força de trabalho. Pelo mesmo motivo não conseguem manter o roçado – "muita coisa pra fazer, porque com a cana tem que está o tempo inteiro ali, quando não é na roça e na agroindústria". Tem plantado a batata doce, o aipim, couve, o feijão e de criação um porco, algumas galinhas, e duas vacas leiteiras e gado para o caminhão de boi (junta de boi)- "Vez em quando compram um boi para " carnear". O restante do alimento (temperos, salada, fruta) é comprado do feirante que passa de caminhão todo final de semana. E geralmente é pago com cachaça. " Ficam elas por elas" .

O problema da carência de mão de obra é, em parte, resolvido pela troca de dia de serviços junto a dois primos que moram próximo, assim, em determinados períodos, os dois filhos ajudam na colheita e plantio de fumo e depois eles ajudam no corte de cana.

O trabalho na agroindústria é realizado pelo pai, a mãe e os dois filhos mais novos quando não estão na escola. A mãe prefere o trabalho com agroindústria ao da lavoura de fumo, "não pelo trabalho, porque ambos dão trabalho, mas por não ser no sol ou chuva".

Para ela o trabalho na agroindústria não a torna menos agricultora porque " continua na lavoura também, tem que fazer os dois, não tem como só ir para a agroindústria tem que fazer um pouco de tudo" .

A Renda –

Todo o dinheiro é ministrado pelo pai e a mãe. Atualmente grande parte dele é guardado para o pagamento do financiamento da agroindústria. Eles conseguiram um credito do pronaf que cobriu quase todas as despesas, mas ainda tiveram que pegar dinheiro com comerciantes e agricultores locais. A dívida junto ao Banco do Brasil, foi recentemente renegociada e, conseguiram mais dois anos de carência, já que nos dois primeiros anos a geada matou toda a produção. O que de certa forma tem dado a família uma certa tranqüilidade e estabilidade

A produção de pinga também tem assegurado uma certa renda para família, tanto na forma de pagamento dos produtos adquiridos do feirante, como na forma de renda monetária, quando o produto é vendido junto a comerciantes locais. Para a família a produção de pinga, também é considerada o reaproveitamento total da lavoura, por usar o melado que não está bom para fazer açúcar. Beneficiam ainda a cana de mais dois vizinhos que levam a lenha necessária para o processo e que ficam com parte da produção.

A família vende também "areão" para o Der que é utilizada na construção das estradas. Neste caso, a venda é negociada junto a prefeitura de Santa Rosa de Lima que serve assim de intermediária.

O filho mais velho que trabalha no posto de gasolina, ajuda com dinheiro quando a família precisa, mas geralmente o dinheiro é " para ele comprar as coisas dele, afinal mora na cidade e precisa de mais coisas". O segundo filho mais velho trabalha grande parte do tempo na lavoura, as vezes consegue algum dinheiro " ajudando" os primos, principalmente na venda de carvão na cidade. Mas sempre que precisa de dinheiro pede pra mãe (pra depois ela se acertar com o pai) que lhe entrega. Parte do último dinheiro ganho pela venda do areão foi usado para comprar um aparelho de som que ele estava querendo e, o próximo os pais planejam dar entrada na moto que o filho quer - "a gente tem medo que o ele desanime e resolva trabalhar fora".







A Família

Pai, mãe, duas filhas, um filho, neta, genro. O filho homem é o mais novo. Os filhos, a neta e o genro moram juntos numa casa no centro da cidade de Sta Rosa de Lima. Os pais moram sozinhos na propriedade. A filha mais velha é casada e mãe de uma filha, eles são donos de três comércios na cidade, um mercado cuidado por ela e pelo marido, uma agropecuária administrada pelo irmão mais novo; uma loja "vende tudo" cuidada pela irmã do meio, localizada embaixo da casa onde moram. O marido é responsável pela venda e compra externa de produtos de diversos gêneros (a venda está voltado basicamente a dois tipos de produtos: mercadorias relacionadas à atividade produtiva e produtos alimentícios in natura e, a compra é diversificada e se volta a abastecer o mercado) com o uso de um caminhão que circula toda a região, passando pelas diversas propriedades.

O filho mais novo cuida da agropecuária, uma das únicas do município, cursa faculdade de veterinária na universidade no período noturno, e transporta e vende ao Ceasa –Florianópolis, produtos in natura adquiridos de diferentes agricultores da região.

A filha do meio cuida da loja, a única do município, e viaja freqüentemente a São Paulo e Brusque para comprar as mercadorias e produtos vendidos. O estabelecimento vende de tudo que se pode imaginar: coisas para a casa, material escolar, material diverso, roupas, sapatos, etc. Além da loja faz cursos de artesanato relacionados à pintura, em tela, madeira, etc. E tem projetos de fazer um curso de administração.

Os pais moram na propriedade rural. A mãe é responsável pelos serviços da casa, pela retirada de leite pelas manhãs, pelo cuidado com as hortas e, pelos serviços prestados junto aos hóspedes. O pai junta as vacas pela manhã, trata das criações: gado, porco, galinhas, peixe e, cuida da roça. Algumas vezes por semana a filha da vizinha vai dar "uma ajuda" para a mãe, nos serviços domésticos e nos serviços junto aos hóspedes.

Os filhos, a neta e o genro diariamente vão à casa dos pais, pra uma simples visita e conversa, e pra dar uma mãozinha nos serviços relacionados à pousada. No mesmo sentido, a mãe e o pai, freqüentam a propriedade dos seus respectivos pais e famílias, que ainda moram em comunidades próximas. Também, segundo a mãe, costumam freqüentar as festas e comemorações relacionadas a igreja, o que as vezes tem sido prejudicado pelos serviços junto aos hóspedes, concentrado principalmente nos finais de semana.

A casa em que moram os pais fica na mesma propriedade da antiga casa, hoje pousada e, da casa construída pela filha mais nova, que também destinasse a hospedagem. Ao redor da antiga casa está a horta de tempero, próximo à estufa de fumo e a estufa de hortaliças, ambas abandonadas. Ainda próximo da antiga casa, um grande barracão hoje serve para abrigar as crianças da colônia de férias. Um pouco mais adiante se encontram o açude destinado à pesca, e a criação de porcos. Entre a antiga casa e a nova tem uma horta de verduras e hortaliças. E mais adiante, estão as roças e o gado.

As ocupações: Agroturismo, produção agrícola, leite...

Deixaram de plantar fumo a pelo menos 8 anos, estão tentando fazer outras coisas. Apesar de ser um trabalho pesado e sujo, os filhos foram criados com o dinheiro tirado da venda do fumo, embora afirmam que não gostavam do trabalho, mas *"na época é o que tinha pra se fazer"*.

Participaram da Agreco e da Acolhida desde o início, a idéia do agroturismo é vista com entusiasmo pela mãe, pelo pai e pelos filhos. Possuem duas casas voltadas para o agroturismo. Uma que segue os preços da Acolhida da colônia, casa mais rústica, antiga moradia da família. E outra que não segue os preços estabelecidos pela associação, casa nova, com arquitetura moderna, construída pela filha mais nova ao lado da casa dos pais com o intuito de futuramente, quando casar, ir morar. A renda fica parte com ela parte com a mãe. A filha mais velha ajudou na construção do refeitório, que fica próximo a casa dos pais, anteriormente as refeições eram servidas na casa mais antiga, porém o serviço era dificultado pela distancia que fica da cozinha, onde são preparadas as refeições.

Atendem a colônia de férias, que segundo eles não está compensando muito porque pagam menos, por um acordo feito com a Acolhida, e dão muito mais trabalho por serem grupos grandes e de crianças.

A comida oferecida para os hóspedes vem da roça, das criações, da horta e do apiário. Também fazem os bolos e pães. *“O alimento a gente tira bastante da terra, porque se você chega no lugar e precisa buscar tudo, então esse não é agricultor não”*. Eventualmente pegam coisas no supermercado da filha, da mesma forma enviam toda semana para a casa dos filhos uma cesta com alimentos da horta, *por serem mais fresquinhos...*

Grande parte da divulgação da pousada é feita boca a boca. Segundo o pai *“Dependem muito pouco da Acolhida da colônia, retiraram dela algumas idéias e noções sobre o como receber os hóspedes e a valorização do agricultor. Outras receitas é deles mesmos porque senão não funciona. As idéias que vem de outro lugar às vezes não funcionam ali, precisam de adaptação. Tiveram que estabelecer uma infra- estrutura, arrumar a propriedade para receber os hóspedes. A manutenção nunca acaba”*.

O agroturismo significa um aumento de renda, de compensação pelo trabalho empregado, mas também a oportunidade de conhecer pessoas, trocar conhecimento. Por outro lado, segundo a mãe, *tem que trabalhar bastante, feriado, domingo, fica amarrado, não tem horário certo, tal dia tal hora.*

“Quando o visitante tem a intenção de freqüentar as festas, a comunidade, é mais interessante, porque eles também podem ir”.

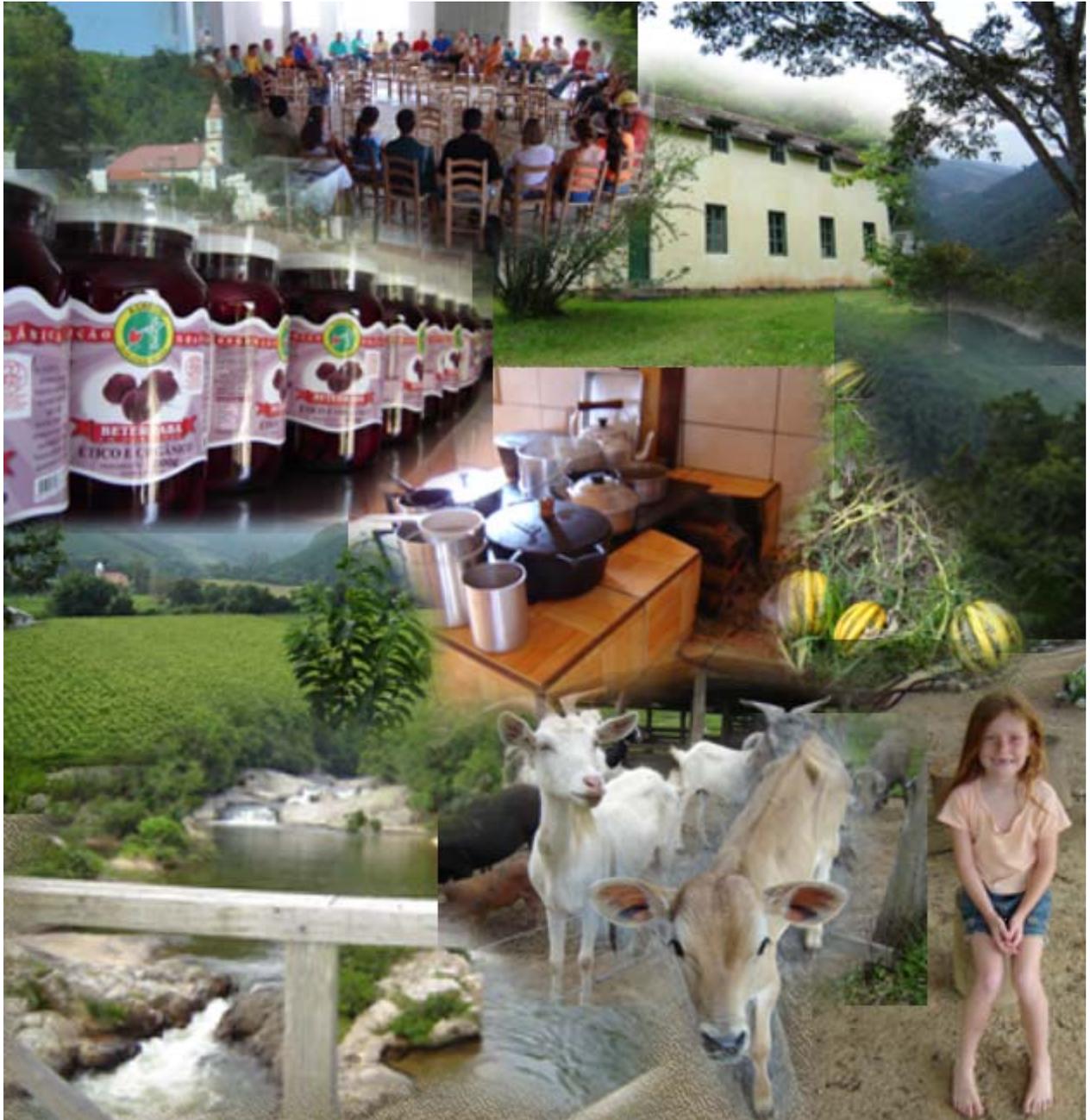
Já tiveram e ainda pagam a agroindústria de legumes, e folhas...não deu certo por causa da dificuldade de convivência e, principalmente, pela dificuldade de venda e transporte, vindo principalmente pela ineficiência da Agreco.

Segundo a mãe, *gostava bastante de trabalhar na agroindústria, principalmente pela convivência com as outras mulheres mas, infelizmente não estava compensando, ao final, pagavam para trabalhar, porque tinha que pagar alguém para fazer as coisas em casa e não recebiam nada pelo trabalho na agroindústria.*

A Renda

O pai e mãe têm como principal renda à venda do leite para as agroindústrias locais e os serviços de turismo. A mãe é quem cuida de receber o pagamento feito pelos hóspedes, o pai se retira dizendo que é coisa dela e que ele não sabe os valores. De resto, vivem da produção agrícola e da criação de pequenos animais, voltada, principalmente, ao consumo próprio e dos hóspedes. E, eventualmente vendem o excedente agrícola no Ceasa. De resto não possuem gastos em relação aos filhos, já que cada um tem uma ocupação não- agrícola realizada na cidade de Santa Rosa de Lima. Ao contrário, são os filhos que investem na propriedade dos pais, como a construção da casa e do refeitório.

Para a mãe o fato de ter outras fontes de renda não os torna menos agricultores, *“ pq tem que fazer os dois sempre, pq tem bastante trabalho”*. *Para ficar na terra natal, e não ter que fugir pra cidade, tem que fazer outras coisas...”*.



Apêndice II

Pronaf Objetivos e Definições
<p>Objetivo geral – “As ações buscam satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam a agricultura familiar, em especial a agricultura familiar, maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para o mercado, especialmente de alimentos que compõem a cesta básica; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais; e a construção de mecanismo que permitam a agregação de valor”.(Manual do plano safra 2003/2004).</p>
<p>Objetivos específicos – ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumo e produtos. Ainda prevê a necessidade da capacidade de articulação dos diversos autores envolvidos e comprometidos com a agricultura familiar, tais como: movimentos sociais, ministérios, governos estaduais e municipais, agentes financeiros, Ong’s e outros.</p>
<p>Definição e Caracterização dos agricultores familiares –São considerados agricultores familiares os produtores rurais que atendam aos seguintes requisitos : sejam proprietários, posseiros, parceiros ou arrendatário ou concessionários da Reforma Agrária; utilizar mão de obra familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residam na propriedade ou local próximo, detenham sob qualquer forma no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo seis módulos, quando se tratar de pecuarista familiar; no mínimo oitenta por cento da renda bruta deve ser proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento. (Manual Operacional do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004).</p>

Pronaf Linhas de Atuação
<p>Linhas de atuação - (1) Financiamento da produção, através de recursos para o custeio e investimento*. 2) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais através de recursos para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos municipais.3) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através da promoção de cursos de capacitação e treinamento dos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas, através da transferência de recursos financeiros às entidades públicas e privadas. 4) Financiamento da pesquisa e extensão rural.</p> <p>*Segmentação dos beneficiários do Financiamento da Produção – Grupo A) Agricultores assentados pela reforma agrária. Grupo B) Agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com a renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Grupo C) Agricultores Familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$ 14.000,00, que apresentem explorações com relativo potencial de resposta produtiva, sendo beneficiados com crédito de custeio e investimento. Grupo A/C) Agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro credito de custeio apos a obtenção do credito de investimento. Grupo D) Agricultores estabilizados economicamente com renda anual bruta entre R\$14.000,00 e R\$ 40.000,00, sendo beneficiados com crédito de custeio e investimento. Grupo E) (Proger Familiar Rural) Agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 e 60.000,00, sendo beneficiados com crédito de custeio e investimento (se enquadram nos grupos B,C e D os pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores).</p> <p>Em 1999 foram criadas três novas linhas de credito especiais para os agricultores dos grupos B,C,D: Credito rotativo – operado exclusivamente pelo banco do Brasil e funciona como um cheque especial em que o agricultor usa o recurso conforme suas necessidade.Integrado coletivo, destinado a associações, cooperativas e outras pessoas jurídicas compostas por beneficiários do pronaf. Pronaf Agregar, destinado a financiar infraestrutura , prestação de serviços, beneficiamento de produtos.</p> <p>*Segmentação das linhas Pronaf</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pronaf Alimentos – Crédito especial para estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros - arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Os agricultores terão 50% a mais de crédito, em relação à safra passada, para a produção dessas culturas. • Pronaf Semi-Árido – Crédito especial para os agricultores da região do semi-árido. Os agricultores terão recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização. • Pronaf Mulher – As mulheres agricultoras poderão acessar crédito até 50% superior aos dos financiamentos de investimento dos grupos C e D para viabilizar seus projetos no campo. • Pronaf Jovem Rural – Os jovens que estiverem cursando a partir do último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, com idade entre 16 e 25 anos, poderão acessar crédito até 50% superior aos dos financiamentos de investimento dos grupos C e D. • Pronaf Pesca – Linha de investimento para pescadores artesanais com renda anual bruta familiar até R\$ 40 mil. Assim os pescadores terão recursos para modernizar e ampliar suas atividades produtivas. • Pronaf Florestal – Estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais.

- Pronaf Agroecologia – Incentivará projetos seja para a produção agroecológica ou para a transição para uma agricultura sustentável. O governo estimulará o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares.
- Pronaf Pecuária Familiar – Crédito para aquisição de animais destinados à pecuária de corte (bovinos, caprinos e ovinos), outra importante fonte de renda para a agricultura familiar.
- Pronaf Turismo Rural - Os agricultores familiares terão mais recursos para desenvolverem projetos de turismo rural em suas propriedades, como pousadas, restaurantes e cafés coloniais, por exemplo.
- Pronaf Máquinas e Equipamentos – Crédito para os agricultores familiares modernizarem suas propriedades, melhorando a produção e produtividade.
- Pronaf Agregar – visa incentivar os projetos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar a partir da criação de pequenas agroindústrias para beneficiamento da produção. Os agricultores familiares que se dedicarem à industrialização de sua produção poderão obter crédito de investimento também para ampliação e modernização das suas atividades. Até então, as linhas de crédito se restringiam à implantação das unidades agroindustriais. Os projetos agora terão assistência técnica garantida. O produtor receberá instruções sobre organização da cadeia produtiva, como por exemplo processos de embalagem, rotulagem de produtos e logística de distribuição

¹ Categorização utilizada pelo plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004 , maiores detalhes – www.pronaf.gov.br

Quadro Institucional

1-Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, busca consolidar o conjunto das políticas para a agricultura familiar, visando contribuir: para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e urbanas; a produção e oferta de alimentos saudios; a busca da segurança alimentar; a proteção e conservação dos recursos naturais renováveis; a inclusão social das famílias rurais menos favorecidas. O principal programa das diversas linhas de ação e atividades desenvolvidas pela SAF/MDA, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Além disso, a SAF coordena (decreto nº 4.739 de 16 de junho de 2003) a implementação da Política e do Programa Nacional de ATER através de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural DATER, executados de forma descentralizadas por entidades governamentais e não governamentais. A nova Política Nacional de Assistência e Extensão Rural tem como maior desafio se converter de organismo voltado à assistência aos agricultores, em unidade que planeja, juntamente com os atores locais, o processo de desenvolvimento territorial, estabelecendo um crescente comprometimento político com a agricultura familiar. Visto que predomina ainda a presença do extensionista rural voltado exclusivamente ao planejamento das unidades de produção agropecuária integrado ao sistema produtivista.

“A extensão é uma das organizações mais capilarizadas pelo interior do País e sem ela esta peça decisiva na montagem, o pronaf não teria vindo a luz”(Abramovay, 2003;75) .

2- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - O CMDRS é formado por representações/instituições de agricultores familiares e por instituições que atuam no município. Pelo menos 50% de seus membros devem ser agricultores familiares. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural tem por finalidade analisar e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR, sugerir mudanças nas políticas municipais, estaduais e federais, promover articulações para implementação do Plano, e auxiliar no acompanhamento e fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos. O Conselho é um fórum permanente de debate dos interesses dos agricultores familiares. No caso do Pronaf Infra-estrutura e Serviços, serão beneficiados os municípios que forem selecionados, a cada ano, de acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo Conselho Nacional e que tiverem o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDRS, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS. A partir de uma conjuntura territorial de desenvolvimento os Conselhos não devem se confinar ao universo restrito dos agricultores, procurando contemplar possibilidades de geração de renda existentes no território indo além daqueles contidos no crescimento da agropecuária

3- Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, busca adotar uma nova unidade de referência, atribuindo outro enfoque para as políticas públicas, além do reconhecimento definitivo dos agricultores familiares como participantes do processo de construção das políticas públicas no meio rural. O território é assim entendido como *“um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como, ambiente, economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”* (MDA/SDT, 2003 apud Nead – Serie textos para discussão 4. 2003, p. 43). Tendo ainda em conta o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável, além de avançar em direção a novos conceitos nas relações entre Estado e Sociedade. E tem por objetivo *“contribuir efetivamente para o desenvolvimento harmônico de regiões que predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, colaborando para ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios”*(MDA/SDT, 2003).

“ O enfoque territorial e uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito a diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas (MDA/SDT. 2003)

Anexo I

Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras – Estudo de caso gaúcho
Questionário - Famílias rurais

Questionário nº: **Município:**

Entrevistador(es):

Data da entrevista: / / 2003

Pessoa entrevistada (nome e posição na família):

Atenção:

- a unidade familiar é composta pelo conjunto das pessoas que habitam o mesmo domicílio
- famílias rurais são aquelas cujo responsável trabalha diretamente a terra, em uma ou mais parcelas
- ANTES DE COMEÇAR: a dupla de entrevistadores deve repassar o questionário, já preenchendo informações que podem evitar de ser perguntadas dado o conhecimento dos alunos da realidade local (exemplo: quadro 11)

I. Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar**Quadro 1 - Identificação da propriedade ou parcela de terra**

Nome do(a) responsável:	
Comunidade:	Município:
Residência do responsável: [] No estabelecimento [] Em outro local - urbano [] Em outro local - rural	
Cidade mais próxima:	Distância: Tempo de deslocamento da sede do município:
Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra?	
01. 20 anos ou mais [] 02. entre 15 e 20 anos [] 03. entre 10 e 15 anos []	
04. entre 5 e 10 anos [] 05. entre 1 e 5 anos [] 06. menos de 1 ano [] 07. outro especificar) []	
Condição legal da terra:	
01. própria [] 02. arrendada [] 03. parceria [] 04. posse [] 05. outra (especificar) []	
Se terra própria:	
Forma de aquisição: 01. herança do pai/mãe [] 02. herança do pai/mãe da/o esposa/o [] 03. compra de vizinho []	
04. compra de parente [] 05. assentamento [] 06. outros (especificar) [] :	
Alteração na área nos últimos 5 anos: 01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. não se alterou []	
Se aumentou: 01. comprou de parente [] 02. comprou de vizinho [] 03. outro (especificar)[] :	
Se diminuiu: 01. vendeu p/ parente [] 02. vendeu p/ vizinho [] 03. vendeu p/ gente de fora [] 04. outro (especificar) [] :	
Informações complementares:	

Quadro 2 - Utilização das terras nos últimos 12 meses

- Atenção:**
- quando o(a) entrevistado(a) explorar áreas descontínuas, considerar o total das áreas exploradas e especificar o número de parcelas (ou glebas) na linha 2.10
 - quando se tratar de exploração coletiva, considerar a área total explorada pelo grupo e especificar embaixo do quadro o número de famílias participantes do grupo

Utilização	Hectares	Utilização	Hectares
------------	----------	------------	----------

a. parentesco c/ responsável 01 responsável 02 cônjuge 03 filho/filha 04 pai/mãe/sogro(a) 05 nora/genro 06 neta(o) 07 agregados 08 outros b. sexo 01 masculino 02 feminino	d. escolaridade 01 analfabeto 02 lê e escreve 03 Mobral 04 Até 4ª Série (Primário) 05 1º G incompleto 06 1º G completo (Ginásio) 07 2º G incompleto 08 2º G completo (Colegial) 09 Nível técnico 10 Superior incompleto 11 Superior completo 12 não soube informar	e./ g. ocupação principal e secundária 01 trabalho por conta-própria na agricultura 02 trabalho assalariado na agricultura 03 trabalho não remunerado na agricultura 04 serviços domésticos 05 estudante 06 aposentado(a) 07 transformação agroindustrial 08 comércio de mercadorias 09 serviços de transporte 10 administração pública 11 atividades de ensino 12 indústria da construção 13 outras (<u>especificar</u>) 14 não se aplica	f. / h. renda mensal 01 até R\$ 200 02 R\$ 200 a 400 03 R\$ 400 a 600 04 R\$ 600 a 1.000 05 mais de R\$ 1.000 06 não se aplica i. dedicação à atividade agrícola (média anual) 01 Mais de 80% do tempo de trabalho total 02 Entre 50 e 80% t.t.t. 03 Menos de 50% t.t.t. 04 Trabalhos esporádicos
---	---	---	--

Atenção nos quadros 4.1 a 4.3 (a seguir):

- eles se referem aos produtos parcial ou integralmente comercializados, bem como aqueles destinados à criação animal ou à transformação no estabelecimento; anotar o percentual (aproximado) da produção total destinado a cada finalidade

- caso não haja produtos em qualquer destas condições, anotar o motivo

- o quadro 4.4. é específico para as atividades (e produtos) destinadas exclusivamente para o auto-consumo

Quadro 4.1 - Produção, consumo e comercialização de produtos vegetais (período agosto/2001 a julho/2002)

Principais Produtos	Produção média anual (kg)	Venda (%)	Alimentação animais (%)	Transform no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)

(a) **01.** Cooperativa **02.** Intermediário **03.** Agroindústria **04.** Ceasa-entrepósito

05. Varejo (supermercado e outros) **06.** Feira **07.** Direto ao consumidor

08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.2 - Produção, consumo e comercialização de produtos animais (no último ano: período outubro/2002 a setembro/2003)

Principais Produtos	Rebanho (cabeças)	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Aves		cab				
Bovinos		cab				
Suínos		cab				
Ovinos-caprinos		cab				
Leite		lt				
Ovos		dz				
Peixes		kg				
Mel		kg				

(a) **01.** Cooperativa **02.** Intermediário **03.** Agroindústria **04.** Ceasa-entrepósito
05. Varejo (supermercado e outros) **06.** Feira **07.** Direto ao consumidor
08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.3 - Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos (período outubro/2002 a setembro/2003)

Principais Produtos	Produção média anual	Venda (%)	Transform. no estabel. (%)	Consumo Próprio (%)	Forma de Comercialização (a)
Lenha-carvão					
Ervas medicinais					
Outros					

(a) **01.** Cooperativa **02.** Intermediário **03.** Agroindústria **04.** Ceasa-entrepósito
05. Varejo (supermercado e outros) **06.** Feira **07.** Direto ao consumidor
08. Outros (especificar): _____

1. Qual o a renda monetária anual aproximada da produção agropecuária? R\$ _____
(referente às atividades mencionadas nos quadros 4.1 a 4.3, descontadas as despesas de produção)
07. não sabe responder [] **08.** não quis responder []

NÃO PERGUNTAR: mais tarde, o pesquisador deve calcular a renda mensal equivalente:

01. até R\$ 200,00 [] **02.** R\$ 200,00 a 400,00 [] **03.** R\$ 400,00 a 600,00 []
04. R\$ 600,00 a 1.000,00 [] **05.** R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] **06.** mais de R\$ 2.000,00 []

Quadro 4.4. Atividades exclusivas para auto-consumo

Atividades de auto-consumo	Principais produtos	Quem responde pela atividade (a)	Observações complementares (b)
Pomar			
Roça			
Horta			
Criação animal			

(a) 01.Responsável 02.1.Filho 02.2. Filha 03. Cônjuge 04. Outros (especificar): _____

(b) Quando mencionado, especificar caso haja pessoas encarregadas por tarefas específicas

2. Caso tivesse que comprar os alimentos que obtém diretamente na(s) sua(s) propriedade, quanto o(a) senhor(a) avalia que gastaria por mês? (atenção: considerar o total do auto-consumo informado nos quadros 4.1. a 4.3 e na questão 2)

01. até R\$ 50,00 [] **02.** R\$ 50,00 a 100,00 [] **03.** R\$ 100,00 a 200,00 []

04. mais de R\$ 200,00 [] **05.** não sabe avaliar []

2.1. Qual o gasto mensal aproximado da família na aquisição de alimentos?

01. até R\$ 50,00 [] **02.** R\$ 50,00 a 100,00 [] **03.** R\$ 100,00 a 200,00 []

04. mais de R\$ 200,00 [] **05.** não sabe avaliar []

Quadro 4.5. Aquisição de alimentos

Principais itens adquiridos	Participação no consumo total do item pela família (%)	Frequência de aquisição (a)	Onde compra (b)
Carne			
Farinha			
Verduras			
Frutas			

(a) 01.Semanal 02.Mensal 03.Eventualmente 04. Outro (especificar): _____

(b) 01.Supermercado 02.Venda na comunidade 03.Feira 04.Direto do produtor 05.Troca com vizinhos
06. Outro (especificar): _____

Quadro 5 - Atividade agroindustrial rural - agregação de valor

5.1. Realiza processamento regular de matéria-prima*? 01. Sim [] 02. Não []
5.2. Principais produtos e quantidades vendidas:
5.3. Unidade de processamento: 01. Individual [] 02. Associativa rural [] 03. Associativa urbana []
5.4. Origem da matéria prima: 01. Própria [] 02. Terceiros [] 03. Ambos []
5.5. Renda líquida anual total: R\$ Não sabe informar: []
5.6. O(s) produto(s) que vende é(são) inspecionado(s) ou registrado(s)? 01. Sim [] 02. Não [] Se não, por quê?
5.7. O(s) produto(s) que vende é(são) certificado(s) [selo]? 01. Sim [] 02. Não [] Qual selo?

(*) Exemplos: farinha, queijo, requeijão, iogurte, embutidos de carne, conservas, doces, polpa de frutas, açúcar, cachaça, rapadura, etc.

Quadro 6 - Outras fontes de receitas e auxílios da família - período outubro/2002 a setembro/2003

Tipos de receitas monetárias	Valor bruto recebido	
	(R\$)	Não sabe
6.1.		
6.2.		
6.3.		
6.4.		
6.5. Total outras receitas monetárias		

Exemplos: renda fundiária (arrendamento, parcerias), aluguel de pasto, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de casa de farinha e engenho, venda de esterco, aluguel de casa em área urbana, aluguel de alojamento para turismo rural, pesque-e-pague, bolsa-escola, bolsa-alimentação, cesta básica, recursos enviados por parente, etc.

3. NÃO PERGUNTAR, CALCULAR DEPOIS: Qual a renda monetária mensal total da família (incluindo rendas pessoais, da atividade produtiva e outras receitas)?

- 01.** até R\$ 200,00 [] **02.** R\$ 200,00 a 400,00 [] **03.** R\$ 400,00 a 600,00 []
04. R\$ 600,00 a 1.000,00 [] **05.** R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] **06.** mais de R\$ 2.000,00 []
07. não sabe responder [] **08.** não quis responder []

4. Qual a renda mais importante para a manutenção da família?

- 01.** atividade agropecuária própria [] **02.** trabalho em atividade agropecuária de terceiros []
03. aposentadoria/pensão [] **04.** comércio [] **05.** artesanato [] **06.** extrativismo []
08. atividade remunerada (não agropecuária) de membro da família [] **07.** outra (especificar):

Quadro 7 - Força de trabalho utilizada na(s) parcela(s) - período outubro/2002 a setembro/2003

Atividades	Diarista (b)	Empregado(a) Permanente (nº.)	Troca de dias de trabalho (c)
7.1. Atividades agropecuárias			
7.2. Indústria rural/caseira			
7.3. Artesanato			
7.4. Extração vegetal			

(b) Total de "homens"-dia-ano (total obtido tomando-se o número de diaristas contratados no último ano, multiplicado pelo número de dias trabalhados por cada um deles no mesmo período)

- (c) **01.** grupo familiar **02.** grupo de vizinhança **03.** grupo familiar e grupo de vizinhança
04. outro - especificar: _____

Quadro 8 - Fontes de crédito

Finalidade	Utiliza (a)	Fonte (b)
8.1. Custeio		
8.2. Comercialização		
8.3. Investimento		
8.4. Animais		
8.5. Outro (especificar)		

(a) **01.** Sim **02.** Não

(b) **01.** Banco - contrato Pronaf **02.** Banco - crédito pessoal **03.** Intermediário

04. Cooperativa **05.** Outro (especificar): _____

Se não utiliza(ou), por quê? _____

5. Adota alguma prática que confere qualidade diferenciada aos produtos que comercializa (produtos orgânicos, artesanais, etc.)?

- 01.** Sim [] **02.** Não []

Caso sim:

5.1. Quais? _____

5.2. Porque decidiu por esta prática? _____

5.3. Contou com algum estímulo ou apoio (especificar)? _____

Se não:

5.4. Por que? _____

6. Quando necessita de assistência técnica, a quem costuma procurar?

- 01.** ONG's [] **02.** Cooperativas [] **03.** Empresas particulares [] **04.** Sindicato []

05. Agroindústria integradora [] **06.** Empresas públicas [] : identificar: _____

07. Outros [] especificar: _____

7. O(a) senhor(a) gostaria de modificar os tipos de produto que cultiva?

01. Diversificar mais [] **02.** Especializar mais [] **03.** Outro [] - especificar: _____

04. Não []

7.1. Por quê? _____

8. O(a) senhor(a) pensa em outras possibilidades de utilização da terra além da atividade agropecuária?

01. Sim [] **02.** Não []

8.1. Se sim, quais? _____

9. O(a) senhor(a) considera que sua família:

9.1. Está protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para comer?

01. Sim [] **02.** Não []

9.2. Por quê? _____

9.3. Possui hábitos alimentares saudáveis?

01. Sim [] **02.** Não []

9.4. Por quê? _____

10. O(a) senhor(a) considera que sua família e as demais famílias rurais da sua comunidade contribuem para que a sociedade não tenha falta de alimentos e para que estes alimentos sejam de boa qualidade e saudáveis?

01. Sim [] **02.** Não []

10.1. Se sim, como? _____

10.2. Se não, por quê? _____

10.3. Qual sua opinião sobre os alimentos transgênicos?

II. Recursos naturais e meio ambiente

11. Qual(is) o(s) sistema(s) de cultivo que o(a) senhor(a) adota?

01. convencional - _____ ha

02. plantio direto - _____ ha

03. cultivo mínimo - _____ ha

04. orgânico - _____ ha

05. sistema agroflorestal - _____ ha

06. outro (especificar: _____) - _____ ha

Atenção: Plantio convencional: refere-se ao sistema de preparo do solo baseado fundamentalmente na remoção do mesmo com aração e gradagem, em geral, com tração mecânica.

Plantio direto: refere-se à prática de utilizar uma cobertura verde, em geral com gramínea, durante o período de inverno; em seguida, essa cobertura é "acamada" (com rolo-faca) ou dessecada (com herbicida), para posterior plantio da cultura de verão (milho ou soja no sul do país)

Cultivo mínimo: refere-se ao sistema de preparo do solo com o mínimo de removimento possível; na maioria das vezes, utiliza-se algum tipo de cobertura vegetal, sendo realizado o sulcamento para posterior plantio.

11.1. Esclarecimentos adicionais (combinação de sistemas, existência de certificação de cultivo orgânico, etc.):

Quadro 9 - Uso de máquinas e Equipamentos

Máquina-Equipamento	Utiliza (S/N)	Quantidade (a)	Condição (b)
9.1 Trator			
9.2 Plantadeira			
9.3. Arados			
9.4. Tração animal			

(a) **01.** nenhum **02.** um **03.** dois **04.** três **05.** outro (especificar): _____

(b) **01.** próprio **02.** alugado **03.** associação **04.** outro (especificar): _____

Quadro 10 - Uso de insumos e outras técnicas

Insumos e técnicas	Utilização (a)	Orientação (b)
10.1. Adubos químicos		
10.2. Esterco		
10.3. Adubo verde		
10.4. Composto orgânico		
10.5. Semente certificada		
10.6. Semente própria		
10.7. Agrotóxicos		
10.8. Herbicidas		
10.9. Controle biológico		
10.10. Descanso do solo - pousio		
10.11. Conservação de solo		
10.12. Rotação de culturas		
10.13. Consórcio de culturas		
10.15. Queimada		
10.19. Irrigação		

(a) **01.** freqüentemente **03.** eventualmente **05.** não utiliza

(b) **01.** Outros agricultores **02.** Emater **03.** Cooperativa **04.** Empresas particulares
05. ONG's **06.** Prefeitura **07.** Tradição familiar **08.** Outro (especificar) _____

12. Nos últimos 10 anos, a produtividade das culturas (quantidade produzida por área):

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** permaneceu igual []

12.1. Por quê? _____

13. O(a) senhor(a) utiliza agrotóxicos?

01. Sim [] **02.** Não []

13.1. Por quê? _____

Se sim:

13.7. Utiliza:

01. Herbicidas [] **02.** Inseticidas []
03. Fungicidas [] **04.** Outros [] - especificar: _____

13.2. Equipamento:

01. Pulverizador manual [] **02.** Pulverizador motorizado []
03. Tratorizado [] **04.** Outros [] - especificar: _____

13.8. Quem costuma realizar a aplicação?

01. Responsável [] **02.** Filho [] **03.** Filha [] **04.** Cônjuge [] **05.** Empregado [] **06.** Outro [] Especificar: _____

13.3. Usa equipamento de proteção durante a aplicação?

01. Sim [] **02.** Não [] **03.** Às vezes []

Caso sim, quais equipamentos utiliza? _____

Caso não, por quê? _____

13.4. Onde lava o equipamento?

01. No rio [] **02.** Perto do poço [] **03.** Lagoa [] **04.** Outro [] especificar: _____

13.5. Alguém da família já teve problemas de intoxicação com os produtos utilizados?

01. Sim [] **02.** Não []

Caso sim, quem, e como se tratou? _____

13.9. Algum conhecido já teve problemas de intoxicação com agrotóxicos?

01. Sim [] **02.** Não []

Caso sim, quem, e como se tratou? _____

13.6. Qual o destino dado às embalagens de agrotóxico?

01. Lixeira tóxica [] **02.** Queima [] **03.** Reutiliza []

04. Deixa no campo [] **05.** Faz tríplice lavagem [] **06.** Devolve para a revenda []

07. Outro [] especificar: _____

14. Nos últimos 10 anos:

14.1. O uso de agrotóxicos (venenos) na região:

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** não sabe opinar []

14.2. Por quê? _____

14.3. As pragas e doenças nas lavouras da região:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não sabe opinar []

14.4. Por quê? _____

14.5. Na sua opinião, com as lavouras transgênicas, a utilização de herbicidas:

01. aumenta [] **02.** diminui [] **03.** não sabe opinar []

Quadro 11 - Abastecimento de água e saneamento

11.1. Qual sistema de abastecimento de água utilizado?		11.2. Qual o destino dado aos dejetos humanos ?	
[]	01. Poço com proteção	[]	05. Poço s/ proteção
[]	02. Mina/fonte c/ proteção	[]	06. Mina/fonte s/ proteção
[]	03. Poço profundo-artesiano	[]	07. Direto do rio
[]	04. Rede pública	[]	08. Outro
11.3. Qual o destino dado aos dejetos animais ?		11.4. Qual o destino das águas usadas?	
[]	01. Céu aberto	[]	01. Sumidouro
[]	02. Buraco no chão	[]	02. Céu aberto
[]	03. Esterqueira	[]	03. Outros
[]	04. Outro		
11.5. Usa água para irrigação? 01. Sim [] 02. Não []			

15. Existe nascente ou rio na propriedade?

01. Sim [] **02.** Não []

15.1. Caso sim, o volume nos últimos 10 anos:

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** permaneceu igual []

16. Existe um período de escassez de água?

01. Sim [] **02.** Não []

16.1. Se sim, qual o motivo principal?

01. Seca [] **02.** Uso intensivo e seca [] **03.** Muitos usuários []

04. Outros [] - especificar: _____

17. Nos últimos 10 anos, as matas na região (de proteção às margens dos rios e nascentes e de topos de morro ou chapadas):

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não se alteraram []

17.1. Por quê? _____

18. Nos últimos 10 anos, as enchentes na propriedade ou na região:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** não sabe opinar []

18.1. Por quê? _____

19. Em relação à fauna e à flora da região, nos últimos 10 anos:

19.1. Os tipos de animais silvestres que são vistos com frequência:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.2. Explicar: _____

19.3. A quantidade e a variedade de peixes:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.4. Explicar: _____

19.5. A quantidade e a variedade da flora:

01. aumentaram [] **02.** diminuíram [] **03.** permaneceram iguais []

19.6. Explicar: _____

19.7. Em sua opinião, atualmente o controle que os agricultores têm das sementes utilizadas nas lavouras:

01. aumentou [] **02.** diminuiu [] **03.** permaneceu igual []

19.8. Explicar: _____

19.9. O sr. considera que com as lavouras transgênicas o controle que os agricultores têm das sementes tende a:

01. aumentar [] **02.** diminuir [] **03.** permanecer igual []

19.10. Explicar: _____

III. Identidade e condições de vida e de trabalho

20. Qual é (ou era) a profissão de seus pais?

20.1- Pai: _____

20.2- Mãe: _____

01. agricultor(a) **02.** trabalhador(a) assalariado(a) na agricultura **03.** comércio

04. trabalhador(a) assalariado(a) fora da agricultura **05.** outra (especificar) _____

21. Que outras ocupações remuneradas o(a) senhor(a) exerceu nos últimos 05 anos, além da sua condição atual?

01. trabalho assalariado na agricultura [] **02.** trabalho assalariado fora da agricultura []

03. comércio [] **04.** não exerceu [] **05.** outra [](especificar) :_____.

21.1. Se sim, com que frequência? _____

22. Que nome o(a) senhor(a) acha mais acertado para definir a sua condição, considerando o seu trabalho na agricultura?

Atenção: se o(a) entrevistado(a) não responder espontaneamente, oferecer as alternativas a seguir:

05. trabalhador(a) rural [] **06.** camponês(a) []

10. colono [] **11.** pequeno(a) agricultor(a) []

01. agricultor(a) [] **02.** agricultor(a) familiar [] **03.** produtor(a) rural [] **04.** pequeno(a) produtor(a) []

09. outro [] - especificar: _____

23. Das atividades desempenhadas pelo(a) senhor(a), atualmente, qual a que o(a) senhor(a) considera a mais importante?

24. Em relação a seus pais, o(a) senhor(a) considera que vive, hoje :

24.1. [] Melhor- Em quais aspectos? _____

24.2. [] Pior- Em quais aspectos? _____

24.3. [] Igual- Por quê? _____

25. Vê possibilidade de melhorar a sua situação, em relação a como ela se encontra hoje ?

01. sim [] 02. não [] 03. não tem opinião a respeito []

25.1. Se sim, como? Se não, porquê? _____

26. O(a) senhor(a) acha que as políticas e programas do governo contribuem para a agricultura familiar ?

01. sim [] 02. não [] 03. não tem opinião a respeito []

26.1. Se sim, quais? Se não, por quê? _____

27. Em sua opinião, o número de famílias agricultoras em sua comunidade e município, tem:

01. diminuído [] 02. permanecido o mesmo [] 04. aumentado [] 03. não sabe []

27.1. Caso esteja diminuindo o número de agricultores, isso:

01. vem acontecendo com muitos agricultores [] 02. acontece em número muito pequeno []

04. vem acontecendo apenas com os jovens [] 03. não sabe avaliar []

28. Tem algum filho que não reside com o(a) senhor(a)?

01. Sim [] 02. [] Não

Quadro 13 – Destinos dos(as) filhos(as) que migraram

sexo (a)	idade atual	saiu há quanto tempo (anos)	motivo que levou a sair (b)	onde vive (c)	relação com casa paterna (d)	pretende voltar (sim/não)

(a) 01. masculino 02. feminino

(b) 01. estudo 02. trabalho 03. constituição de nova unidade familiar 04. outro – especificar: _____

(c) 01. cidade próxima 02. cidade na região metropolitana PoA 03. cidade em outra região do RS

04. cidade em outro Estado 05. área rural próxima 06. área rural outra região do RS 07. área rural outro Estado

08. outro – especificar: _____

(d) 01. vem em finais de semana 02. vem várias vezes durante o ano 03. vem nas férias 04. vem raramente

05. nunca vem

29. Gostaria que seus filhos viessem a ser (fossem) agricultores?

01. Sim [] 02. Não [] 03. Não tem opinião a respeito []

29.1. Por quê?

29.2. Se não, que profissão gostaria que seus filhos viessem a seguir (ou tivessem seguido)?

29.3. Pensa do mesmo modo em relação aos filhos e às filhas? Explicar

30. Na sua opinião, qual a principal contribuição da agricultura para sua família e para sua comunidade?

31. O(a) senhor(a) gostaria de deixar a agricultura?

01. Sim []

02. Não []

03. Não tem opinião a respeito []

31.1. Por quê?

31.2. Que outra atividade gostaria de exercer?

32. Na sua opinião, qual deveria ser o papel dos agricultores para o desenvolvimento da sociedade? O(a) senhor(a) acha que os agricultores têm desempenhado este papel atualmente? Por quê?

33. Na sua opinião:

33.1. Em quê a vida no campo é melhor que a da cidade?

33.2. Em quê a vida no campo é pior que a da cidade?

34. Na sua opinião, quais são as três coisas mais importantes para que sua família possa viver bem no campo? Por quê?

Atenção: se necessário, citar os exemplos a seguir, porém, cuidando para não induzir a resposta: ser proprietário; área maior; número de filhos; existência de associação ou cooperativa; preços dos produtos; crédito; tecnologia; capacitação ou recursos para desenvolver atividades não-agrícolas, etc.

34.1. Quais são os principais problemas que dificultam a vida de sua família no campo?

IV. Sociabilidade e manifestações culturais

35. Qual destes locais o(a) senhor(a) frequenta com maior frequência?

01. comunidade rural [] **02.** bairro/distrito mais próximo []

03. sede do município/cidade mais próxima []

35.1. Por quê? Com que finalidade? _____

36. O(a) senhor(a) vai regularmente à cidade mais próxima (mencionar o nome da cidade, se necessário)?

01. sim [] **02.** não []

36.1. Se sim, para quê? especificar por ordem de importância: _____

36.2. Com que frequência? _____

37. Com que pessoas o(a) senhor(a) e sua família se relacionam com maior frequência?
(tentar construir a rede de sociabilidade, por **ordem de importância: 1, 2, 3**, etc.)

01. parentes [] **02.** vizinhos [] **03.** grupo religioso []
04. grupo de trabalho [] **05.** outros [] especificar : _____

38. Quais as atividades de lazer mais importantes da sua família? (ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

01. Festas comunitárias [] **02.** Jogos na comunidade [] **03.** Viagem de férias []
04. Visita a familiares [] **05.** Excursões [] **06.** Pescaria []
07. Baile, discoteca (danças) [] **08.** outra [] especificar: _____

38.1. Faltam alternativas de lazer acessíveis para sua família? Se sim, quais ou de que tipo? Distinguir necessidades dos diferentes membros da família:

Quadro 12: Participação da família na vida da comunidade e do município

Discriminação	Existe	Alguém da família participa	Membros da família que participam (a)
12.1 Associação comunitária de produtores	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.2 Associação de feirantes	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.3 Condomínios agrícolas	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.4 Cooperativas – qual?	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.5 Entidade ambientalista	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.6 Sindicato de trabalhadores rurais	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.7 Sindicato patronal rural	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.8 Associação de mulheres/clube de mães	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.9 Associação/clube de jovens	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.10 Associação de igreja (pastorais, etc.)	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.11 Associação de pais e mestres da escola	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.12. Conselho municipal (especificar qual ou quais):	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.13 Partido político	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	
12.14 Outro – especificar:	Sim () Não () Não sabe ()	Sim () Não ()	

(a) **01.** Responsável **02.** Cônjuge **03.** Filho **04.** Filha **05.** Outros (especificar): _____

39. Algum membro da família ocupa ou ocupou cargo(s) diretivo(s) em alguma(s) das entidades listadas no quadro anterior?

01. Sim [] **02.** Não []

39.1. Se sim, especificar (mencionando quem): _____

39.2. Em sua opinião, quais dessas são as entidades mais importantes/atuantes na comunidade e no município? Por quê? _____

39.3. Qual(is) delas promovem reuniões/debates a respeito de políticas públicas para o meio rural? Quais os temas? _____

40. Que atividades e festas o(a) senhor(a) acha que são importantes para a vida da comunidade? (por **ordem de importância: 1, 2, 3**, etc.)

- 01.** festas da igreja [] **02.** festas da comunidade [] **03.** reuniões de famílias []
04. esportes - torneios esportivos [] **05.** forró - bailes [] **06.** cultos religiosos []
07. feira agrícola ou de produtos regionais [] **08.** outra [] - especificar: _____

40.1. Em qual delas o(a) senhor(a) participa com maior frequência? _____

41. Qual a sua opinião sobre as pessoas que vêm de fora (turistas, novos residentes, novos agricultores, etc.)?

- 01.** trazem mais vantagens que desvantagens []
02. trazem mais desvantagens que vantagens []
03. não interferem em nada []
04. outra [] - especificar : _____

41.1. Quais as principais vantagens que o pessoal de fora traz? _____

41.2. Quais as principais desvantagens que o pessoal de fora traz? _____

41.3.. Quais as principais contribuições que o pessoal daqui dá para o pessoal de fora? _____

42. Em sua comunidade, existe algum tipo de conflito entre:

42.1. agricultores locais e pessoal que vem da cidade (turistas)?

- 01.** sim [] **02.** não []

Se sim, de que tipo? _____

42.2. agricultores locais e os novos produtores que se instalam na região ?

- 01.** sim [] **02.** não []

Se sim, de que tipo? _____

43. Em relação ao lugar (comunidade ou região) em que mora:

- 01.** gosta do lugar onde mora [] **02.** gostaria de morar em outro lugar []

43.1. Por quê? _____

44. O que o(a) senhor(a) destacaria como mais importante para sua permanência neste lugar? _____

45. De um modo geral, o que acontece com os jovens daqui, eles saem ou permanecem na comunidade?

45.1. Rapazes: _____

45.2. Moças: _____

Se saem, para onde vão?

45.3. Rapazes: _____

45.4. Moças: _____

O que vão fazer/procurar?

45.5. Rapazes: _____

45.6. Moças: _____

45.7. O senhor acha importante que os jovens permaneçam na comunidade? **01.** Sim [] **02.** Não []

45.8. Se sim, o que o senhor considera mais importante para que os jovens permaneçam? _____

46. Com relação aos hábitos e aos costumes da sua **família**:

46.1. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê? _____

46.2. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê? _____

Atenção: por hábitos e costumes estamos entendendo aspectos da vida familiar tais como tradição culinária, hábitos alimentares, tipos e frequência das reuniões familiares, festas familiares, forma de moradia e padrão das construções, etc.

47. Com relação aos hábitos e costumes da sua **comunidade**:

47.1. Quais o(a) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê? _____

47.2. Quais o(a) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê? _____

48. A sua comunidade tem alguma característica que a distingue das demais? **01.** Sim [] **02.** Não []

48.1. Se sim, qual? _____

48.2. Qual a importância da agricultura para a manutenção desta característica? _____

48.3. O(a) senhor(a) e sua família contribuem para a preservação desta característica? Como? _____

49. Na sua opinião, quais são as principais mudanças para melhor e para pior que ocorreram na sua comunidade nos últimos dez anos?

49.1. Para melhor: _____

49.2. Para pior: _____

V. Relações com o território e a natureza (paisagem rural)

50. Liste os cultivos e outras atividades produtivas rurais mais importantes na região:

-Há 20 anos atrás: _____

-Há 10 anos atrás: _____

-Atualmente: _____

50.1. Quais as alterações na paisagem rural da região que foram provocadas pelas mudanças havidas nas atividades produtivas rurais? Qual sua opinião a respeito? _____

51. O(a) senhor(a) acha que a agricultura que o(a) senhor(a) pratica, ajuda a cuidar da natureza?

01. Sim [] **02.** Não [] **03.** não tem opinião []

51.1. Por quê? _____

52. O(a) senhor(a) participa de alguma atividade (individual ou coletiva) ou projeto relacionado com a proteção da natureza?

01. Sim [] **02.** Não []

52.1. Em caso afirmativo, qual? _____

53. Algum órgão para proteção da natureza atua aqui em sua comunidade ou no município?

01. sim [] **02.** não [] **03.** não sabe []

53.1. Especificar órgão e tipo de atuação: _____

53.2. Esta atuação gera algum tipo de conflito? Porquê? _____

53.3. Qual sua opinião a respeito? _____

54. O seu estabelecimento tem alguma característica particular ou recurso natural que o(a) senhor(a) considera importante?

01. Sim [] **02.** Não []

54.1. Em caso afirmativo, especificar: _____

55. O senhor(a) estaria disposto a mudar suas práticas agrícolas em função de programas de governo que propusessem um maior cuidado com a natureza?

01. Sim [] **02.** Não [] **03.** não tem opinião []

